

Histórias de Trabalho *da* *Receita Federal do Brasil*

4º Concurso - 2013

Prosas e Poesias



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional

Impressão e Acabamento
Serrana Gráfica e Editora



Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Fazenda

Guido Mantega

Secretário da Receita Federal do Brasil

Carlos Alberto Freitas Barreto

Subsecretário de Arrecadação e Atendimento

Carlos Roberto Occaso

Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal

João Maurício Vital

Coordenador de Educação Fiscal e Memória Institucional

Antônio Henrique Lindemberg Baltazar

Chefe da Divisão de Memória Institucional

Fabiane Paloschi Guirra

Comissão Julgadora do 4º Concurso Histórias de Trabalho da RFB

Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão

Ana Catarina de Lucena - SRRF/04RF

Abigair Aparecida dos Santos - Suara/Coaef

Rosana Escudero de Almeida - DRF/Rio de Janeiro I

Rudimar Radatz - IRF/Vilhena

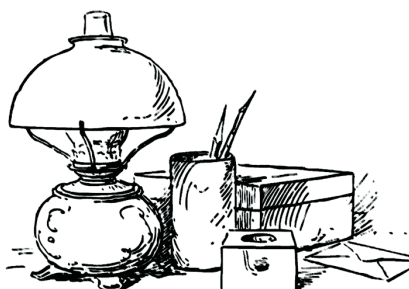


Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil

4º Concurso - 2013

Prosas e Poesias



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional

Copyright© 2014 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação
Marcia Palma de Azevedo

Imagem da capa
Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica
Livia Silva de Aquino

Impressão e acabamento
Serrana Gráfica e Editora

Tiragem 1000 exemplares

Ministério da Fazenda / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal / Divisão de Memória Institucional - Brasília: RFB, 2014

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 4º Concurso, 2013

160p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil

Prefixo Editorial: 63067

Número ISBN: 978-85-63067-01-2

Título: 4º Concurso histórias de trabalho da Receita Federal do Brasil

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-63067-01-2



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Sumário

Apresentação.....	VII
Prefácio	IX
 Prosas Premiadas	
Universos paralelos	13
Unificação dos Fiscos - A Super Receita	21
A lei da gravidade materna	25
 Menções Honrosas	
O espetáculo da cidadania	37
Pis e Cofins não-cumulativos, a palestra	40
 Prosas Classificadas	
A ameaça	47
A receita da arte.....	49
Agência da RFB em São Leopoldo - Enfim um prédio novo	52
Anjos invisíveis.....	55
Auditor Fiscal em malha fiscal, procurado por edital, “Escondido” dentro da Delegacia da Receita Federal do Brasil!!!	57
Cofre sem segredo	59
Computador, Ô bicho estranho esse!.....	61
CPF para tudo.....	63
Da máquina de escrever ao mundo digital	66
Destino Bahia!	71
Mãe é mãe.....	74
Na manhã seguinte, a mesma mercadoria.....	76
Navio ao largo: estreita morte	79
O “legal” de uma ilegalidade	81
O adeus a uma agência.....	84
O consulente de outro mundo	88
O dia em que o Timor Leste ensinou ao Brasil.....	91
O galpão.....	93
O gato.....	95
O que faz a saudade	97



Os sentidos e os aduaneiros: a Aduana e o sentido da audição	100
Quando o menos é mais	105
Quem não se comunica.....	109
Um anjo na Ponte de Amizade.....	112
Um político maçom e uma conversa muito atrapalhada.....	116
Uma experiência marcante e inesquecível.....	120
Uma íntima relação com o trabalho e a RFB	125

Poesias Premiadas

Tributo aos servidores do CAC da Receita Federal do Brasil.....	133
Medo de errar.....	137
15 anos da Alfândega do Aeroporto Internacional dos Guararapes.....	143

Poesias Classificadas

A querela do leão	147
Nós e eles	150
Recomeço	152
Tempos vividos.....	154



Apresentação

Todo livro tem sua história. Este conta histórias de trabalho de muitas pessoas que construíram e estão a construir este órgão público que tem como missão “exercer a Administração Tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

Ao preservar a memória de uma instituição, seja por meio de suas fotos, documentos, objetos, relatos, mantemos vivos os referenciais de cada época que nos permitem refletir sobre a história, analisando os erros e acertos para a compreensão do presente e planejamento do futuro.

Nesse contexto, apresentamos ao público mais uma edição do livro “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil”. Tratam-se dos trabalhos selecionados na 4ª edição do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil, realizado no ano de 2013.

O concurso, instituído em 2010, tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências de trabalho apresentados por servidores da instituição, ativos ou inativos.

Esta edição do concurso abrangeu duas categorias: depoimento verídico em prosa e depoimento verídico em poesia ou letra de música. Foram inscritos 83 trabalhos, advindos de 18 unidades da federação, demonstrando que a história institucional é uma construção que traz em si as marcas dos sujeitos que dela fazem parte.

A comissão julgadora selecionou três trabalhos vencedores em cada uma das duas categorias e duas menções honrosas. Esta coletânea reúne, além das histórias premiadas, 32 histórias classificadas pela comissão julgadora do prêmio, completando um total de 40 histórias. Todas elas narram aspectos marcantes, interessantes ou pitorescos do dia-a-dia de servidores da Receita Federal.

Somadas às três edições anteriores, são 144 histórias que compartilham momentos vivenciados na fiscalização, no atendimento ao contribuinte, na aduana, e em outras áreas da instituição. Ao ler essas histórias, narradas sob uma perspectiva privilegiada e, muitas vezes emocional, não é difícil encontrarmos inegáveis traços que nos identificam como indivíduos ligados por uma cultura profissional própria, forjada no labor diário e na convivência com pessoas, assuntos e procedimentos típicos das matérias afetas ao órgão em que trabalhamos.

Esta edição do livro apresenta-se ilustrada com os desenhos premiados no 2º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da Receita Federal do Brasil, o que certamente vem a dar maior encanto à obra que ora se apresenta.

Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram do concurso. Premiados ou não, são todos dignos de aplausos. Com os trabalhos enviados, mesmo aqueles que não foram selecionados para compor esta terceira coletânea, legamos à posteridade as



experiências dos autores, as quais passarão a integrar o acervo da memória institucional da Receita Federal do Brasil.

Nosso reconhecimento à comissão julgadora encarregada de selecionar e classificar os trabalhos, presidida por Márcio da Silva Ezequiel e composta por Abigail Aparecida dos Santos, Ana Catarina de Lucena, Rosana Escudero de Almeida e Rudimar Radatz.

Agradecemos à equipe da Divisão de Memória Institucional, formada por Fabiane Paloschi Guirra, Ênio Roberto Ignácio e Marcia Palma de Azevedo, pelas atividades de planejamento, organização, execução e controle do projeto.

Agradecemos também ao Coordenador de Educação Fiscal e Memória Institucional, Antônio Henrique Lindemberg Baltazar, pela liderança da iniciativa.

Por fim, agradecemos ao Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Carlos Roberto Occaso, e ao Secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto, pelo apoio incondicional e entusiasmado às ações de preservação da memória institucional.

Desejamos a todos uma boa Leitura!

João Maurício Vital
Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal



Prefácio

Ao longo dos últimos anos tenho acompanhado diretamente o desenvolvimento da memória institucional no âmbito da Receita Federal. Por isso, sou particularmente agradecido pela possibilidade de prefaciá-lo este livro que coleta os trabalhos selecionados na 4ª edição do Concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil”.

Com a publicação das histórias classificadas nas quatro edições deste concurso, é possível verificar que a memória de uma instituição é concebida a partir de seus indivíduos, sendo o reflexo da trajetória social e temporal de seus componentes. É a partir das pessoas e de seus valores que uma organização forma a sua memória, a sua identidade cultural.

Resgatar a memória de uma instituição, portanto, não é apenas um acúmulo de documentos e objetos. Se considerarmos que a cultura de uma organização é constituída pelas manifestações de uma vida em comunidade, concluiremos que é necessário olhar para as pessoas, permitir que o sujeito conte suas histórias, fonte direta das crenças, dos usos e dos costumes de uma determinada época e tempo.

Essa é a principal tarefa deste livro. Descortinar valores, vivificar os vínculos, testemunhar a experiência humana na construção do futuro. Pois, se a vida só pode ser compreendida olhando-se para trás, ao mesmo tempo, ela só pode ser vivida olhando-se para frente.

As histórias aqui contadas certamente nos emocionarão. Seja pelo sorriso, pela lembrança, pela saudade. Momentos laborais que a memória de cada um dos autores resgatou e que nos permite marcar com a beleza da literatura os servidores da Receita Federal que por aqui passaram ou que aqui continuam a contribuir para a formação de nossa história.

Como já disse em outro lugar, este livro, além de uma prazerosa recordação dos tempos idos, será, certamente, de grande utilidade aos estudiosos, assim como aos interessados em conhecer a história de nossa instituição. Trata-se, portanto de um valioso aporte acadêmico e uma contribuição significativa para a formação da cultura tributária.

Aproveitem a leitura!

Carlos Roberto Occaso

Subsecretário de Arrecadação e Atendimento



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Prosas Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



1º LUGAR

Autora: Marina Raquel Fernandes/5º ano do Ensino Fundamental

Responsável: Antônio Romero Ferreira Fernandes – ATRFB/ARF-João Monlevade

Prosas Premiadas

Primeiro Lugar

Universos paralelos

Clóvis Belbute Peres

Unidades Centrais-Cofis

Ingressou na RFB em junho de 2006. Foi chefe substituto do CAC/Novo Hamburgo, Chefe da Equipe de Fiscalização Aduaneira EFA1/NovoHamburgo, Agente da ARF/Canoas, Assistente Técnico da DRF/Porto Alegre, onde também trabalhou no grupo de Fiscalização do IRPJ no SEFIS/Porto Alegre. Atualmente é Chefe da Divisão de Escrituração Digital na Cofis/DF.



Universos paralelos

Era a terceira vez que a Sra. Márcia ia até a Agência da Receita Federal em Canoas, em 2008, e eu, àquela época Agente, após o chamado da recepção, saí de minha sala e atravessei o saguão principal vislumbrando-a de relance. Eu andava diminuindo o passo, o coração já apertado pela impotência que eu sabia iria tomar conta de mim nos próximos minutos. A Sra. Márcia, em seus sessenta e poucos anos, lembrava minha mãe, mas as vestes eram muito mais simples, tal qual seu falar:

- Boa tarde, doutor. O Sr. viu o meu problema do CNPJ? A gente tá preocupada que os prédio não tão regulado.

- Sra. Márcia, como eu já lhe disse, eu não posso fazer o CNPJ para a senhora. Eu sei que o seu condomínio é de uma área invadida e que os senhores não tem condições de pagar um escritório de contabilidade. O que eu lhe disse é que estamos tentando uma solução com parceiros que possam lhe ajudar.

Como é que eu não podia resolver um problema simples como esse? A Sra. Márcia não era única; havia também o Sr. Adão, pescador, meia-idade, com uma restituição de R\$ 200,00, quase o valor que lhe seria cobrado em um escritório contábil, e a Sra. Regina, idosa, semi-analfabeta, com uma inscrição indevida no CPF, “laranja”, que só veio até a Agência por insistência do filho, que garantiu que “eles têm que te ajudar, não precisa ter medo”. Ajudar nós ajudávamos, mas algumas vezes era quase impossível entender o que a pessoa queria; noutras, o medo colocava-a em posição defensiva e a comunicação estagnava.

Conversamos amenidades, a Sra. Márcia e eu. Ela sorriu. “Volto outro dia, então, doutor; o senhor tem meu telefone, não?”. Partiu. Fiquei eu ali com a sensação de que era metade mentiroso, metade incompetente. Metade incompetente porque ela saíra sem a solução do problema. Metade mentiroso, porque eu ainda não tinha trabalhado completamente a solução que acabara de mencionar a ela: estava estudando a interação entre o fisco norte-americano (*Internal Revenue Service, IRS*) e cidadãos desassistidos, mas tudo não passava de um vídeo que assistira em algum sábado de setembro e algumas reflexões em um café de shopping.

O IRS tinha programas de apoio a desassistidos: pobres, analfabetos, estrangeiros com dificuldades em inglês, etc. Em especial, havia um que se chamava *LITC (Low Income Taxpayer Clinics*, ou Clínicas para Contribuintes de Baixa Renda). Essas clínicas funcionavam em ONGs ou em núcleos de prática jurídica de universidades norte-americanas.

Eu cursava Ciências Contábeis à noite na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Saía da Agência de Canoas ao fim da tarde e tomava o trem para Porto Alegre. Era como sair de um universo e mergulhar aos poucos em outro. O balanço do trem e aquele barulho dos trilhos (que interfere até nos fones de ouvido) transformava o vagão em uma



espaçonave que ligava meu universo de problemas práticos ao universo platônico das discussões acadêmicas: dos lançamentos em abstrato, das teses patrimoniais, do direito tributário para os que sabem ler.

Não estranhamente, o desejo expresso de muitos alunos, habitantes desse universo acadêmico, era muito simples: queriam viver um pouco mais do outro universo. Muitas vezes as reclamações em aula ou “no cafezinho” eram as mesmas: “isso é muito teórico”, “esse professor não sabe como essa questão funciona na prática”, “quando eu vou até o fisco é que eu descubro qual é o problema”, etc. Como venho de uma família de professores, raramente me manifesto nesse sentido, mas cada vez ficava mais claro que havia razão no pleito dos alunos (assim como havia no pleito da Sra. Márcia, do Sr. Adão. Pleitos distintos em mundos desconexos). A aula deve ser de fato o local para aprendermos os conceitos, aprofundarmos as reflexões, mas como diz o ditado: “na prática a teoria é outra”. Quase nenhum de meus colegas conhecia uma Delegacia de Julgamento, ou mesmo o que era contencioso administrativo. Muitos sequer haviam entrado em uma unidade da Receita. Alguns nunca ouviram a expressão “ex-offício”. Ao mesmo tempo eles iriam logo tornar-se contadores e teriam de lidar com situações fiscais complexas e com as simples como as da Sra. Márcia.

Em um desses translados de trem a epifania ocorreu. No percurso entre meus dois mundos, e enquanto estudava para uma prova, uma confluência de idéias ocorreu. Pensando no programa do LITC, que era desenvolvido nas faculdades de direito americanas, lembrei-me de nossos Núcleos de Prática Jurídica (que, em muitas universidades, chamam-se SAJU) e que servem de apoio jurídico a pessoas de baixa renda. Questionei-me: por que não havia algo semelhante em Contábeis? Tinha de haver. Era óbvio que uma fórmula tão semelhante poderia funcionar para orientar pessoas em matéria fiscal e matéria contábil. Por que não trazer a Receita Federal para apoiar a idéia? E se nós ensinássemos na prática os futuros contadores com matérias fiscais desde cedo? Desatino. Claro que alguém já havia pensado em algo assim. Aumentei o volume dos fones e tentei focar na leitura para a prova.

No outro dia não conseguia esquecer a ideia. A vontade de ver a situação de pessoas como a Sra. Márcia resolvida e a possibilidade de copiar o melhor do modelo de prática jurídica eram tentadores. As nossas universidades possuem programas de prática jurídica muito bem estabelecidos, alguns com mais de 60 anos e centenas de estudantes participando. Em muitos há uma triagem formal para selecionar estudantes interessados e fila de pessoas com necessidade de auxílio judiciário. Como poderia ser diferente em matéria contábil? Será que algo assim já existia em algum lugar? Será que haveria interesse dos alunos e das universidades?

Fiz pesquisas rápidas na internet e não encontrei qualquer experiência de apoio a desassistidos que fosse contínua e de abrangência nacional. Havia alguns projetos locais, mas nada organizado em nível nacional. Ademais, nada que tivesse o apoio continuado dos fiscos. Algumas universidades compunham seus alunos em jornadas de voluntariado perto dos períodos de declaração de IRPF, por exemplo. Nada muito mais abrangente. Fiz então minha primeira visita a uma universidade em Canoas e, conversando com o coordenador,



entendi onde estava um dos principais entraves à ideia (que ainda nem bem ideia era): “diferente de muitos alunos do Direito, os alunos de contábeis trabalham e não tem muito tempo para trabalho voluntário”. Um balde de água fria.

Como superar esse entrave? Como motivar os alunos e as instituições a participarem? Como criar um referencial que pudesse funcionar em diferentes instituições? A solução passava por criar uma ideia que fosse positiva para todos. Ou era isso ou não aconteceria para ninguém. Deveria ser positiva para a comunidade, para a universidade, para a Receita e, sobretudo, para os alunos.

Quanto à relevância para os alunos, não bastava lembrá-los da importância do trabalho voluntário e de como isso os faz crescer. Era importante que eles tivessem um ganho. Uma opção (que se mostrou muito frutífera) era trazer um segundo objetivo para o projeto e tão importante quanto o atendimento: o estudo prático em grupos. Eles teriam um ganho ao formar grupos de estudo e poder criar conhecimento na prática. Mais cativante ainda se pudessem aprender e serem apoiados por colegas do fisco, que tem ampla experiência em questões práticas de tributação. Ficou-me claro que o diferencial teria de ser a entrada forte de instituições apoiadoras de renome. Se a Receita apoiasse os estudantes teriam de imediato um ganho.

Por outro lado, a posição do fisco deveria ser apenas a de apoiador. Formalizar demais o projeto o engessaria. Isso ficava claro à medida que olhávamos para o modelo dos SAJU; Os segredos dos SAJU eram óbvios: criatividade e autonomia acadêmicas. Deixe os estudantes livres para criarem ideias e soluções inovadoras ocorrerão. Se os apoiássemos, a fórmula só poderia ser um sucesso.

Deixei o problema da Sra. Márcia por uns meses e, nesse ínterim, fui transferido para Porto Alegre, para assumir a função de Assistente no Gabinete da Delegacia.

No gabinete, o trabalho era intenso: introduzimos o agendamento, reestruturamos a ouvidoria, revisamos procedimentos e sistemas. A ideia da prática universitária teve, mais uma vez, de ficar de lado. Não se apagava de minha mente, porém; sempre que eu podia, escrevia um pouco.

Refletia e aprofundava as bases teóricas.

Havia terminado Contábeis e agora cursava Direito. Os universos continuavam distantes, porém. Meu trânsito entre eles é que mudara. Saía da Delegacia ao fim da tarde e normalmente ia de carona com o meu colega Leomar, então Delegado da Receita Federal em Porto Alegre, até a faculdade de Direito. Conversávamos muito e uma dessas vezes, no gabinete antes de sairmos, expus-lhe a ideia. Gostou de imediato. Comentou que, quando aluno de mestrado, tivera mesmo ideia semelhante e que muitas vezes questionara-se por que não tínhamos o equivalente a um SAJU.

Comentei que podíamos fazer ainda melhor; podíamos utilizar essa iniciativa para nos aproximarmos dos futuros contadores e propiciar-lhes a prática não só através do atendimento, mas através de grupos de estudos. Sabíamos que, para construir uma solução efetiva, todos os partícipes teriam de ganhar algo. Isso seria possível se a Receita fosse um



apoiador. Daí a equação fechava. Se a Receita Federal apoiasse os alunos através de reuniões e treinamentos, eles teriam a motivação para investir parte do tempo nos núcleos. A sociedade receberia o auxílio necessário e a universidade fortaleceria sua imagem.

Eu andava pensando em um nome. Assim como nos SAJU, o nome não precisava ser obrigatório. Cada universidade poderia chamar o núcleo como quisesse, mas ter um nome ajudava a dar vida à ideia. Estávamos empolgados. Novamente os universos parecem ter se bicado. No elevador, indo para a cafeteria do 13º andar do prédio do Ministério da Fazenda (carinhosamente chamado de Choclatão, por razões óbvias quando visto de longe) errei o andar e desci no 10º. Lá funcionava o escritório da Superintendência do Patrimônio da União, SPU, em especial uma área de atendimento chamada NAP, Núcleo de Atendimento ao Público. Pensei: “Que acrônimo forte! Três letras é o que precisamos”. No mesmo dia e uns rabiscos mais tarde estava cunhado o nome NAF, Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal. Poderia ser só fiscal, mas isso não refletiria o escopo. Afinal o projeto era de difusão e de apoio contábil também. Tentei por vários minutos mudar o acrônimo para incluir o “C”, mas desisti. E desde então o nome vem se consolidando.

Pensar uma ideia é uma coisa. Implementá-la e geri-la é outra. Precisávamos de uma linha de valores e de ação, o norte que pautaria a ideia. Fizemos um sumário executivo: O que queríamos? Quais valores deveriam pautar a iniciativa? Como recebê-la?

Administrador por formação acadêmica e gestor em diversos grupos de pessoas, sabia que não podia centralizar, mas, ao mesmo tempo, minhas experiências empreendedoras lembravam-me que o mais importante para que uma ideia florescesse era acompanhar todos os passos de seu início e, sobretudo, engajar as pessoas certas. Decidi iniciar as visitas pessoalmente, aos poucos, enquanto angariávamos pessoas para compor a ideia.

Os universos, acadêmico e prático, continuavam a se bicar e os ventos da boa sorte sopravam fortes. Uma das nossas estagiárias, aluna de Direito, tornou-se redundante, mas como precisava do dinheiro da bolsa para manter-se e uma vaga equivalente na Procuradoria da Fazenda (PGFN) ainda não estava aberta, propus:

- Por que você não fica um pouco mais aqui no gabinete enquanto não abre uma vaga na PGFN? Eu preciso fazer um levantamento dos cursos de prática jurídica e também preciso de alguém que me ajude a contatar as faculdades de contábeis. Você aceita?

- Claro. O que eu preciso fazer?

Havia sido dada a largada oficial do projeto. Criamos uma lista de instituições em Porto Alegre e agendamos visitas à noite a cada uma delas. E lá fui eu, faculdade em faculdade, conversando com coordenadores. A primeira que visitamos (a estagiária e eu) foi um sucesso. A Faculdade São Judas Tadeu deu-nos amplo espaço, além do que mais precisávamos: a possibilidade de aprimorar a ideia na prática. Tornar-se-ia o primeiro NAF a vir à luz, em grande parte pelo esforço da coordenadora, Profa. Inês. Fizemos uma abertura formal: aula magna, fotos, coquetel com os alunos, descerramento de placa pelo delegado.



O resto é história. Obviamente que nunca linear, ou não seria história de verdade. Em algumas instituições fomos muito bem recebidos. Em outras, encontramos o desinteresse ou a formalidade de praxe. Em uma delas, ao final de uma palestra de motivação aos estudantes, recebi como “recompensa” da professora um pálido “muito obrigado” e um doce. Inesquecível.

Com o projeto em andamento em quase uma dezena de instituições, juntei forças com o colega André, auditor no plantão fiscal, e iniciamos a escrita de uma monografia para concorrer ao prêmio de Inovação e Criatividade da Receita Federal em 2011. André também estava interessado em desenvolver os contadores a fim de que pudessem prestar melhor serviço à população. O NAF, por sua vez, valorizava-os e os desenvolvia enquanto na universidade. Em um desses cafês de tarde, no 13º andar do Chocolatão, apercebemo-nos que o título da monografia era quase evidente; estávamos construindo uma verdadeira ponte entre a receita e a sociedade ao fortalecer o aprendizado prático dos contadores; estávamos construindo uma ponte sólida, valiosa; daí o nome da monografia que naquele ano receberia o segundo lugar na competição: “Construindo a Ponte de Ouro entre a Receita Federal e o Contribuinte – resultados de uma pesquisa ação”.

O prêmio deu visibilidade nacional aos NAF. A Coordenação Geral de Atendimento (COAEF) apostou no projeto, tornando-o estratégico e seu sucesso chamou à atenção o EUROsociAL, consórcio que agrupa mais de 80 instituições européias e latino-americanas com ampla experiência em diferentes áreas temáticas que guardam relação com a coesão social na América Latina. Já havia mais de 20 núcleos em todo o Brasil, engajando alunos e professores no estudo de matérias fiscais e provendo em muitos casos atendimento fiscal e contábil a quem não tem recursos.

O projeto NAF ganhou corpo; internacionalizou-se. Com o apoio do EUROsociAL, fizemos recentemente uma visita técnica à países da América Central e apresentamos o NAF a representantes das administrações tributárias e dos ministérios de educação da Costa Rica, El Salvador e Guatemala. Todos abraçaram fortemente a ideia e o primeiro NAF criou-se na Costa Rica em outubro deste ano. Em nossa visita técnica, os professores da Costa Rica mencionaram que haviam recém efetuado uma pesquisa sobre o que os alunos mais se ressentiam em seus cursos e notaram que em primeiro lugar aparecia a falta de uma vertente prática durante o curso universitário. Os NAF, nas palavras dos colegas da Costa Rica, “fuerán como que caídos del cielo”.

O projeto que já era relevante para a Receita Federal em nosso país, pelo impacto que opera na formação dos futuros contadores e nas comunidades desassistidas, agora alavanca a imagem de nosso órgão no cenário internacional, reforçando nossa tradição de pioneirismo e inovação. Estamos exportando tecnologia social.

Quando hoje escrevo estas linhas e reflito sobre o que aconteceu não consigo conter um sorriso por tudo que já trilhamos desde o problema da Sra. Márcia e pelo tanto mais que ainda nos espera e que nos há de surpreender. Pelo tanto de simplicidade e poder que reside na iniciativa. Se a ideia já germinava em muitos locais, por que a novidade nos NAF? Por que estamos avançando tão rapidamente e encontramos eco tão forte em diferentes culturas e



Quando algo assim acontece, a causa nunca é única. A realidade parece brotar em uma série de camadas, ou de perspectivas. Sob uma ótica gerencial tradicional, poderíamos dizer que atuamos alinhando a vontade de várias pessoas. Planejamos e executamos com esmero e criamos as condições para que o projeto acontecesse. Em uma perspectiva mais humanista, diríamos que conectamos pessoas do bem. Que, nas instituições, ligamos pessoas com o desejo de modificar e transformar seu mundo para melhor. Melhor para suas instituições, para os alunos e para as comunidades.

Eu, porém, diria que estamos ligando universos distintos. Que o futuro contador, nossa ponte de ouro, tal qual sua símile na lenda nórdica de Asgard, liga dois mundos: o da teoria e o da práxis.

Com essa poderosa metáfora e respeitando as autonomias dos envolvidos, conseguimos atrair grupos distintos ao redor de uma ideia. Grupos em mundos antes desconexos. Mundos que agora se aproximam vagarosamente e cujas interseções avançam segura e inexoravelmente, tal qual o avançar do trem que eu tomava em Canoas para ir à Faculdade de Contábeis.



Segundo Lugar

Unificação dos Fiscos A Super Receita

Valmir Paulino Benício

ARF/São Sebastião do Paraíso-MG

Ingressou na RFB através do concurso para TTN em 1989 e foi nomeado no dia 15/05/1991. Foi lotado primeiramente na Alfândega de Cumbica, pediu transferência para a DRF/São Bernardo do Campo em 1995, para DRF/Poços de Caldas em 2004 e ARF/SSP em 2010. É formado em Administração com ênfase em Comércio Exterior e em Direito. Possui Pós-graduação LATO-SENSU em Direito Tributário, pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Unificação dos Fiscos - A Super Receita

A criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na época chamada de Super-Receita visava unificar a arrecadação de todos os tributos e contribuições federais, inclusive as previdenciárias.

Ela foi o resultado da fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, na época vinculada à Previdência Social.

A fusão necessariamente precisou ser por etapas e de modo gradativo. Apesar da decisão de fazer a fusão, a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária continuaram funcionando separadamente no início.

O primeiro passo ocorreu quando retirou a Diretoria de Arrecadação da estrutura do INSS, transferindo-a para a recém criada Secretaria da Receita Previdenciária – SRP (Lei nº 11.098 de 13/01/05), ligada diretamente ao Ministério da Previdência Social - MPS.

A Super-Receita surgiu inicialmente com a Medida Provisória (MP) nº 258, de 21.07.2005, sendo consolidada posteriormente com a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, quando então ocorreu a fusão entre a Secretaria da Receita Federal (SRF) e a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), criando-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Foi nesta ocasião da fusão, que o novo órgão foi apelidado pela imprensa de "Super Receita". Tecnicamente, com esta nova legislação alterou-se a denominação da Secretaria da Receita Federal (SRF) para Receita Federal do Brasil (RFB) e transferiu para este órgão competências antes atribuídas à Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), quais sejam: a fiscalização, arrecadação, administração e normatização do recolhimento das contribuições sociais para o financiamento da seguridade social (as "contribuições previdenciárias").

Uma das etapas mais importantes, que era a integração dos sistemas de informática da Dataprev (empresa de processamento de dados da Previdência) e do Serpro (empresa do governo que processa os dados da Receita) ainda não ocorreu, passados mais de seis anos.

Na prática os dois órgãos arrecadam e fiscalizam as contribuições destinadas à Seguridade Social, cada qual com sua estrutura, que impõe ao Estado Brasileiro um duplo investimento e gastos, também duplicados, com a administração, manutenção, segurança e limpeza de instalações, aquisição de suprimentos e atendimento de todas as necessidades para que ambas funcionem.

A decisão de reorganizar a administração fazendária federal baseou-se, sobretudo, no princípio constitucional da eficiência. A principal razão para esta unificação é a racionalização e conseqüente melhoria da atuação do Estado na fiscalização, arrecadação e administração de tributos.

Em Minas Gerais assim como em outras Regiões, a unificação se deu de forma gradativa, através de unidades piloto.



Lembro que era um grande desafio integrar servidores de um universo bem diferente do Fazendário, incluindo aí serviços, normas, procedimentos, horários, estrutura de atendimento, e por que não dizer, até uma “cultura corporativa” diferente.

Em Poços de Caldas tivemos a iniciativa de promovermos aulas técnicas com a participação dos membros da Receita Previdenciária e Receita Federal. Isto foi excelente para interação dos servidores com os assuntos de ambos os órgãos. E teve o resultado ainda mais abrangente no sentido que acabou promovendo a integração dos servidores, parte essencial para o sucesso da unificação.

Ainda que pegos de surpresa, agilizamos a adequação do local de atendimento para recebermos os novos integrantes da equipe, bem como todo equipamento e demais instalações necessárias. Neste trabalho o sucesso foi graças ao empenho de todos – Gabinete, Tecnologia, Atendentes, bem como do pessoal da Previdência que nos deram muito apoio nesta etapa.

Fizemos emergencialmente uma reunião com toda a equipe de atendimento de ambos os órgãos e definimos um plano gerencial para o atendimento ouvindo cada participante sobre a melhor forma de conduzir os trabalhos nesta etapa, considerando as diretrizes que nos foram passadas.

Cabe comentar que tivemos em todo o tempo, o apoio e acompanhamento dos servidores Soraya Fátima Meira Raydan e Pietro Giovanni Perugino, que nos passaram dicas, sugestões e orientações diversas.

Promovemos um evento simples, devido ao tempo muito corrido, mas contamos com a presença de representantes dos principais Órgãos com os quais mantemos relacionamento profissional como representantes dos Contadores, do INSS, da Secretaria da Fazenda Estadual, da Procuradoria do INSS, da OAB e Superintendentes da CEF, e Banco do Brasil, da Receita Previdenciária em Varginha, além dos servidores da casa. O Delegado da Receita Federal em Poços de Caldas e o Delegado da Receita Previdenciária em Varginha fizeram os discursos de praxe e após promovemos um café da manhã para os convidados.

A equipe do CAC teve a ideia de recepcionar cada novo integrante com um cartão de boas vindas e colocamos um vasinho de flores em cada mesa que preparamos para os novos colegas.

Com toda a equipe mobilizada correu tudo como prevíamos, uma certa movimentação intensa no início até o fluxo normal no decorrer dos trabalhos.

Seis anos depois, ainda que a integração de procedimentos e sistemas não tenha ocorrido na sua plenitude, pode-se dizer que a decisão da unificação foi acertada, diante da eficiência, otimização de aparato organizacional, padronização e unificação do trabalho de administração tributária.



Terceiro Lugar

A lei da gravidade materna

Cléber Marcelo Fernandes Caetano

Alfândega do Porto de Santos

Ingressou na RFB em 1993, como TTN, na agência de Adamantina/SP; em 1997 tornou-se AFTN e foi nomeado para a Alfândega do Porto de Santos, onde permanece. Trabalhou com mercadorias abandonadas, trânsito aduaneiro, importação, exportação e bagagem desacompanhada. De 2006 a 2011 integrou o Nurep Atlântico antigo Núcleo de repressão subordinado à Direp 8ªRF.



A Lei da Gravidade Materna

Viajaram porque tinham um sonho; voltaram porque tinham mãe.

A todas as mães!

Adamantina – oeste paulista.

(começo dos anos 80)

O trem passava por ali todo dia, às 10:00hs e às 17:00hs.

De manhã, vinha de São Paulo; de tarde, voltava para a capital.

Mal apontava no horizonte, e os trilhos começavam a vibrar.

E era naquele ansioso momento que a molecada colocava sobre a estrada de ferro pequenos fios de cobre e esperava, impacientemente, o desfile daquela imponente locomotiva puxando enormes vagões cheios de janelinhas, pessoas e ruídos.

Assim que o trem passava, eram recolhidos os metais disformes, levemente aquecidos que, segundos mais tarde, viravam adorno nos pulsos daquela plateia inocente.

Eu achava os vagões muito parecidos com os volantes da loteria esportiva da época, que meu pai conferia todo domingo à noite, no “Fantástico”.

Havia, também, os trens cargueiros.

Dizia-se que eles transportavam dois tipos de carga: fertilizante e mudança.

O primeiro, mal sabíamos o que era.

Só sabíamos que vinha em sacos.

O segundo, tínhamos bastante curiosidade em conhecer!

Como vinham arrumados os móveis no vagão?

Podia trazer cachorro?

Quem era e de onde vinha aquela família?

A gente pelejava, mas não tinha acesso à plataforma de carga e descarga de mercadorias, tampouco ao armazém em que elas ficavam depositadas.

Então, nos contentávamos mesmo em forjar metais, quase sempre, no trem das cinco da tarde.

Os anos se passaram e o progresso chegou.



As rodovias renderam as ferrovias;
O ferro e a madeira cederam lugar à borracha e ao betume;
Os modernos caminhões e ônibus substituíram os charmosos vagões;
O imenso barracão de fertilizantes transformou-se num depósito de materiais para construção;

A estação ferroviária, numa noite pegou fogo, até que, por fim, o trem deixou de apitar.

E eu, bem...

Eu fiquei a ver navios.

Santos – litoral paulista.

(fim dos anos noventa)

Se eu achava que um trem era grande, no Porto de Santos eu tive que relativizar, ligeirinho, todo o meu conceito de grandeza.

(tempo presente)

Quando se fala em fiscalização aduaneira, especialmente em portos, a principal lembrança que vem em mente são as operações de comércio exterior, notadamente, a exportação e a importação - com todos seus subprodutos - de mercadorias que, de fato, são a matéria predominante. Mas há uma espécie de terceira coluna, frequentadora tímida do conhecimento geral: a bagagem desacompanhada.

Como assim?

Tecnicamente, bagagem desacompanhada é o termo instituído para designar a bagagem que não esteja acompanhando o viajante no momento de sua chegada ao país.

Traduzindo: É a mudança, excluídas as malas que chegam junto com o viajante no avião. Ponto.

A maioria das bagagens desacompanhadas chegam de navio.

A maioria dos navios chegam no porto de Santos.

Logo, a maioria das bagagens desacompanhadas chegam em Santos.

A bagagem não paga imposto.

E sua declaração é simplificada.

Mas a moleza acaba aí.

Porque a conferência, caro colega, é pra lá de complicada!



Singularidade

Imagino que na sua casa, como na minha, seguimos um padrão básico e universal de organização:

Os quadros ficam pendurados nas paredes, os tapetes são colocados no chão, os livros nas estantes, os travesseiros em cima das camas, as panelas no fogão, as roupas nos guarda-roupas e os brinquedos...tudo bem, os brinquedos ficam esparramados mesmo.

Agora, suponha que você precise colocar todos os seus móveis, eletrodomésticos, roupas e demais objetos dentro de um contêiner, tendo que otimizar cada centímetro cúbico disponível.

O resultado?

Meias e gravatas dentro do liquidificador, eletrônicos envoltos em edredons, que, por sua vez, são postos dentro da máquina de lavar roupas, perfumes dentro dos sapatos, juntos com os livros, na mesma caixa e dentro da geladeira, e muitas outras impensáveis combinações que outorgam à conferência da bagagem desacompanhada o título de alta complexidade.

Sem falar da sua mais notória característica: a singularidade.

Uma das primeiras cargas que conferi, em 1997, era de um contêiner de pneus para caminhões.

Se hoje, hipoteticamente, eu for conferir um novo contêiner de pneus para caminhões, o peso vai ser o mesmo, a arrumação dentro do contêiner vai ser a mesma, o cheiro vai ser o mesmo.

Isso vale para outras cargas como café, tecidos, chapas de aço, etc...

Menos para a bagagem.

Não existem duas bagagens iguais.

Cada bagagem é tão singular, como são as digitais dos viajantes que a possuem.

. . .

Era pra ser só mais um dia normal de trabalho naquele recinto alfandegado.

Sobre a mesa, alguns despachos de importação, de trânsito aduaneiro e de bagagem.

Pela manhã, assim que entrei na sala da fiscalização, um jovem rapaz se identificou como sendo o proprietário de uma das bagagens que ali estavam para serem conferidas.

Pedi-me, com bastante deferência, que eu conferisse a sua bagagem assim que fosse possível, pois estava com muita pressa e retornaria a São Paulo, tão logo eu o liberasse.



Como ele era o primeiro e - até aquele momento - único a se apresentar, assenti de imediato e pedi que me esperasse ao lado do seu contêiner, para que eu pudesse, antes, examinar meu Notes e fazer as demais checagens matinais de estilo.

Em menos de dez minutos eu já estava ao lado do contêiner.

Somente eu.

Porque o viajante desaparecera.

Percorri toda a área de conferência...e nada.

Então, um funcionário do recinto observando que eu o procurava, disse-me que aquele jovem recebera uma ligação no seu telefone celular e fora embora, bastante apressado, no mesmo instante.

Não dei ao ocorrido qualquer importância senão a devida, até porque a bagagem continuava ali intacta e assim permaneceria até que alguém viesse acompanhar a sua conferência.

E fui, então, conferir outras cargas que já estavam em condição de serem vistoriadas.

Lá pelo meio da tarde, eis que o jovem retorna e se dirige a mim para, enfim, conferir a sua bagagem.

Notei que ele estava bastante abatido e, infiel à minha condição de calado, resolvi puxar assunto querendo saber dele porque desaparecera, já que desfilara tanta pressa no início do dia.

Ele pausou a respiração, e pediu licença para contar a sua história, aqui reproduzida com algumas imperfeições, já que a comoção exalada de suas palavras sobrepunha, em alguns momentos, o meu entendimento:

Filho único de um casal de idosos, há dois anos havia se mudado para os Estados Unidos.

Conseguira um bom emprego e tinha ótimas expectativas quanto ao seu futuro.

A busca pelo sucesso, porém, importava em não poder se ausentar daquele país, razão pela qual não via os pais desde que deles se despedira no saguão do aeroporto, no dia da sua partida.

Se, por um lado, sua carreira decolou, por outro, a saúde de sua mãe despencou ladeira abaixo.

Mas, como costuma acontecer com toda mãe, primeiro vem a felicidade do filho, mesmo que a contrapartida seja em seu total desfavor.

Avisado a contragosto da mãe sobre a fragilidade de sua saúde, decidira voltar ao Brasil imediatamente, pois o futuro podia esperar; o presente, não.



Porém, dizia-me, naquele momento, já não havia mais nada a ser feito.

Sua mãe falecera naquela mesma manhã e ele fora avisado enquanto se preparava para acompanhar a conferência de sua bagagem.

Perguntei então o que faria de agora em diante e ele me disse que retornaria aos Estados Unidos, assim que se encerrasse o funeral.

Ele não enxergava melhor forma de homenagear sua mãe.

Nem eu...

. Os brasileiros migram para outros países por diversos motivos, sendo o principal deles a busca pelo sucesso financeiro, atrás de empregos cujos rendimentos permitam uma melhora em seu padrão de vida. Mas há também aqueles que só vão para estudar, os esportistas, os militares, os diplomatas e os demais servidores a serviço do Estado Brasileiro, entre outros.

Mas, seja qual for a razão, existe um efeito colateral bastante comum: os relacionamentos que se desenvolvem em novas terras, geralmente entre os próprios brasileiros.

Assim foi que uma moça paulista, em terras distantes, conheceu um jovem europeu e ali mesmo se casaram.

Vale lembrar que relacionamentos são sempre iguais, seja no Brasil, na Europa, no Alaska, em Gotham city, em Patópolis, em Júpiter...

Não por outra razão, depois de alguns anos esbarrando nas vicissitudes inerentes a qualquer tipo de união, de comum acordo, decidiram-se separar.

Mas voltemos à nossa história.

Temendo não se adaptar à condição de recém-separada, a jovem paulista resolveu correr de volta aos – sempre abertos – braços da mãe, aqui no Brasil.

Deixou uma procuração e algum dinheiro com o ex-marido, a fim de que ele despachasse para o Brasil, por via marítima, a parte dos móveis e demais objetos que a ela pertenciam nos termos acordados na separação.

Pegou um avião e veio embora.

A mudança chegou alguns dias depois, no porto de Santos.

Era manhã de sexta-feira quando o despachante aduaneiro que representava a viajante se apresentou para conferir a bagagem.

Documentos checados, restava, apenas, a verificação da carga.

Quando se abriram as portas do contêiner, à primeira vista, os bens ornavam com o conceito de bagagem.



Mas foi só a primeira impressão.

O Auditor-Fiscal iniciou, então, o procedimento de abertura dos volumes.

A partir daí, o que se viu foi praticamente uma linha inteira de produção de maconha, camuflada entre os bens que compunham aquela bagagem.

Terra para cultivo, sementes, incubadora, secadora e vários pacotes da droga já pronta para o consumo.

Tudo isso dentro do contêiner.

Só faltou mesmo o produtor e o traficante.

A droga e tudo mais que não se caracterizava como bagagem foi apreendida e apresentada à Polícia Federal, que assumiu as investigações.

Posteriormente, ao tomar ciência do auto de infração, o despachante disse que a jovem nem de longe desconfiava do conteúdo daquela bagagem e suspeitava que o ex-marido tinha feito aquela “pequena surpresa” com a única intenção de incriminá-la, uma vez que se arrependera, tardiamente, da separação.

Ah! Ia me esquecendo...foram apreendidos mais de cem quilos de maconha!

Eta surpresa esquisita! . . .

Depois de anos trabalhando na zona primária do maior porto do país, perde-se, em substância, a capacidade de se surpreender com as ocorrências que fogem ao padrão, durante as conferências.

Mas, alguns casos ainda nos remetem à condição de debutante.

Aquela bagagem não valia sequer o próprio frete marítimo.

Os poucos móveis, ferramentas e eletrodomésticos tinham um péssimo aspecto.

Obsoletos, avariados e sujos eram, disparado, os adjetivos mais apropriados para tudo que saía daquele contêiner.

Comigo na conferência, um senhor de quase setenta anos que retornava da Europa após uma mal sucedida temporada.

No rosto, uma expressão que parecia refletir seus bens ali espalhados.

Supondo o meu espanto, o qual me esforcei para disfarçar, ele se adiantou e relatou-me sua jornada:

Marceneiro de mão cheia, cinco anos atrás havia recebido um convite de alguns conhecidos seus, que já se encontravam na Europa, para deixar o Mato Grosso e faturar alguns euros.

Solteiro, sem filhos e sem parentes vivos, resolveu arriscar a sorte na terra das touradas.



No começo, não tinha do que reclamar.

Não faltava serviço, não faltava dinheiro, não faltavam amigos.

Mas veio a crise da zona euro e aí se foram o serviço, o dinheiro e os amigos, talvez não nesta exata ordem.

Para piorar a situação, o tabaco, companheiro inseparável de tantos e tantos anos, decidiu expropriar os seus pulmões e sepultar, por extensão, todo o seu vigor para o trabalho.

Com muito custo, com a ajuda dos poucos amigos que ainda não se haviam afastado, conseguiu comprar uma passagem de volta ao Brasil e despachar os bens que possuía.

Agora, dizia-me, só lhe restava, ansioso, esperar a morte e que, portanto, não poderia se sentir mais feliz.

Sem entender aquela conclusão, pedi que me esclarecesse melhor.

Enquanto me explicava, seus olhos se encheram d'água e sua voz mal saía:

Como dissera antes, nunca se casou, não tinha filhos e nem parentes que conhecesse.

Sua mãe falecera quando ele tinha dez anos; desde então haviam se passado quase sessenta anos, mas, durante todo esse período, não houve um só dia em que ele deixasse de lembrar e sofrer a ausência da sua querida mãe.

Não duvidava, nem por um instante, que a encontraria, onde quer que ela estivesse, seja lá o que aconteça com as pessoas depois que morrem.

Tencionava viver de doações até o final de seus dias.

Mas, enquanto isso não acontecesse, não lhe acompanhariam sonhos, planos, tampouco expectativas.

Só um último desejo, que ele começaria a por em prática assim que sua bagagem fosse liberada:

Seguir rumo à sua terra natal para que, na sua última parada, pudesse ser enterrado junto ao túmulo de sua mãe.

Que a terra lhe seja leve! ...

Existem muitas outras histórias sobre bagagens desacompanhadas, afinal, todos os dias desembarcam vários contêineres não só aqui em Santos, mas também em outros importantes portos espalhados pelo nosso litoral.

E cada bagagem estampa uma história, seja de alegria, de tristeza, de sucesso, de fracasso, de conquista, de derrota, de aprendizado, de superação, assim, quando abrimos um



contêiner de bagagem, nos posicionamos diante de algo muito mais significativo do que o simples e frio conceito de mobília, de roupas e de objetos.

Isso inflaciona e muito a nossa responsabilidade enquanto agentes públicos, porque na maioria das vezes, a RFB é o primeiro contato entre o cidadão que retorna e o Estado que o recebe, por nós representado, sendo certo que esse contato - como todos os demais - deve estar plenamente revestido de respeito, urbanidade e cortesia.

A RFB na alfândega do porto de Santos disponibiliza uma equipe para dar total suporte ao viajante, caso ele opte por acompanhar pessoalmente os procedimentos de liberação da sua bagagem, que vai desde a confecção da declaração simplificada, passando por sua análise documental e culminando com seu encaminhamento ao recinto depositário, para conferência.

Esse serviço de excelência permite ao viajante a liberação de sua bagagem sem qualquer custo adicional - exceto o frete marítimo e a armazenagem - e é muitíssimo elogiado por todos que dele se utilizam.

. Quis contar estas três histórias porque, embora cada viajante tenha partido por destinos e motivos diferentes, ambos voltaram em nome de uma mesma lei.

Não de uma lei promulgada, nem votada, sequer escrita.

Mas de uma lei maior, implacavelmente obedecida:

A lei da gravidade materna!

Newton nada fez senão adaptá-la, usando maçãs em vez de filhos!

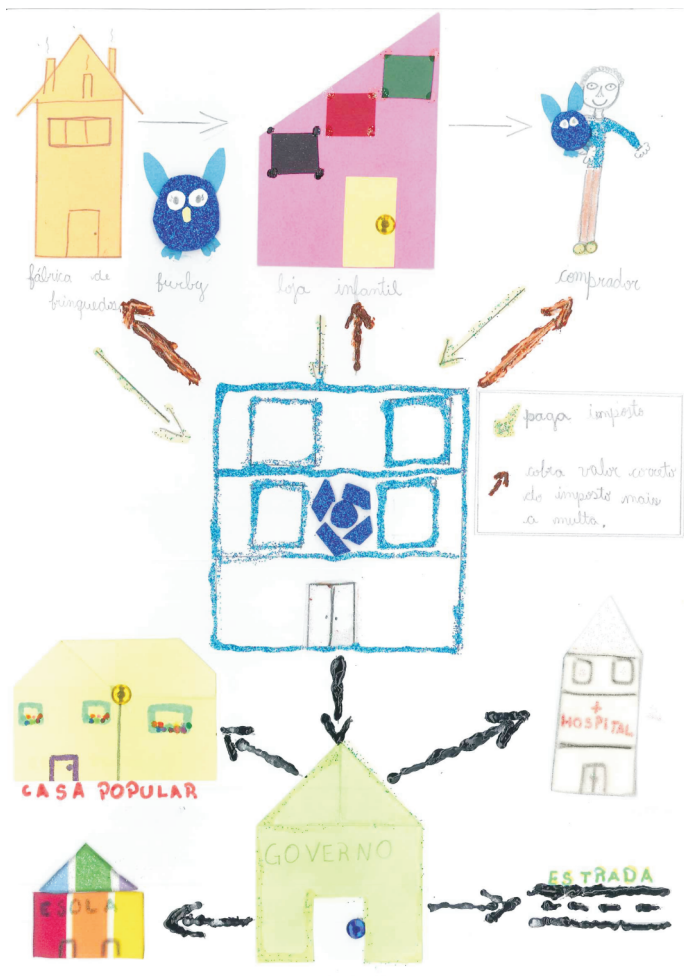
Mas isso também é uma outra e longa história...



Menção Honrosa



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



2º LUGAR

Autora: Sofia Frank Pereira/2º ano do Ensino Fundamental

Responsável: Lisiane Frank Pereira – ATRFB/DRF-Santo Ângelo

Menção Honrosa

O espetáculo da cidadania

Patrícia Gomes de Oliveira

DRF/Foz do Iguaçu-PR

Ingressou na RFB em 30/06/2006. Trabalhou no CAC, no SEORT e no momento é Representante de Educação Fiscal e RC&D da DRF Foz do Iguaçu.

Três, dois, um... o espetáculo vai começar!

E assim o sonho torna-se mais uma vez realidade! Sonho concretizado, brotado de um desejo de mudar, melhorar a vida de muitas crianças. CRIANÇAS na Receita Federal do Brasil? SIM, CRIANÇAS!!!!

Afinal, fala-se tanto em justiça social, na função social do tributo, moral tributária, e se esquece que a mudança tão esperada deste país virá das crianças, futuras cidadãs, que espera-se sejam éticas, no sentido de honestidade, respeito próprio e mútuo, solidariedade, participação ativa diante dos problemas da sociedade, que sejam “Cidadãs Legais”.

Mas como serem futuras “cidadãs legais” se muitas sequer têm futuro, porque seguem a “carreira de laranjas” (termo usado para designar pessoas que atravessam a fronteira com produtos que não são seus, são “mulas”)? Já na tenra idade, aos 12 anos, crianças são aliciadas por bandidos inescrupulosos a trazer para o Brasil mercadorias em troca de “dinheiro fácil”, ao qual elas jamais teriam acesso de outra forma. Iludidas pelo ganho “fácil”, muitas abandonam a escola para “progredir na carreira”. Bem se sabe que o descaminho e o contrabando estão associados; então, crianças que inicialmente “trabalhavam” apenas com mercadorias de pequeno valor, passam a carregar drogas, armas e, pronto, estão nas “garras” dos traficantes. Infelizmente, e vergonhosamente para nossa sociedade, estes jovens acabam nas estatísticas criminais e são assassinados, em sua



maioria. Estatísticas demonstram que Foz do Iguaçu já ocupou o primeiro lugar no ranking nacional de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos. Preste atenção: já ocupou (no passado), as coisas estão mudando!

Bom, vamos falar do sonho... Sabe aquela frase de Dom Quixote “Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha juntos é o começo da realidade”? Pois é. Um dia sonhei com uma Foz do Iguaçu diferente, onde as crianças fossem para a escola (uma escola de qualidade), aprendessem a ser cidadãs, conscientes de seus direitos e deveres e, no futuro, tivessem uma profissão que lhes possibilitasse ter uma vida decente, digna.

Então, surgiram algumas questões: Como trabalhar com as crianças? Seria possível trabalhar com crianças na Receita Federal do Brasil? Veio então a ideia de inventar uma peça de teatro de fantoches, pois é uma linguagem divertida e bem aceita pelo público infantil.

O passo seguinte foi colocar mãos à obra e criar a história, de forma a apresentar a problemática da fronteira em linguagem simples e concreta. Foi aí que surgiu o Chico, um personagem de 12 anos, que vivia em uma cidade, Cidadania, onde tudo funcionava bem porque todos se preocupavam com o bem comum e faziam as coisas bem feitas: a Dona Diva D, dona da locadora, só alugava filmes e desenhos LEGAIS; A Sra. Hortência, dona da quitanda, só vendia frutas e verduras fresquinhas; o Sr. Inventoso, sempre muito cuidadoso, fabricava brinquedos para as crianças, sempre com muito carinho e dedicação. Os comerciantes eram honestos e faziam o repasse dos impostos para a prefeitura. Ia tudo muito bem, até que um dia apareceu o Piratão e aliciou o Chico, convencendo-o a largar a escola para ficar rico, vendendo produtos piratas: “Pra ganhar esse dinheiro, é fácil assim: você arma uma banquinha, e vende esses DVDs pra mim! É fácil ficar rico, laranjinha: é só não passar o dinheiro dos impostos pra prefeitura. Não importa se isso é certo, o negócio é ser esperto!” Na sequência, o pai do Chico perdeu o emprego porque a concorrência desleal fez com que a locadora onde ele trabalhava fosse à falência, crianças que consumiram produtos piratas passaram mal e o hospital ficou cheio de casos estranhos (os óculos de sol quase deixaram uma menina cega, um bebê engoliu peças de um carrinho e quase morreu engasgado, outra menina que comeu uma maçã envenenada com agrotóxicos piratas ficou com muita dor de barriga). Enfim, a cidade ficou em polvorosa! Então entraram na história Adu e Ana, os heróis da Receita que prenderam os bandidos, Piratão e seu camarada Traficante (que estava se preparando para vender armas e drogas em Cidadania). Após prenderem os bandidos, Adu e Ana encontraram o Chico, apreenderam as mercadorias piratas e encaminharam o menino para casa. Este encontro não foi fácil, pois Chico teve que contar a verdade ao pai: “Pai, eu pisei na bola, deixei de ir pra escola e trabalhei para o Piratão, que é um safadão!” O pai perdoou o filho, mas fez com que este promettesse ir para a escola para ser um CIDADÃO LEGAL. No final, tudo voltou ao normal, “tudo, tudo funcionando, e as pessoas se respeitando! Cidadania é um lugar cheio de felicidade, todo mundo é respeitado e vive com dignidade!”.

História pronta, agora faltava a aprovação do delegado, pois até então não havia sido falado em receber CRIANÇAS na Receita Federal. Aqui é um lugar de trabalho, sério,



não é escola (com o barulho das crianças). Bem, lá fomos nós, uma colega querida que havia me incentivado e eu, apresentar a ideia da peça (e a peça) ao delegado. Ideia apresentada, houve leitura da peça (eu nem acreditava!) pelo delegado, seu adjunto e outro colega, além de nós duas; como são dezesseis personagens, cada um teve que “interpretar” mais de um personagem. Foi um momento incrível, (e ao mesmo tempo mágico, inacreditável mesmo!), pois todos se envolveram, ao mesmo tempo em que se divertiram, lendo “O Segredo de Cidadania”. Finda a leitura, o então delegado, Gilberto Tragancin, olhou para mim e perguntou: “Quando será a primeira apresentação?”. Ele nem imagina (de repente se tiver a oportunidade de ler esta história vai descobrir) o quanto aquelas palavras soaram no meu coração como “Yes!!!! Uhhuuuuuuuuu!!!! Vamos receber as crianças!!!!”

A partir de então, tudo ficou “leve” apesar de trabalhoso, pois era preciso correr para que o espetáculo começasse o quanto antes. Foram seis meses de preparação, até que tudo ficasse pronto: o cenário (desenhado e adquirido por colegas queridos), o lanche (proporcionado pela Provopar), a bebida (patrocinada pelos servidores da DRF FOZ), as imagens em PowerPoint projetadas em uma TV que fica atrás dos bonecos (gentilmente configuradas também por colegas), o som, os fantoches (doados e fabricados pela Provopar) e, o mais importante: os “atores” (colegas idealistas que acreditaram no sonho e se empenharam para que se tornasse realidade).

No dia 07 de abril de 2011, aconteceu a primeira apresentação da peça de teatro de fantoches “O Segredo de Cidadania”, na sala de aula da DRF Foz do Iguaçu, agora na gestão do delegado Rafael Rodrigues Dolzan.

Desde o lançamento, a peça já foi apresentada para mais de três mil crianças, de Foz do Iguaçu e região. Elas vêm à nossa delegacia para receber uma semente de cidadania que, ao brotar, desabrochará muitos CIDADÃOS LEGAIS, que construirão uma cidade e um país melhores!

Três, dois, um... e o espetáculo continua, graças a muita gente de boa vontade que acredita em um mundo melhor!



Menção Honrosa

Pis e Cofins não-cumulativos - A palestra.

Carla Patrícia Lima Barbosa

DRF/Campina Grande-PB

Ingressou na RFB em 04/02/2003, durante 10 anos trabalhou em Porto Velho-RO, Tabatinga-AM, Porto Seguro-BA, Boa Vista-RR e atualmente trabalha em Campina Grande-PB. Por conta de tantas remoções, teve a oportunidade de trabalhar com Fiscalização PF e PJ, Aduana, Administração e Arrecadação. Ama a RFB e ama a Região Norte.

Ainda não sei o que me fez escrever essa história, acho que uma crise nostálgica, uma saudade inexplicável dos tempos em que vivi tantas descobertas, tantas realizações e onde começou a minha história de amor com a Receita Federal do Brasil e com a Região norte do país.

Peço desculpas aos leitores, mas algumas linhas serão necessárias para descrever ambientes, situações, emoções e essas são indispensáveis para que o leitor possa entender a história e perceber a sua graça.

A história maior começa no ano de 1998 com uma grande viagem, de ônibus, 4 longos dias de estrada separavam Recife-PE da distante Porto Velho, capital de Rondônia.

Só o amor poderia explicar tal empreitada, mas essa parte, podemos pular.

Foram necessários alguns anos entre o término da graduação em Ciências Contábeis, que começou na Universidade Federal de Pernambuco e terminou na Universidade Federal de Rondônia e a realização do grande sonho de fazer parte do seleto grupo de Auditores-Fiscais da Receita Federal (concurso 2002.2). Sonho esse tão distante da realidade daquela menina tímida que viveu grande parte de sua infância e adolescência trabalhando no pequeno comércio de seu pai.



Mas, foi exatamente o amor e a descoberta da Amazônia, com suas múltiplas oportunidades que me permitiu contar essa outra história para vocês.

Porto Velho-RO foi criada por desbravadores por volta de 1907, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Situa-se em plena Floresta Amazônica, na maior bacia hidrográfica do globo, onde os rios governavam e ainda governam a vida das pessoas.

Porto Velho era a cara da Amazônia, um retrato de uma cidade que parecia ter parado no tempo, os primórdios de um Brasil. A visão mais marcante era um rio fantástico, forte, intenso, com água amarelada e as três caixas d'água gigantes: esses dois patrimônios eram orgulho para os moradores daquele lugar.

Seu povo, como na maioria da região norte, tinha feições indígenas, belos cabelos negros e lisos, lindos, um verdadeiro mergulho na origem do Brasil.

A economia ainda guardava resquícios dos tempos áureos do garimpo e da borracha, caminhava devagar como se aguardasse que aqueles tempos de ouro fossem ressurgir das águas do velho rio madeira.

E foi nesse cenário que tudo aconteceu...

Após o meu ingresso na Receita Federal do Brasil fui lotada na DRF PVH, sendo destacada para a seção de fiscalização, inicialmente trabalhando com Pessoa Física e pouco tempo depois com fiscalização de Pessoa Jurídica.

Nessa época (2003/2004) acompanhei a entrada em vigor da Lei nº 10.637, de 2002 e Lei nº 10.833, de 2003 que promovia grandes mudanças na forma de apuração do PIS e da Cofins, nascendo o regime não-cumulativo dessas contribuições. A mudança drástica aumentava sobremaneira a carga tributária de muitas empresas submetidas ao lucro real, foi um alarde!!! Logo se viram diversas mudanças legislativas que visavam excluir dessa incidência não-cumulativa receitas de várias ordens, de vários setores ou mesmo ampliando as despesas que gerariam créditos para essas contribuições.

Aqui cabe o registro: na realidade de Rondônia, isso fazia pouca diferença, já que tínhamos pouquíssimas empresas tributadas pelo lucro real, como dito, era uma economia ainda incipiente. Eu deveria ter lembrado disso antes...

Dentre essas tantas alterações legislativas, uma delas excluía da incidência não-cumulativa as algumas receitas da atividade de turismo (parques temáticos, hotelaria, organização de eventos). Para o detalhamento do que seria enquadrado como receita da atividade de turismo beneficiada foi editada a Portaria Interministerial nº 33, de março de 2005 e foi justamente essa “bendita” Portaria a responsável pelo episódio trágico e ao mesmo tempo cômico que vivi.

Terminei sendo destacada pelo então delegado para ministrar uma palestra sobre essa Portaria Interministerial e os reflexos na apuração do Pis e da Cofins. Tal convite havia



sido formalizado pela Secretaria de Turismo do Estado de Rondônia que estaria organizando um evento que congregaria empresários, contadores e profissionais do setor de turismo.

Era um grande desafio, ainda mais para uma servidora recém-ingressa na casa, com pouca habilidade no falar em público e com um grande senso de responsabilidade, afinal, estaria representando a Receita Federal do Brasil!!! (instituição da qual nutria e nutre grande paixão e respeito).

Eram muitas dificuldades: assunto muito técnico e complexo, limitações para falar em público e a obrigação de representar bem nossa instituição.

Para encarar essas dificuldades, estudei muito, preparei-me para as perguntas mais difíceis que pudessem ser feitas, passei a conhecer a história dessas contribuições desde sua origem até a última alteração legislativa, passando pela ADIN que questionava a ampliação da Base de Cálculo promovida pela Lei nº 9.718, de 1998.

Para não correr o risco de não me expressar bem, gravei cada vírgula, cada pausa, cada palavra que seria proferida, até mesmo o “Boa Tarde, meu nome é Carla Patrícia” constavam do processo de “decoreba”. Tudo teria que sair perfeito e todas as informações passadas na íntegra.

Foram 05 dias repetindo aquelas palavras para o espelho, meu marido e até meu filho de 05 anos foram obrigados a assistir aquela palestra por diversas vezes. (quem sabe não seriam novos auditores-fiscais da RFB!)

De repente eu pensava: Receita Federal do Brasil, Pis e Cofins não-cumulativos, empresários, contadores, na minha cabeça era tudo muito grande!

Acho que durante essa semana imaginei que estivesse no Rio de Janeiro ou em São Paulo, onde tínhamos verdadeiros conglomerados empresariais voltados ao turismo, grandes profissionais de contabilidade especializados no assunto. O material deveria atender às exigências desse seletor grupo e foi o que aconteceu.

Preparei um material altamente técnico, que começava com a história dessas contribuições, questionamentos constitucionais vencidos, a regra da cumulatividade, a não-cumulatividade, receitas que estariam sujeitas ao regime cumulativo e os efeitos da Portaria interministerial nº 33. Gente, era para tributarista ou contador nenhum botar defeito.

E qual o meu grande erro? Esqueci que estava em Porto Velho-RO, aquela economia que caminhava devagar, com pouquíssimas indústrias, ainda muito extrativista. Agora, imaginem vocês os representantes do setor de turismo da cidade (vamos abstrair junto comigo, estávamos falando de Porto velho de 2004/2005).

Chegou então o grande dia!!! A barriga doía desde o dia anterior de tanto nervosismo, o que acalmava era que eu sabia cada palavra, cada vírgula, cada pausa. Não tinha como dar errado, tudo seguiria o “script” e a Receita Federal seria bem representada!

Cheguei cedo para preparar tudo, mas, já na chegada comecei estranhar as pessoas que transitavam pelo local do evento, eram simples demais, chinelos nos pés, pessoas acompanhadas de crianças. (Abro mais um parênteses, esses comentários não representam



qualquer forma de preconceito. Falei da minha história de vida no pequeno comércio de meu pai, aqueles eram gente como eu, simples como sempre fui e continuo sendo, apenas não eram as pessoas que eu esperava encontrar para aquele evento específico).

Pensei: “deve ter havido um outro evento, os convidados ainda estão para chegar”, mas, para minha surpresa, não foi o que aconteceu. Eu estava diante do verdadeiro público.

Os empresários do setor de turismo de Porto Velho que estavam presentes eram em sua maioria representantes do comércio informal, donos de barracas de venda de alimentos, artesãos, proprietários de pequenos barcos de passeio, quando muito, proprietários de pequenas empresas, que jamais ouviram falar em lucro real, em Pis e Cofins não-cumulativos, quem dirá em Ação Direta de Inconstitucionalidade!

Seriam essas pessoas que assistiriam aquela palestra altamente técnica. Naquela altura do campeonato, eu não tinha a menor condição de improvisar, não saberia o que falar e assim a apresentação seguiu o seu “script”.

Sinceramente, cheguei a acreditar que até foram contratados alguns figurantes para que o auditório não ficasse tão vazio.

Imagino que uma das únicas coisas verdadeiramente compreensíveis da palestra foi o “Boa Tarde, meu nome é Carla Patrícia”. Até hoje lembro daquelas faces, daqueles olhos arregalados, sem ter a menor ideia do que eu estava falando, quase que aterrorizados. Era um filme de terror para mim e para eles. A única coisa que eu conseguia falar de diferente do “scripts” era: isso não faz parte da realidade de suas empresas, estão afetos a empresas do lucro real, como se isso fizesse qualquer diferença na compreensão deles e no nível de estresse causado.

Os slides eram intermináveis! Eu suava só de imaginar o que seria abordado no próximo tópico, já que a complexidade dos assuntos só aumentava. Tentei abstrair daqueles rostos, do choro de algumas crianças, na esperança de logo chegar ao fim.

Mas, meu público manteve-se firme, típico da generosidade e educação do povo amazônico e dos mais humildes, ouviram, ainda que assustadamente, cada palavra. Nem lembro quanto tempo de duração teve a palestra. (para mim, pareceu uma vida).

Mas, se vocês pensam que o pesadelo tinha acabado, ainda tinha o momento das perguntas, o “gran finale”! Deveria ter pulado essa parte...(risos)

Eu, como disse antes, estava preparada para a pergunta mais difícil sobre o tema, defenderia a constitucionalidade daquelas contribuições com os olhos vendados, detalharia cada receita de turismo que ficaria fora do regime não-cumulativo, entraria em cada detalhe que abordasse a forma de apuração dessas contribuições, o que fazer com o estoque de abertura. Outro grande engano meu seria imaginar que haveria qualquer pergunta do gênero (deveria ter cancelado essa fase, mas não poderia decepcionar os “guerreiros” que me ouviram até o final).

As perguntas eram do tipo: como faço para ter um CNPJ? Não tenho contrato de aluguel, só uma licença da prefeitura para vender tacacá e açaí, posso tirar um CPNJ? Eu nunca paguei imposto, como devo fazer, posso ter problemas?



E aquela palestrante, sabia de muita coisa, mas não sabia quase nada de procedimentos ligados ao cadastro CNPJ. Cada nova pergunta soava como um novo castigo, e a resposta era pedindo um contato par que eu pudesse orientar o contribuinte com informações mais completas.

Finalmente o evento acabou, tinha um farta mesa, apesar da fome, nem um mísero grão de comida passaria por minha garganta, precisaria de muito tempo para me recuperar.

Quando fui para o carro, chorei, chorei, chorei, não sabia se chorava por mim ou por eles, éramos todos vítimas daquele evento desastroso e até irresponsável.

Quando cheguei na DRF, fui direto ao gabinete do Delegado (um mineirinho de voz mansa), o choro tinha se transformado em raiva. A primeira coisa que disse foi: não conte comigo para dar palestra de espécie alguma, não participo mais de nenhum evento (confesso que a voz estava com um tom acima do meu normal).

Foi mais um a arregalar os olhos para mim, só mais um, que pouca diferença faria depois de tantos outros olhos arregalados que tinha visto naquele dia! Depois que me acalmei, contei os detalhes “sórdidos” do acontecido e não teve como segurar o riso, terminei virando o motivo de piada da fiscalização e da Delegacia.

A “recuperação” aconteceu alguns meses depois, mas os cuidados para a participação de eventos permanecem até hoje, faço questão de me inteirar de vários detalhes do evento, principalmente do público-alvo para que o evento possa atender as necessidades do público e não apenas do que esperam os organizadores.

E depois de 10 anos (sendo 04 na RFB), Porto Velho ficou grande demais e fui aventurar-me por terras ainda mais distantes, mais selvagens, fui transferida, a pedido, para Tabatinga-AM.

Mas, essa parte ficará para o próximo concurso de Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil.

Esse foi um pequeno capítulo de uma grande história de vida no Norte do país, muitas dessas descobertas e vivências proporcionadas pelo trabalho na Receita Federal do Brasil.

Nesses 16 anos aprendi a amar aquele povo, aquela cultura, aquela natureza inigualável e pude viver momentos de grande realização pessoal e profissional.

Hoje, de volta à minha região nordeste, estou reaprendendo a falar “oxe”, “oxente”, “visse”, “tumati” e “cibola” e dançar forró e frevo, claro!

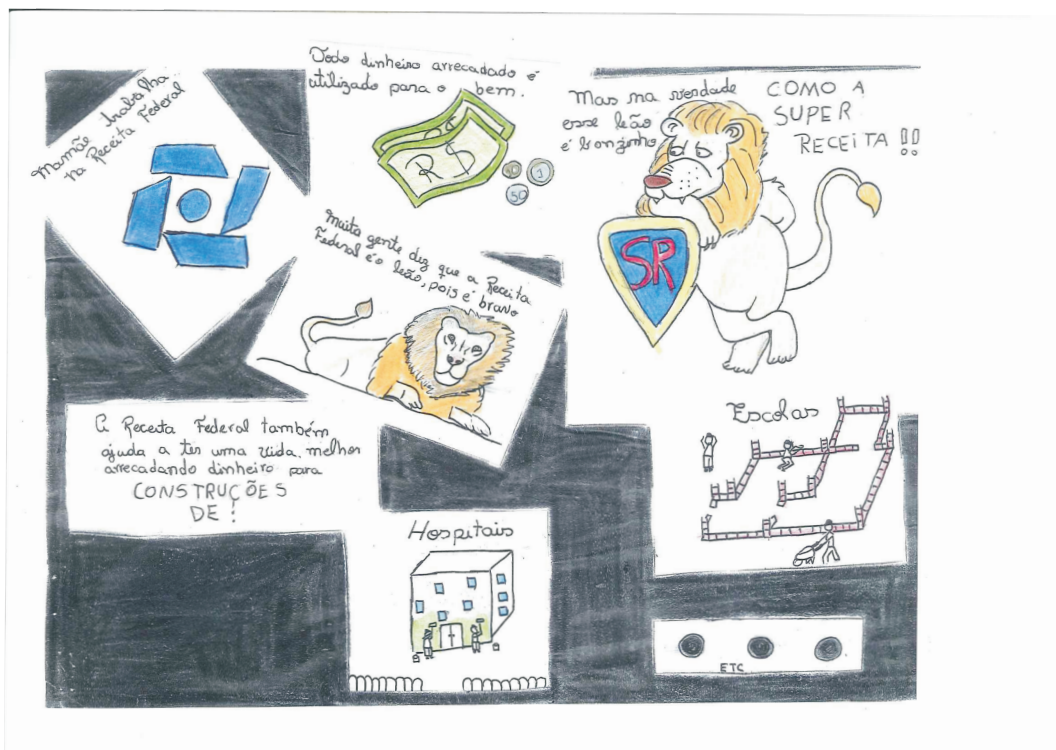
Mais cedo ou mais tarde a gente volta para casa. A questão é saber aproveitar o tempo de cada coisa, dar espaço para novas descobertas. O risco é você perceber que já não pertence a um só lugar, que o mundo pode ser muito maior do que imaginávamos.



Prosas Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



3º LUGAR

Autora: Thaís Sales Barbosa de Sales/5º ano do Ensino Fundamental

Responsável: Carla Patrícia Lima Barbosa – AFRFB/DRF-Campina Grande

A ameaça

Marlise Kempf

DRF/Novo Hamburgo-RS

Ingressou na RFB em dezembro de 1982. Trabalhou na Previsão e Análise na Superintendência da 10ª RF; Agente na ARF/São Leopoldo de 1984 a 1986; na Equipe de Fiscalização da DRF/Novo Hamburgo; na Arrecadação da DRF/Novo Hamburgo; Chefe de CAC da DRF/Novo Hamburgo de 1995 a 1998 e Chefe da ARF/São Leopoldo de janeiro de 1999 a presente data.

No final de uma tarde de trabalho, fui chamada por uma atendente. Um advogado, rapaz alto, forte, e uma funcionária de uma empresa apresentavam um ofício judicial que determinava a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa em nome da organização que representavam, caso não existissem outras pendências além de uma dívida do Refis.

A empresa possuía outras pendências. Além disso, ainda não havíamos sido oficiados pela Justiça, motivo pelo qual comuniquei ao advogado que teríamos que aguardar a intimação oficial.

Ele me encarou seriamente e disse: “amanhã retorno com ofício de prisão por descumprimento de ordem judicial”. Respondi que fizesse o que achasse de direito, e que eu estava apenas cumprindo as orientações administrativas. A funcionária da empresa, uma jovem que costumava tratar de assuntos na Repartição, encarou-me com um sorriso no olhar que transmitia seu pensamento: “agora quero ver”.

No dia seguinte, por volta das 13h, horário de início do expediente externo, recebo a ligação de uma atendente da ARF. A colega falou: “estão aqui duas advogadas da empresa que não recebeu a negativa ontem no final da tarde, acompanhadas de um oficial. Devem ter



vindo com mandado de prisão”. Sabíamos que as duas advogadas atuavam na organização em questão. O advogado do dia anterior, que fez a ameaça de prisão, não apareceu.

Imediatamente fiz contato com a Procuradoria da Fazenda Nacional de Novo Hamburgo, que jurisdiciona o município de São Leopoldo, e comuniquei a situação a uma Procuradora. Ela verificou a ação judicial e retornou afirmando que o oficial não poderia estar com mandado de prisão, pois a Receita Federal ainda não havia sido oficiada, e que a presença dele deveria ser exatamente para efetuar a intimação.

Entre o contato com a Procuradora e o retorno da informação, passou-se algum tempo. Quando cheguei à Repartição, o Oficial continuava me aguardando na companhia das advogadas. Após as apresentações, recebi o ofício judicial e determinei a uma servidora que expedisse a certidão compatível com a situação da empresa, já que havia, na decisão do desembargador do TRF, a ressalva de que deveria ser fornecida a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa somente se não houvesse outras pendências. Foi averiguado, entretanto, que à empresa cabia receber apenas a Certidão Positiva.

Naquele momento, começamos a ter problemas com as advogadas e com o Oficial de Justiça que, estranhamente, não havia se retirado após dar ciência do ofício. Ele insistia em permanecer com as advogadas e intercedia a favor da empresa. Enquanto a servidora emitia a Certidão Positiva, ele argumentava: “não é este o documento, a empresa precisa de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa”. Eu continuava afirmando que só poderíamos fornecer a Certidão Positiva.

Na sequência, uma das advogadas fechou a porta de minha sala e disse: “vamos conversar”. Eu, abrindo a porta novamente, falei: “faça você a sua parte, mas nos deixe fazer o nosso trabalho”. Nesse ínterim, eu continuava em contato com a Procuradora, repassando a ela informações sobre o comportamento das advogadas, que insistiam em não “entender” o que estava na determinação judicial.

Passado mais algum tempo, por volta das 16h, a advogada que tentara me intimidar com conversa a portas fechadas atendeu o celular e, indignada, voltou-se para mim, dizendo: “vocês ganharam”. Ela havia recebido a informação de que o desembargador ratificara a decisão elucidando, com palavras bem claras, que, havendo outras pendências, evidentemente não cabia a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. Afirmei que não havíamos ganhado nada, pois não se tratava de perder ou de ganhar, mas de cumprir com o dever, fornecendo à empresa a certidão a que ela tinha direito.

A presença do oficial defendendo os interesses da empresa resultou em representação à Justiça Federal e, após alguns meses, recebemos ofício comunicando a punição atribuída ao servidor. A direção da organização compareceu à Repartição, posteriormente, para pedir desculpas pelo comportamento das advogadas, registrando que elas não atenderiam mais aos interesses da empresa na Receita Federal de São Leopoldo. Realmente, nunca mais as vimos.



A Receita da arte

Sônia Maria Santiago de Carvalho Menezes

ARF/Serrinha-BA

*Atendente - empresa terceirizada MF - Cimal no período de 01/05/1976 a 30/06/1981.
Agente Administrativo - 01/07/1998. Chefia de 26/10/1998 a data atual.*

Ingressei na ARF- Serrinha-Ba em 1976, aos vinte anos de idade, no cargo de Atendente, por intermediário do então Chefe do Posto da Receita Federal, Sr. Edmundo Caroso. Cheguei ao cargo de Agente Administrativo e hoje, com trinta e sete anos de serviço público dedicados à Receita Federal, sou chefe da Agência, há vinte e quatro anos.

Vivi todas as etapas de evolução e mudanças desta instituição: desde os trabalhos manuais aos digitais; da velha máquina OLLIVETTI aos computadores; das declarações em formulários, às modalidades atuais pela INTERNET. Vários momentos de dificuldade inerentes a cada época, vivenciados e historicamente registrados nos acervos de minha vida profissional.

Colegas que vieram e se foram, outros que já aposentaram. Vale ressaltar o fato de alguns da minha época, assim como eu, ainda estarem na ativa e agora com nova equipe, continuamos a buscar a excelência em nossas ações cotidianas, em prol da instituição e da cidadania. Às vezes comparo-me aos meus filhos, pois enquanto eles buscam os seus ideais, eu ainda trabalho, também em busca de minhas realizações, conquistadas diuturnamente no meu labor.



Muitas pessoas questionam o porquê de ainda não estar aposentada. O fato é que me sinto uma jovem mulher aos cinquenta e sete anos, com muita vontade de ainda por em prática os conhecimentos adquiridos ao longo destes anos, por isto ainda estou aqui. Creio que a satisfação de uma boa convivência com amigos e colegas de trabalho, concatenada com a certeza de estar sendo útil, são motivos que me fazem ficar.

Há mais de vinte anos a 5ª Região Fiscal promove o Encontro de Agentes, onde se reúnem os Chefes de Agências, setores diversos, Administradores, Seção de Apoio, Palestrantes. Nas reuniões, e até mesmo nos treinamentos, nos confraternizamos e buscamos matar as saudades, além de nos atualizarmos quanto as novidades, as novas instruções, novas metas. Geralmente o evento ocorre no final do ano e em lugares onde possamos dispersar um pouco da rotina, preferencialmente em cidade distante da sede.

Em dezembro de 2008 o encontro deu-se em Aracaju. Viajamos em ônibus saindo da capital Salvador, passando pela cidade de Feira de Santana, e durante todo trajeto era aquela alegria a cada reencontro com os colegas vindos cada um da sua Agência, viajando juntos naquele momento de muita descontração.

Numa daquelas noites, após um dia de debates, trabalhos, discussões, palestras sobre metas e expectativas, mudanças, enfim, tudo o que estava em pauta para a reunião, fomos visitar alguns lugares, a exemplo do centro da cidade e ficamos na belíssima Orla da Atalaia para jantarmos. Éramos oito colegas apenas, pois os demais foram para o Hotel onde estávamos hospedados. Naquele momento, no restaurante, apresentava-se uma Banda Sertaneja local, que animava o ambiente. Fiquei emocionada ao ver aquele rapaz que solava um belíssimo Acordeon, instrumento de paixão pra mim, pois já aos dez anos de idade via meu querido pai, Sr. Antônio Pinheiro solando um instrumento similar e eu, com aquela curiosidade de menina, aos poucos ia buscando as primeiras notas em sua sanfona.

Que saudade despertou em mim aquele momento...

Partilhei com os colegas o sentimento que me tomava: eram vinte e oito anos sem tocar sanfona, pois desde que meu pai se foi para a eternidade eu, sem incentivo, parei de solar a sanfona que a ele pertencia, a mesma com a qual me presenteara ao completar meus quinze anos.

Relembrando a minha história, fiquei emocionada ao relata-la aos colegas Luciano, Iara, Ene, Maridilva, Paula e outros. Assim, aproveitando aquela oportunidade, eles comunicaram para o pessoal da banda que eu solava Sanfona e estes então me fizeram o convite para que me apresentasse. Meio sem graça, envergonhada, resisti... porém, com aqueles colegas maravilhosos pedindo, insistindo, resolvi subir ao palco e solei algumas músicas com acompanhamento da banda.

Meus cinco minutos de fama tornaram-se eternos!!!

Os colegas tiraram fotos e filmaram, mas não revelaram este fato. Ficaram em silêncio, passaram o material para o nosso querido delegado da época e para Sra Rosana, pessoa responsável pela administração daquele evento. No dia seguinte, aquela “fofoca” no café da manhã, sobre o que ocorrera na casa de shows.



No encerramento daquele evento, após várias apresentações dos trabalhos e revivendo os melhores momentos daquele encontro, o pessoal resolveu colocar as imagens daquela pequena participação, onde eu solava a sanfona com a Banda Sertaneja, transformando-me em artista, com muitos vivas e aplausos de todos os participantes.

Uma emoção inesquecível!

Ao retornar para minha cidade, adquiri uma Sanfona e comecei a treinar relembando as músicas que já solava na juventude. Seis meses depois já em novo evento promovido pela Receita Federal, levei e solei o instrumento, animando aqueles mesmos colegas e outros que participaram desta reunião. Mais uma vez, uma emoção ímpar, e diversão garantida.

Hoje, na cidade onde moro, emerge a grande novidade: uma sanfoneira surge na varanda do primeiro andar de sua residência, alegrando todos que passam. Sempre, aos finais de semana, este é o meu lazer. E a varanda passou a ser palco onde vivo momentos maravilhosos com muitas pessoas, transeuntes, que prestigiam meus solos de sanfona, no seu cotidiano de idas e vindas por aquela rua, ao final da tarde ou depois de mais um dia de trabalho.

Em outubro de 2010, a convite de um grupo de sanfoneiros, fundamos a Orquestra Sanfônica de Serrinha, sendo a primeira orquestra de sanfoneiros da Bahia e a quinta do Nordeste. Vale salientar que sou a única mulher do grupo! E nos realizamos fazendo apresentações em várias cidades, levando a cultura nordestina à frente neste projeto maravilhoso de vivência histórico-cultural.

Agradeço a todos os colegas da Receita Federal que participaram desta descoberta em minha vida! Indubitavelmente, aquela noite foi imortalizada a partir do instante em que minha vida teve uma mudança significativa em razão daquele momento em que eu venci uma barreira, até então intransponível: voltar a tocar. E o que parecia uma simples brincadeira, tornou-se hoje meu maior prazer.

Esta é a minha história vivenciada entre a Receita... e a Arte.



Agência da Receita Federal do Brasil em São Leopoldo - Enfim um prédio novo

Marlise Kempf

DRF/Novo Hamburgo-RS

Ingressou na RFB em dezembro de 1982. Trabalhou na Previsão e Análise na Superintendência da 10ª RF; Agente na ARF/São Leopoldo de 1984 a 1986; na Equipe de Fiscalização da DRF/Novo Hamburgo; na Arrecadação da DRF/Novo Hamburgo; Chefe de CAC da DRF/Novo Hamburgo de 1995 a 1998 e Chefe da ARF/São Leopoldo de janeiro de 1999 a presente data.

São Leopoldo, conhecida como berço da colonização alemã, situa-se às margens do Rio dos Sinos, a 34 km de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Os alemães aportaram na cidade em 25 de julho de 1824, enviados pelo imperador Dom Pedro I para povoar a região, que recebeu o nome de “Colônia Alemã de São Leopoldo” em homenagem à Imperatriz Leopoldina, a esposa austríaca de Dom Pedro I. A população atual do município é de 214.210 habitantes, conforme Censo/IBGE 2010.

ENCONTRO COM A AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL

Por volta de 1981, a Agência da Receita Federal em São Leopoldo localizava-se na Rua Independência, conhecida como Rua Grande, a principal via da cidade. As instalações eram boas, em prédio comercial locado. Em busca do edital de convocação para concurso público para o cargo de Controlador da Arrecadação Federal (CAF), fiz o primeiro contato com a repartição, naquele local.

Em março de 1984, já pertencendo aos quadros da Receita Federal e exercendo minhas atividades na sede da Superintendência Regional em Porto Alegre, fui convidada para assumir a função de agente em São Leopoldo. Para minha surpresa, encontrei a agência no fim de uma rua onde terminava a cidade. A repartição funcionava em prédio próprio,



porém muito velho e com paredes externas vizinhas a inço e brejo. As instalações ocupavam três prédios que haviam pertencido a uma antiga fábrica de calçados que, falida, teve seu patrimônio incorporado pela União. No menor dos edifícios, onde funcionara o escritório da empresa, foram instalados os serviços da Agência. Os outros dois foram ocupados como depósitos de veículos apreendidos.

OUTROS OCUPANTES DO PRÉDIO

Com infraestrutura muito antiga e precária, o prédio servia de abrigo para outros tipos de habitantes. Logo nos primeiros dias de trabalho, encontrei, na minha sala, um filhote de gambá dentro da lixeira. Evidentemente, o primeiro pensamento que me ocorreu é de que se tratava de alguma brincadeira de mau gosto por parte dos colegas de trabalho. Alguns meses depois, foi necessário refazer o telhado da repartição e, então, descobri que havia várias famílias de gambás ocupando a parte do forro. Eu, que na ocasião do encontro com o bebê gambá suspeitei dos colegas, me senti mais segura, pois percebi que não se tratava de rejeição do grupo.

Em outra ocasião, apareceu uma cobra. Estávamos iniciando o expediente da tarde, voltado ao atendimento, quando um colega se aproximou da minha mesa e disse: “Cuidado, não saia daí”. Eu já estava sentada, pronta para iniciar o trabalho. Ele continuou: “Não se mexa”, enquanto estendia o braço direito em direção ao chão, em frente ao meu posto. Fiquei assustada com o pavor dele e, claro, sai rapidamente do lugar. Que horror! Ali repousava uma enorme serpente, provavelmente com mais de um metro de comprimento. Que susto! Para explicar como a cobra foi parar ali, só conseguimos imaginar que ela tenha entrado através de um ar condicionado de parede que estava instalado atrás da minha mesa, bem próximo ao chão. Do lado externo ficava um terreno baldio, totalmente ocupado por urzes.

O TEMPO E O DESGASTE DO PRÉDIO

Em 1986, fui removida para a Delegacia da Receita Federal em Novo Hamburgo, que jurisdiciona a Agência da Receita Federal em São Leopoldo. Retornei em 1999, novamente na função de Agente. O prédio continuava o mesmo, porém muito mais velho. Um dos edifícios que servia como depósito, num lindo dia de sol, havia implodido. Assim mesmo: do nada, ele caiu. A estrutura estava tão comprometida que veio abaixo sozinha. Para resguardar a segurança dos funcionários, foi decidido, pelos responsáveis pelo patrimônio na Delegacia, que o outro prédio, que também servia como depósito, seria demolido.

Quando retornei a São Leopoldo, apenas o prédio sede da Agência ainda estava de pé. Os cupins proliferavam por todos os lados, comiam o assoalho e o forro, e seus dejetos caíam sobre nossas cabeças durante o expediente. Um processo com mais de 200 folhas, localizado em um armário, apresentava perfurações bem redondinhas, de lado a lado, como resultado do trabalho dos cupins, que buscavam alimento para sua sobrevivência.

Para agravar a situação, um corredor que ligava a cozinha à área ocupada por um arquivo morto, nos fundos do prédio, apesar de alguns reparos, continuava em plano inclinado. As paredes apresentavam largas rachaduras. A estrutura comprometida



significava um perigo para quem cumpria suas funções no prédio, bem como para quem buscava serviços na repartição.

LUZ NO FIM DO TÚNEL

A busca de recursos para a construção de novo prédio teve início por volta de 1995, com elaboração de projeto e encaminhamento às diversas instâncias para aprovação. Por restrições orçamentárias, tudo ficou suspenso até o final da década de 90.

Em 1999, finalmente, foi autorizada a verba para a construção de novas instalações no mesmo local: Avenida Dom João Becker, 379. A paisagem ao redor da velha repartição assumira novos ares: a prefeitura construíra uma nova ponte sobre o rio dos Sinos, ao lado da Repartição, e onde antes apenas existiam arbustos silvestres, agora havia calçamento e asfalto. A Receita Federal, por sua vez, doara parte da área localizada em frente ao prédio para que fosse construída uma avenida.

CONSTRUÇÃO DO NOVO PRÉDIO

Durante a construção da agência, foi locada uma área comercial no centro da cidade para o funcionamento da ARF. A mudança para lá transcorreu sem maiores problemas. Todos os servidores colaboraram, cada um cuidando dos processos referentes a seu trabalho específico. Na nova área, cada espaço foi demarcado; assim, na medida em que os móveis e documentos chegavam, iam sendo colocados nos respectivos locais, de modo que não houve interrupção dos serviços. A mudança foi feita num sábado e na segunda-feira os contribuintes já foram atendidos normalmente.

O preparo do terreno e a construção do novo prédio estavam previstos para ocorrer num prazo de dois anos, porém foram necessários três. No dia 28 de junho de 2003, novamente num sábado, foi refeito todo o processo de mudança, agora para as instalações próprias. O atendimento na nova sede teve início numa segunda-feira, dia 30 de junho de 2003.

A enorme alegria de iniciar as atividades no novo prédio foi compartilhada pelos colegas. No mês de setembro do mesmo ano foi realizada a inauguração, com a presença de dirigentes de todos os níveis da organização e de autoridades locais. O evento teve como pauta uma solenidade formal, com descerramento de placa de inauguração e uma festa para os convidados.

A atual repartição ocupa uma área total de 4.500 m², dos quais 934 m² correspondem ao prédio da Agência, 1.466 m² à área construída do depósito e 2.100 m² perfazem a área externa, ocupada por estacionamento para mais de 30 veículos e por jardins. A jurisdição da ARF abrange os municípios de Esteio, São Leopoldo e Sapucaia do Sul.



Anjos invisíveis

Marilene Cardoso de Lucena Flores

ARF/Veranópolis-RS

Ingressou na RFB em 16/03/1987, com exercício na Agência da Receita Federal do Brasil em Veranópolis. Desde 20/04/2003. Agente da RFB em Veranópolis, sempre como Analista Tributário da RFB.

Trabalho há 26 anos, na Agência da Receita Federal do Brasil em Veranópolis RS. Gosto do meu trabalho e acredito que gostar do que se faz, é fundamental para se viver com melhor qualidade de vida.

A história que vou contar refere-se a um fato que ocorreu alguns anos atrás com minha colega de trabalho Mara. Ela trabalha há mais de 30 anos na Receita Federal e, portanto, somos colegas de trabalho há muito tempo. Tivemos que encontrar estratégias para nos aturarmos, e acreditem, somos grandes amigas.

Ela sempre foi uma pessoa extrovertida, falante e sorridente. Porém, não gostava de ter os dentes da frente um pouco separados. Sempre reclamava, mas não fazia nada para mudar a situação. Para nós, colegas, isso nunca influenciou em nada, sempre foi muito amiga e divertida.

Um dia, entrou na Agência um homem cigano para regularizar o CPF. Junto com ele sua filhinha, uma menina linda. Mara atendeu-os como de costume, sorridente, de uma maneira extremamente atenciosa e educada. A menina, olhando para ela falou: - Pai, falta um dente da frente na boca da moça! E o homem cigano falou para a filha repreendendo-a: - Cala a boca, guria! Não é que falta. Tu não vê que caiu...



Minha colega foi fechando o sorriso e visivelmente abalada com a conversa do pai e da filha, terminou o atendimento de maneira educada e cordial... mas sem o sorriso no rosto.

Acabou o atendimento, e dirigiu-se aos fundos da Agência. Fez uma ligação para o seu dentista particular e marcou uma hora com urgência.

Pois bem, passaram-se alguns anos, com muitas idas e vindas ao dentista, muitos gastos, algum sofrimento com aparelhos. Hoje a Mara continua atendendo de maneira cordial, educada. Continua extrovertida e divertida, porém com um sorriso maior e mais bonito no rosto.

Para nós, colegas, ela continua a mesma, sorridente e bonita. Mas tenho a certeza que, além de continuar a ser uma pessoa feliz, se tornou mais confiante e segura.

Este episódio serviu de lição para nós. Sempre relato que devemos aprender com as situações que parecem desagradáveis. Quantos anjos invisíveis aparecem em nossas vidas, como esta ciganinha, que aparentando ter magoado minha colega, na realidade ajudou-a a tomar uma decisão em uma situação que a incomodava. Faltava coragem.

Devemos ter serenidade para aprendermos a ressignificar as situações que ocorrem conosco. Às vezes, a pessoa que nos magoou é a mesma que fez com que tomássemos uma atitude e mudássemos nossa vida. É só nos permitirmos estar atentos e abertos aos sussurros que o Universo nos dá diariamente.

Quando aprendermos a lidar com as adversidades, usando-as para crescermos, a vida vai ficar muito mais bonita e fácil.

Quero deixar claro, que a Mara concordou que eu contasse esta história que para mim, serve de metáfora na vida. Serviu de exemplo – e serve ainda - para eu aprender a lidar melhor com aquelas coisas que não são exatamente como a gente espera.

Hoje, talvez a Mara nem perceba, mas graças à ciganinha, ela é uma pessoa mais sorridente e segura. Continua atendendo os contribuintes com a mesma vitalidade de sempre, mas com uma energia mais colorida e brilhante ao seu redor. E tudo isso, graças à presença de um anjo invisível. É só olharmos ao nosso redor para percebermos que eles estão por aí...e para nos ajudar.



Auditor Fiscal em malha fiscal, procurado por edital, “escondido” dentro da Delegacia da Receita Federal do Brasil!!!!

Celestino Tadeu Argenti

SRRF /10 RF

Oriundo da Secretaria da Receita Previdenciária, onde ingressou como Auditor Fiscal em 12/01/1995. Em 02/05/2007, foi transferido para a RFB, reiniciando suas atividades como Auditor Fiscal da RFB na DRF de Novo Hamburgo/RS. Na maior parte do tempo trabalhou em Auditorias procedidas diretamente nas empresas e escritórios de contabilidade, além de Plantões Fiscais nas Agências, sendo muitas destas empresas do ramo da Construção Civil. É formado em Engenharia Civil (PUC/RS em 1974), Engenharia Segurança do Trabalho (PUC/RS em 1976), Administração Pública e Administração de Empresas (UFRGS em 1984). Trabalhou na Equipe de Restituição Previdenciária do SEORT da DRF/Porto Alegre. Atualmente está lotado na SRRF e exerce as atividades como Engenheiro Civil para a SAENG - Seção de Engenharia da SRRF 10ª RF desde setembro de 2011 para atender demandas de Delegacias e Inspetorias do interior do nosso estado.

Um Auditor Fiscal, que mora sozinho em sua casa em Porto Alegre, estava sendo procurado, por correspondência registrada via Correios, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, para apresentar os seus comprovantes de despesas médicas de sua Declaração de Ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física do ano de 2012.

Como os Correios não deixam mais o aviso escrito na caixa de correspondência, procurado pela terceira vez, sempre durante o horário em que estava trabalhando, o Auditor Fiscal nunca foi encontrado pelo carteiro, e, então a notificação para apresentação dos seus comprovantes acabou retornando à Delegacia, sem ser entregue.

Desta forma, houve a “necessidade”, conforme a previsão legal, da “comunicação” do contribuinte por edital, o qual foi afixado no hall do pavimento térreo do Prédio-Sede da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre.

Neste ínterim, o dito Auditor Fiscal resolve entrar em contato com os seus colegas e dirige-se até a Malha Fiscal da Pessoa Física na Delegacia, onde trabalha.



Lá chegando conversa com os colegas e descobre que já está até em ação fiscal a sua Declaração de Ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física do ano de 2012 e que, há alguns dias, também está sendo convocado por edital publicado no mural, no próprio Prédio onde trabalha, fatos estes que até então desconhecia!!!!!!

Aí o Auditor Fiscal apresenta todos os documentos originais e com tudo resolvido, o valor da sua restituição do imposto de renda retido na fonte é liberado num dos lotes de restituição seguintes.

O nome do Auditor Fiscal?!?!?!?!?

Este que vos faz o presente relato: Celestino Tadeu Argenti.



Cofre sem segredo

Fátima Regina Moreira Castro de Souza

DRF/Ribeirão Preto-SP

Desempenha as atividades de Atendimento ao público e telefônico, comprodoc, e processo, isenção de IPI.

Iniciei no serviço público como funcionária do SERPRO em 1977, servindo na agência da Receita Federal em Bebedouro/SP, cidade com pouco mais de 80.000 habitantes.

Quem me lê e é dessa época sabe a quantidade de mobiliário, pastas, processos e diversos documentos que ali ficavam.

Dentre estes, tínhamos também o protagonista desta história: um cofre. Ele era enorme, verde militar, uma porta muito pesada e ocupava um espaço embaixo da escada, pois ficávamos no andar térreo de um prédio, instalado na área central da cidade, onde até hoje estão localizadas as agências bancárias, o comércio, a igreja matriz e outros serviços. Ninguém sabia o segredo do cofre, o coitado não tinha mais a sua função original. Era utilizado como armário para guardar material de consumo, como envelopes, clips, grampos, etc.

Cada vez que precisávamos, tínhamos que usar de força para abrir a porta e mantê-la aberta, pois se voltasse, fazia um tremendo barulho além de arriscarmos machucar o braço.

Perguntávamos o porquê desse cofre em uma agência da Receita Federal. Fomos informados que anteriormente a agência funcionava como coletoria, com arrecadação de impostos e com venda de selos, portanto movimentava-se dinheiro. Tentamos por várias



vezes doá-lo, oferecendo-o as instituições, mas ninguém aceitava, pela dificuldade de locomoção. Afinal, para que ele seria utilizado se ninguém sabia o segredo? Era apenas um armário muito pesado.

Eis que um dia precisamos mudar de prédio, veio a empresa da mudança, fizeram o carregamento de tudo, menos o cofre, que ali continuava embaixo da escada. Não podíamos deixa-lo para trás, pois nem o dono do prédio o queria lá.

Por fim conseguimos que uma empresa de máquinas agrícolas viesse nos socorrer, enviando uma máquina carregadeira com guincho e mais alguns homens. Essa máquina nem poderia trafegar nas ruas, muito menos no centro da cidade, precisamos pedir autorização para a autoridade de trânsito.

Começou a cena, o comércio parou. Nessa hora foi muito divertido ver a curiosidade das pessoas que se aglomeraram para ver o cofre passar. Cada uma dava um palpite, muitos queriam dar uma mãozinha, pois se sentiam importantes fazendo parte dessa cena, para nós, histórica.

Foi mais trabalhoso o carregamento do cofre do que da mudança toda. Por fim fizemos um processo de doação para a APAE que o aceitou tendo em vista já termos um transportador.

E sabem, ficamos com ciúme da separação, sentimos falta e estamos curiosos para saber o que foi feito dele, se ele ainda está lá, se está sendo bem cuidado, como está sendo utilizado, se descobriram o segredo e mais.

Uma hora dessas passarei lá para conferir.



Computador...ô bicho estranho esse!

Caio Marcos Candido

DRF/Vitória-ES

Ingressou na RFB em maio de 1991 como Técnico do Tesouro Nacional; Auditor Fiscal em janeiro de 1994; Delegado da Receita Federal em Vitória/ES; Conselheiro representante da Fazenda Nacional de 2004 a 2009; Presidente da 2ª Seção de Julgamento do Carf de 2009 a 2011; Presidente Substituto do Carf de 2010 a 2011; e Subsecretário de Fiscalização de 2011 a 2013.

Ingressei na Receita Federal em 1991 como Técnico do Tesouro Nacional (atual Analista Tributário da Receita Federal do Brasil) na Delegacia da linda capital do estado do Espírito Santo: Vitória.

Para se ter uma ideia das condições tecnológicas da época, o Serviço de Arrecadação tinha mais de vinte servidores e apenas dois computadores: um ligado à rede Serpro, operado por apenas dois funcionários, e um computador 286 que era compartilhado por todos os demais servidores na execução das tarefas possíveis naquele nível tecnológico.

Com o passar do tempo a Receita Federal investiu na estruturação de seu parque tecnológico o que possibilitou a ampliação e reorganização dos diversos processos de trabalho, com exponencial acréscimo nos resultados alcançados pela organização de um modo geral. No entanto, a falta de contato dos servidores com os novos equipamentos foi criando situações, que olhadas pelo retrovisor do tempo, ressaltam seus aspectos mais hilários.

Naquele tempo, os colegas se desdobraram para elaborar o primeiro projeto de instalação de uma rede de computadores na Delegacia de Vitória e foram apresentá-lo ao então Delegado. Após analisar item a item do projeto, o Dr. Cicrano, do alto de sua sabedoria e cofiando a barba, vira-se para os colegas e diz:



- O custo está alto demais...

- Não temos previsão orçamentária para esse valor todo.

- Faremos o seguinte...

- Noto que o item mais caro do projeto é um novo servidor. Não vamos contratar mais ninguém. Colocaremos um dos muitos que já trabalham na repartição para fazer o que for preciso na tal rede.

Desfeito o equívoco, superado o problema orçamentário, licitada a aquisição, os novos computadores foram instalados na Delegacia e nas Agências a ela jurisdicionadas.

Passadas três semanas da instalação dos novos equipamentos em determinada agência, o Antenor César, que era o expert da unidade na parte de informática, recebeu um telefonema de um colega que lá trabalhava, nos seguintes termos:

- Antenor, aqui é o fulano, tudo bem?

- Tudo, o que você manda?

- Rapaz, o porta-copo do meu computador quebrou....

- Ahn? Retrucou o Antenor, ao que o colega repetiu:

- O porta-copo do meu computador novo quebrou.

Encafifado, Antenor pediu mais esclarecimentos ao colega, que explicou:

- Quando eu apertava o “botãozinho” do lado direito da “torre do computador” o porta-copo escorregava para frente e eu apoiava o copo nele. Agora quando eu aperto o “botão” não acontece nada. O treco encrencou.

Foi aí que o Antenor se lembrou da leitora de CD....

Quem não acreditar pode perguntar ao Antenor.



CPF para tudo!!!

Luiz Otávio Martins Ribeiro

CAC/DRF-Belém/PA

Ingressou em julho de 1999, como AFRFB, assumindo a Chefia do SOART, na DRF Marabá, transferido para a DRF Belém em 2002, foi Chefe do CAC Belém de novembro de 2006 a dezembro de 2008, chefe do SEORT da DRF Belém de maio de 2010 a abril de 2011 e hoje está como Chefe do CAC DRF Belém, desde abril de 2011.

Era uma manhã ensolarada de um dia qualquer de setembro de 2012 e nós, servidores da DRF Belém, estávamos agora ali, naquele prédio centenário, conhecido como “Conjunto dos Mercedários”, antigo convento, na área do comércio de Belém (PA), atual prédio histórico, administrado pela SAMF, onde funcionam vários órgãos públicos, como ESAF, SPU, Alfândega do Porto de Belém...

E estávamos ali, em decorrência de um incêndio de grandes proporções que destruiu o prédio do Ministério da Fazenda, onde a DRF Belém funcionou por décadas, localizado em área nobre e central da cidade, em uma de suas principais avenidas, a Presidente Vargas.

Lembro bem das nossas razões por escolher aquele lugar: a) necessidade de restabelecer o mais rápido possível o atendimento dos serviços para a população da cidade; b) a localização do prédio, que era bem próximo ao prédio sinistrado e c) a menor burocracia, já que aquele prédio, à semelhança do nosso Ministério da Fazenda incendiado e carinhosamente chamado de “Queimadinho”, também era administrado pela SAMF.

O fato foi que, em tempo recorde, apenas 3 dias do incêndio, todos os serviços de atendimento ao contribuinte foram restabelecidos lá no Mercedários. Entretanto, as condições eram bastante precárias, sem rede lógica satisfatória, sem salão refrigerado, sem



móveis adequados e, principalmente, sem o SAGA, para gerenciar o fluxo de atendimento. Era tudo tão improvisado e antigo que, de vez em quando, vinha-me a mente a lembrança do filme Jurassic Park.

Não havia também um salão de espera propriamente dito, mas uma fila única de cadeiras, organizada ao ar livre, em área coberta, com direito à vista para os jardins do convento e toda a sua arquitetura barroca, só que éramos brindados lá fora, com o calor característico das cidades próximas à linha do Equador.

Neste cenário, não faltava mesmo era criatividade para organizarmos o fluxo do atendimento. Assim, distribuíamos oito servidores na área externa e coberta, conhecida como o “SPA dos Mercedários”, para então, no melhor estilo de “Sangue, suor e lágrimas”, recebermos os contribuintes e direcionarmos o atendimento corretamente, desde a chegada dos contribuintes até a mesa do atendente.

E era contribuinte demais.

As 12 horas ininterruptas de atendimento lá no “queimadinho” – em um horário confortável que ia das 07 às 19 h – divididas em dois turnos de atendimento, foram reduzidas para apenas seis horas, dada as condições e instalações do prédio nos “Mercedários” e, como não havia agendamento, todos vinham na mesma hora para garantir senhas.

Todo dia era assim, quando os portões se abriam, parecia o dia do pagamento do abono do PIS: entrava todo mundo em fila e começávamos a distribuição (triagem), conforme o assunto.

Mas éramos criativos, como disse, então, a rotina do atendimento consistia mais ou menos assim: sempre que um atendente estivesse livre, ele avisaria para um dos servidores volantes (um daqueles oito, distribuídos pela área externa) para que ele trouxesse o próximo contribuinte. E assim, para cada chamada de um contribuinte, o primeiro da fila de cadeiras se dirigia para a sala de atendimento, e todas as pessoas sentadas na fila das cadeiras levantavam-se e andavam para preencher a cadeira que ficou vaga a sua frente.

Era a “Ôla” mexicana antecipada, já que a Copa só seria em 2014.

Já na tal sala do atendimento, havia apenas 13 mesas, quando éramos 22, no “queimadinho”, e havia um barulho infernal, pois sem boxes adequados de atendimento, todo mundo falava e era ouvido, chamávamos o lugar de “Ver-o-Fisco”, sem contar que a sala era localizada no porão do convento, o que nos levava a crer que, definitivamente, a gente não estava no século XXI, e dentre as sensações experimentadas por ali, alguns diziam ter visto um fantasma e outros, a de já ter tido vidas passadas naquele convento, mas eu, continuava era com meus sonhos no Jurassic Park.

Com o passar do tempo, a tal fila única de cadeiras, foi gerando “filhos” e passamos a ter uma filha, quer dizer, uma fila de cadeiras para a prioridade, outra só para CPF, outra para assuntos previdenciários, outra para a malha fiscal e tudo isso controlado manualmente pelos servidores volantes, que ficavam 6 horas em pé (controlando as filas e ouvindo



reclamações) e já exigiam o rodízio com os servidores da sala do “Ver-o-Fisco”.

Um dia – um idoso na fila dos “normais” – então, eu me aproximei dele e disse que ele poderia ir para a fila específica, mas ele respondeu já saber, mas que aquela demorava mais, levando-me a pensar que já não fazem mais idosos como antigamente...

E foi assim, neste cenário apocalíptico, daquele dia qualquer de setembro de 2012, que uma confusão (mais uma) avolumava-se na triagem e de Chefe do Atendimento fui galgado a Chefe dos Bombeiros para me dirigir ao local e apagar o foco de incêndio, mas o que vi foi uma senhora muito humilde dizendo que queria fazer um CPF para a neta dela, e não entendi a confusão. Até conversar com ela:

– Moço, minha neta precisa de “uma” CPF, para poder fazer neném.

Educadamente, eu disse que o CPF era um cadastro da Receita Federal do Brasil que fora desvirtuado (nessa hora, eu imaginei que ela não entendeu, mas enfim, já havia falado) e que hoje em dia para tudo se quer CPF.

A mulher retrucou:

– Minha neta quer fazer neném e precisa “da” CPF.

Lá fui eu, novamente, só que, desta vez, troquei o “desvirtuado”, e tentei dizer àquela humilde senhora, de uma forma mais simples, que, para tudo, a gente precisa de CPF, mas que, seguramente, para fazer neném, não precisava.

Houve uma balbúrdia naquele momento, risadas de um lado e de outro, eu tento pedir silêncio e quando volto meu olhar, o semblante da mulher havia piorado:

– Como que não precisa?! Se a minha neta vai fazer neném e quando ela vai no site do neném, pedem para colocar a tal CPF, sim senhor. É o senhor que não entende nada de neném. Como e que ela vai fazer o vestibular depois?? Heim?!!!!

Depois dessa, eu só lembro é de ter dado uma senha para ela e de ter saído dali sob sonoras gargalhadas.



Da máquina de escrever ao mundo digital

Ana Emilia Baracuhy Cavalcanti

SRRF/04RF

Ingressou na SRF em 15.05.1991, no cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Empossada no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional em 16.12.1997. Exerceu a função de Assistente na SRRF04, de 07.10.1992 a 01.12.1994 e de 14.12.1997 a 03.04.1998. Chefe do Serviço de Recursos Humanos da SRRF04 de 03.09.2001 a 20.03.2005, e Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da SRRF04 desde 21.03.2005..

O ano de 1990 estava findando quando eu ingressei na então Secretaria da Receita Federal. Iniciei minha carreira na Superintendência, mais especificamente na área administrativa. Estava com 21 anos de idade e foi minha primeira experiência profissional, afora um estágio de 6 meses em um escritório de uma grande empresa do setor de supermercados, na atividade de organização e métodos.

Naquele tempo, possuía relativa habilidade com máquina de escrever manual (propriedade do meu pai até hoje), um diploma do curso de datilografia (uma relíquia ainda preservada) e poucos conhecimentos do WordStar, um processador de textos que rodava no ambiente MS-DOS, e que era utilizado no único computador da equipe na qual estagiei, onde havia escala de revezamento para seu uso.

Foi com essa bagagem, e um curso de graduação em Administração de Empresas em andamento, que ingressei no cargo de Técnico do Tesouro Nacional, com muita expectativa e entusiasmo.

Um novo funcionário era sempre recepcionado com um “kit” básico: caneta, lápis comum, borracha, corretor líquido, grampeador, perfurador, bloco para anotações e almofada para carimbo, essencial para ser usada com o carimbo a ser confeccionado em madeira. Ganhava também sua própria mesa de trabalho, com gavetas, e a cadeira giratória.



Como cheguei no fim do ano, a unidade estava às voltas com o inventário do patrimônio. Os bens móveis eram registrados num grande livro de capa dura. E quando digo “grande livro” não é exagero. Ao abrir suas páginas, ele tomava todo o espaço da mesa. Mas se vivia uma fase de transição. Já havia um sistema informatizado (o Contbem, salvo engano) para registrar e controlar os bens, inclusive com emissão do termo de responsabilidade. Ele “rodava” em um antigo modelo de computador com disquetes de 5¹/₄. Era um extraordinário avanço, porém ainda alvo de resistências. E logo em minha primeira semana de trabalho, lá estava eu fazendo anotações manuscritas nesse livro, que sobreviveu por alguns meses, até que, por fim, se passasse a confiar no sistema.

Concluída minha participação no inventário, que também teve conferência dos valores registrados, utilizando-se as máquinas calculadoras com bobina, fui apresentada às atividades de pessoal, com a qual passaria a lidar em caráter permanente.

Comecei, aos poucos, a conhecer a rotina. Havia formulários, processos, portarias, assentamentos e fichas funcionais, diário oficial da união, comunicações internas. Tudo era novidade. E tudo era preenchido manualmente ou na máquina de escrever elétrica, com corretivo. O que, é bom ressaltar, era uma maravilha, comparada à máquina manual a que estava habituada.

O diário oficial da união (DOU) era leitura obrigatória. Não chegava a ser uma tarefa diária, pois os exemplares, em papel, chegavam pelo malote com vários dias de atraso. O comum era receber um lote com, no mínimo, duas ou três edições da semana anterior. Era uma pilha de papel bem pesada, contendo as seções 1, 2 e 3 de cada publicação. À medida que folheava os jornais (e ficava com os dedos pretos de tinta), ia assinalando com uma caneta as páginas que continham atos de interesse da divisão. Numa segunda etapa, providenciava-se a fotocópia, reduzida, de cada página da publicação para arquivamento nos assentamentos funcionais do servidor ou na pasta que continha os atos legais e normativos aplicáveis ao funcionário público. Os diários oficiais, já lidos, eram cuidadosamente organizados nas prateleiras de um armário, onde ficavam por uns três ou quatro meses para eventual consulta, inclusive das outras divisões da Superintendência. De tempos em tempos, fazia a triagem dos mais antigos para jogar fora, pois a biblioteca do Ministério da Fazenda, no térreo do edifício vizinho, possuía um acervo de todas as edições, o que dispensava a guarda de tanto papel na Superintendência.

Também passei a cuidar da expedição das portarias, atos administrativos para assinatura do Superintendente. Meu curso de datilografia foi de grande utilidade, pois era capaz de escrever os textos sem precisar olhar para o teclado da máquina de escrever. O trabalho também era facilitado pelo corretivo, um dispositivo da máquina que permitia retornar, na mesma linha, para apagar letras erradas. Já se o erro fosse descoberto muitas linhas à frente, tentava-se apelar para a borracha, o que nem sempre dava resultado. E então, lá se ia mais uma folha de papel para o lixo, e se recomeçava todo o trabalho. Não sei o que era pior: os atos para publicação no diário oficial da união ou os de publicação interna. Para os primeiros, precisava marcar na folha de papel, usando régua e lápis grafite, as margens do texto para o padrão do DOU. E o texto precisava ser datilografado sem rasuras. Já os demais eram datilografados em quatro vias, usando papel carbono entre as



folhas, sendo as cópias em papel seda. Qualquer erro significava recomeçar. Com carbono, não tinha como usar o corretivo ou a borracha...

Estando os atos prontos e assinados, vinha a etapa de publicação. Se fosse para o DOU, seguiam para a coordenação, pelo malote, acompanhados de uma Comunicação Interna (CI). Caso tivessem que ser publicados em Boletim de Serviço era mais simples. Bastava levar ao setor de publicações da Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda - DAMF, que ficava ao lado. Na mesma hora, geralmente, era afixado um carimbo atestando o número e a data do boletim em que seriam publicadas as portarias. Já os que seguiram para Brasília retornariam, semanas depois, com o carimbo da publicação. Felizmente, antes disso, já se veria o ato publicado em uma das edições do DOU.

A “CI”, referida acima, era um simpático formulário, na cor amarela, utilizado com muita frequência. Continha campos padronizados, como “de”, “para”, “data”, e outros que facilitavam o despacho: “para ciência”, “para providências”, “para arquivar”, que poderiam ser assinalados com um “xis”. Um outro campo maior, com possibilidade de continuação no verso, era destinado a escrever o texto do comunicado. E havia ainda outra área para os despachos de encaminhamento posteriores. Geralmente eram preenchidos à máquina. Os despachos subsequentes, entretanto, costumavam ser escritos à mão. Com o tempo, foi substituído pelo memorando e deixou saudades em muita gente.

Nas rotinas do então chamado “setor de pessoal”, ainda que não constasse da estrutura regimental, havia uma série de formulários: programação anual de férias, reprogramação de férias, boletim de ocorrências funcionais, solicitação de pagamento de substituição de chefia, de concessão de licenças diversas. Como tudo o mais, eram preenchidos à máquina para envio à DAMF.

Como se pode perceber, qualquer tramitação documental e processual dependia de papel, fotocópia, máquina de datilografia, malote. Os processos, por exemplo, eram movimentados com a Relação de Movimentação (RM). Diferente de hoje, a RM era um formulário a ser preenchido manualmente (ou à máquina, para os mais habilidosos), com papel carbono entre as vias. A Relação de Remessa (RR), que ainda hoje acompanha o que vai no malote, era um conjunto de formulários em quatro vias de cores diferentes. Quem optava por preencher à mão precisava de bastante pressão para que a última via, com carbonos entre as páginas, ficasse legível.

Antes do advento da informatização, ainda usei máquina de escrever IBM eletrônica, modelo 6476, rápida, com teclado leve, baixo nível de ruído, e com recursos especiais, como negrito, corretivo automático, memória, centralização automática, tabulação automática entre outros. E ainda no início dos anos 90 do século passado, surgiu uma máquina editora de texto, com monitor e disquete. Havia apenas duas desse tipo na Superintendência. Era muito prática para fazer a edição das portarias! Mas seu tempo de vida útil foi curto, pois logo adiante teve início as aquisições de microcomputadores, com o editor de texto AmiPro.

Fui testemunha da chegada de um equipamento revolucionário. Pelo menos foi assim quando chegou o primeiro fax. Era algo tão importante que ficava instalado nos



gabinetes dos chefes e poucos servidores tinham autorização para utilizá-lo. Não havia quem não ficasse impressionado com a mágica que fazia aparecer um papel impresso que fora transmitido de um ponto a quilômetros de distância. Creio que a maior parte dos aparelhos de fax instalados era oriunda de mercadorias apreendidas. Como gostava de novidade, logo aprendi a configurar a máquina, colocando local, data, hora, agenda. Não demorou muito e eu sempre acompanhava o técnico do núcleo de telefonia na instalação do fax pelos andares do edifício, lendo os manuais para deixar a máquina configurada ao gosto do freguês.

O fax praticamente decretou a aposentadoria do telex que, até então, era o máximo em comunicação em tempo “quase” real. Os principais comunicados dos órgãos centrais chegavam diariamente por telex: convocações, leis, decretos, portarias, ordens de serviço, tudo enfim. E era também pelo telex que a Superintendência transmitia suas informações para as unidades subordinadas e também para a unidade central. Era algo tão presente na cultura da instituição que se cumpriam procedimentos baseados nos “telex-lei”, como se brincava. Minha sala era vizinha à do telex, que, de tempos em tempos, começava a operar no recebimento das mensagens, com muito estardalhaço e bastante papel. Era preciso ter dois servidores para cuidarem dessa atividade.

Não sou muito boa de datas. Mas alguns certificados me ajudam a situar a época em que começaram a chegar os computadores de uso pessoal. Em agosto de 1992 participei de um treinamento de informática básica. E, entre os meses de abril a maio de 1994, tive oportunidade de ser capacitada em DOS-WINDOWS, AMIPRO 3.0 e EXCEL 4.0. Com um detalhe, os certificados emitidos pela Escola de Administração Fazendária – ESAF eram datilografados!

As impressoras eram matriciais, muito barulhentas, e utilizavam os formulários contínuos. Quando se desejava imprimir documentos em mais de uma via, colocavam-se os formulários contínuos com carbono. Concluída a impressão, era preciso destacar as partes picotadas das margens direita e esquerda, e soltar uma folha da seguinte. A emissão das folhas de ponto dos servidores da Superintendência levava quase o dia todo. A impressora ficava totalmente comprometida com esta tarefa por parte significativa do expediente. E o barulho era um incômodo.

A instalação de impressoras jatos de tinta e a laser trouxe mais agilidade aos trabalhos. E mais qualidade também. Além de beleza, com a possibilidade de colocar cor nos documentos, relatórios, despachos e expedientes em geral.

A substituição das máquinas de escrever e dos terminais “burros” não ocorreu sem traumas e desconfianças. A informatização foi responsável pela antecipação de algumas aposentadorias, daqueles que tiveram medo da nova tecnologia. Outras pessoas resistiram ao máximo, retardando, o quanto foi possível, a migração de suas atividades para os novos sistemas e procedimentos. Ficaram mantendo procedimentos desnecessários, por redundância, em suas máquinas de escrever. Inclusive, algumas equipes preservaram a máquina de datilografia por um tempo muito maior que o necessário, pois, nunca se sabe, poderia ser útil ainda...



Havia outra coisa bem característica daquele período: transparência e retroprojektor, essenciais para treinamentos e palestras. É por isso que, ainda hoje, durante uma apresentação com o “PowerPoint”, escutam-se expressões como: “Na próxima transparência, serão vistos os seguintes aspectos...”. Os projetores de multimídia, conhecidos como Datashow, chegaram para facilitar tudo. Eram, porém, muito caros e grandes. O primeiro equipamento adquirido custava quase o mesmo preço de um carro popular. Vinha acondicionado em uma mala com rodízio, para facilitar o transporte. Em qualquer evento era uma verdadeira operação de guerra: Datashow, estabilizador e computador de mesa. O cuidado era imenso para não ligar o projetor diretamente na corrente de 220 volts! Mais adiante, notebooks e projetores bivolt tornaram as reuniões mais práticas, e leves.

Talvez seja importante lembrar que naquele início dos anos 1990, não se dispunha de telefone celular, câmera fotográfica digital, pendrive, HD externo, scanner, tablets, mídias de CD/DVD (ainda reinava o disquete de 3,5 polegadas), internet, intranet, correio eletrônico, videoconferência. Paulatinamente, as inovações tecnológicas foram se incorporando ao ambiente de trabalho de tal maneira que fica difícil de acreditar em como funcionava a RFB há apenas 20 anos!

Hoje posso, a partir das 6 horas da manhã, consultar na internet a edição do dia do Diário Oficial da União, copiar aquilo que me interesse, bem como compartilhar, pelo correio eletrônico ou intranet, o arquivo com milhares de pessoas, estejam onde estiverem. A rede mundial de computadores também me permite pesquisar atos legais e normativos, independente da data de edição, com alguns poucos cliques. Os processos tramitam digitalmente, sem precisar imprimir RM, carimbar, numerar e rubricar as folhas manualmente. Documentos são facilmente anexados ao processo, que pode ser acompanhado, com transparência, em qualquer fase de sua instrução. Com o uso de webcam ou videoconferência, os servidores de qualquer ponto do país podem interagir em tempo real. Novos sistemas dão suporte às atividades, dispensando formulários e trâmites burocráticos e fornecendo relatórios que possibilitam uma melhor gestão das rotinas da área.

Agora, acompanhando a dinâmica dos concursos públicos, onde os candidatos formam grupos nas redes sociais, antes mesmo da publicação do resultado das provas, lembro que soube da minha aprovação no concurso de TTN por um parente que viu meu nome no Diário Oficial da União. E, por meio de um telegrama, tomei conhecimento do prazo para inscrever-me no programa de formação.

Olhando em retrospectiva, foi muito bom ter vivido, e testemunhado, toda essa transformação no modo de se trabalhar. Hoje é possível dar o merecido valor a cada avanço da instituição. Este relato não é capaz de apresentar a real dimensão das mudanças por que passou a Receita Federal. É apenas uma pequenina amostra dentro do universo de atribuições desempenhadas pelo órgão, que tem inovações relevantes na administração tributária e aduaneira, visíveis para toda a sociedade.



Destino Bahia!

Eliody Werneck Andrade

Aposentada

Funcionária pública do Estado do Paraná por 17 anos, Assessora no Banco Central do Brasil por 11 anos, assume como AFTN em Foz do Iguaçu em fevereiro de 1986, designada para a Ponte Tancredo Neves - Ponte Internacional da Fraternidade. No 3º dia de trabalho em 03/03/1986, ocorre o fato descrito em prosa. Seis dias depois é diagnosticada com câncer. Aposentada em junho de 1987 continua em tratamento até os dias atuais.

Primeiro dia de trabalho. A boca refletia a amargura do coração. O desconhecimento das rotinas revelava-se pela sensação de nudez total diante do mundo. Dos olhos não conseguia tirar a estampa do medo e a qualquer movimento mostrava-se desastrosa e desajeitada.

Zero hora. Ponte Internacional da Fraternidade, Brasil/Argentina. Lado Brasil, Foz do Iguaçu. Noite. Escuro total, silêncio absoluto. Solidão visitada pelas lembranças, conjunturas, saudades...

Estudara com tanto afincio na ESAF por quatro meses. Tivera um aproveitamento muito bom e agora duvidava saber seu próprio nome.

Cinco horas passaram e podiam ser contadas as vezes que ela piscara. Tudo estava quase parado. Um ou outro carro passara enquanto os bichos noturnos executavam um concerto majestoso num crescendo austero à medida que sentiam o findar da noite.

5h10min. Um carro argentino pára e dois passageiros saltam. Dirigem-se ao balcão da Polícia Federal e, entregando vários documentos, o mais alto fala grosso: *Yo me voy a Bahia!* O funcionário da polícia preenche alguns papéis e informa a Fiscal, que a essa altura já começa a gelar.

O homem à sua frente parece ainda maior e mais forte.



Não, aquilo que está sentindo não é medo, nem insegurança, nem terror, é muito mais. Parece uma ré diante do juiz que declara em alto e bom tom: *Yo me voy a Bahia, señora!*

Céus, pensa a infeliz “debutante aduaneira”, deve ser feita uma admissão temporária para o veículo senão a Polícia já os teria dispensado. Quem sabe eu choro, ou fujo... ou desmaio. Seu estado de saúde bem justificaria um desmaio.

Enquanto pensava, tirava da gaveta o bloco de “Admissão Temporária de Veículo para Turista” e demonstrando naturalidade, falou com voz firme:

- Sua identidade, por obséquio, e a documentação do veículo!

- *Que quiere señora. Yo no la comprendo. Yo me voy a Bahia!*

- *Identificación, señor!*

Lembrara. Teve vontade de abraçar-se. Naquelas condições lembrar da palavra identificación era uma façanha. Todavia, abraçar-se não poderia. Suas pernas tremiam tanto que se levantasse cairia. Segurando a identidade do turista falou:

- *Identificación do veículo, señor!*

- Está em su mano.

- *No, señor, aca está su identificación personal.*

- *É lo que tengo, señora.*

- Déme la identificación del carro, señor!

- Está em su mano. (Agora ele gritava!)

Será? Conferiu tudo novamente sentindo que o suor gelava suas mãos.

- *No, señor, no es lo que quiero.*

- *Entonces devuelvámelo, señora.*

- Não. Preciso desta também. (óbvio!)

- *Señora, la quiere o no la quiere. Yo tengo prisa, me voy a Bahia.*

- *La quiero, señor, y quiero también la identificación de su... su...*

(Céus, como chamam esse semovente de rodas? E fazia gestos movendo um volante imaginário enquanto imitava um barulho de Fórmula-1)... *su carro, su vehículo, su... su...* (sujeira, pensava...) *su carreto, carreto, camelo, camelo, auto ...*

Milagre! O homem entendera alguma coisa porque em tom que se podia afirmar ser de ironia respondeu pausadamente:

- *El C-O-C-H-E, señora, no me pertenece. És de la firma.*



Fim do primeiro ROUND, aguentaria o segundo?

- *Tiene una autorización para llevarlo?*

- *No señora, no lo llevare, es el motorista.* (Disse apontando para o outro indivíduo que, lá fora, estava em gargalhante conversa com o pessoal da Polícia Federal e AVB's).

- *Veni acá, Rodrigo!*

- *Si, patrón!*

- *Dáale los documentos del coche.*

- *Y la autorización para manejarlo, y su identificación personal, señor Rodrigo.*

Tudo finalmente em mãos. Tudo em ordem. O trânsito deverá ser feito em nome do motorista. Que sufoco. Ainda bem que conseguira, de alguma forma, se fazer entender. Enxuga as mãos, disfarçadamente na saia e começa a preencher a papeleta enquanto o motorista à sua frente parece um pouco intrigado e o turista respira rápido demonstrando algum nervosismo.

- *Endereço, señor Rodrigo!*

- *Cómo, señora?*

Começa o terceiro ROUND ...

- *Nombre de la calle donde vive usted.*

- *Quuuuuuuuuunhaud.*

Foi o que ouviu. Era um direto no queixo. A cabeça começava a zunir quando lhe entregou um papel e pediu que escrevesse o que havia dito. Depois transcreveu letra por letra, ainda perguntando algumas: “Olegar Caseros Aristolilo – Valguauchu”.

- *Destino Bahia! No siegue adelante?*

- *No señora. Yo solamente voy a llevarlo al aeropuerto, aca mismo! El se vá por avion ... que está a partir!*

Pasma, boca entreaberta. Tinha vontade de rir desbragadamente e chorar ao mesmo tempo. No entanto diz com segurança, devolvendo os documentos:

- *Señor, puede seguir. No hay nada que hacer!*

Enquanto isso escreve no bloco “CANCELADO” e ainda ouve o turista comentar com o motorista:

- *Pero yo me voy a Bahia! Saberá lá señora?*

Saberá senhor, pode crer. Jamais esquecerá.

Nem só de coche se vai à Bahia!!!

(Acontecido em 03/03/1986)



Mãe é mãe

Tatiana Ferreira Nascimento Dina

ARF/Araras-SP

Ingressou na RFB em julho de 2010, com lotação inicial na Inspetoria de Itaqui/RS, realizando serviço de atendimento ao contribuinte. Foi removida em junho de 2013 para a Agência de Araras/SP, prosseguindo com o atendimento.

Ah, as mães!

O que seria da humanidade sem as mães! E não falo apenas da função biológica primordial de gerar e gestar uma nova vida. Mas daquela outra função, o papel social de defender os seus filhos com dedicação e amor incondicional, até mesmo perante as repartições públicas.

Estava eu buscando respostas para questões sobre CPF, quando me deparei com o inusitado pedido de uma mãe. Ela solicitava um novo número de CPF para seu filho, tendo em vista que por questões que nos fogem ao controle materno, o destino lhe atribuiu o número sequencial “666” no meio da inscrição. Má sorte, pensou a mãe, não custa tentar uma solução administrativa para suas aflições. Suspeito que ela não tenha obtido êxito em seu pleito. Mas fica a sugestão para o algoritmo, quem sabe poderia ser bloqueada a sequência para evitar outros desgostos maternos.

Porém, nada se compara ao caso do Júnior. Em uma manhã normal de atendimento, o Sr. Fulano de Tal desejava saber o motivo pelo qual ainda não tinha recebido sua restituição de IR. Conversa vai, conversa vem, e foi dada a notícia: a declaração estava retida em malha. Entregamos o relatório de pendências, fornecendo as orientações padrões sobre eventual necessidade de retificação da declaração, e assim obtivemos mais um atendimento conclusivo.



Conclusivo? Mais ou menos. Dali meia hora aparece a mãe do Fulano de Tal, que era, na verdade, Fulano de Tal Júnior. E a Sra. Mãe foi até a triagem e pediu rispidamente uma senha para “falar com a pessoa que tinha atendido o Júnior”. Silêncio constrangedor no atendimento, os servidores ali presentes rezando para serem ignorados pela seleção do Saga. Afinal, já é difícil dar satisfação para a própria mãe, imagina se alguém ia querer levar pito da mãe do Júnior.

Pouco depois a senha foi chamada e foi impossível manter um ambiente com a discrição necessária. A própria mãe do Júnior se sentou e começou a gritar que considerava de uma petulância tremenda insinuarem que o Júnior tinha feito a declaração de IR errada. Logo o Júnior! A mãe tentou argumentar que errada era a Receita Federal.

O atendimento prosseguiu com certa tensão, a mãe do Júnior não aceitava os fatos indicativos de que tinha algo errado com a declaração. Porém, insistimos com as orientações adequadas ao caso, com muita cautela para não ferir o orgulho materno. Ao mesmo tempo, eu pensava que nem plantão fiscal resolveria a situação; em último caso, imaginei que findo o processamento da malha, a mãe iria impugnar sob a justificativa que o Júnior era um bom menino e não merecia cair na malha.

Infelizmente, ela não aceitou a explicação de bom grado e foi chamado outro servidor, aquele que vem de outra sala, fazendo cara de chefe, para repetir as mesmas informações. A mãe, que era contadora aposentada, aos poucos foi captando a natureza do erro. E realmente teve que concordar: “o Júnior errou a declaração, mas é um errinho de nada, tanto drama da Receita só por causa desse pequeno lapso do Júnior!”. Mas ainda que o amor da mãe tenha nos tocado profundamente, só restou mesmo o caminho da retificação.

Uma mãe, mesmo a do Júnior, é sempre capaz de nos deixar lições de vida: se o trato com o contribuinte deve ser pautado no respeito e na urbanidade, lidar com a mãe do contribuinte requer cuidado, paciência e atenção redobrada de forma a esclarecer as normas, sem desabonar a conduta do filho-contribuinte. Afinal, mãe é assim mesmo, disposta a enfrentar até mesmo um leão em defesa do princípio de supremacia do interesse do próprio filho.



Na manhã seguinte, a mesma mercadoria

Maria Marlise Welter

Aposentada

Serviu à RFB durante 22 anos na DRF/Foz do Iguaçu/PR. Ingressou em 15 de maio de 1991, como TTN, hoje ATRFB. Trabalhou em vários setores, predominantemente na área aduaneira e, especialmente no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Aposentou dia 31 de maio de 2013. Atualmente mora em Londrina/PR.

Foz do Iguaçu/PR. Tríplice Fronteira. Os turistas visitam a cidade e fazem compras nos países vizinhos: Paraguai e Argentina. Usufruem de quota de isenção de US\$ 300,00 (trezentos dólares) na compra de bens para uso pessoal. Se houve excedente da quota, ao entrarem no Brasil com suas compras, declaram-nas e pagam o tributo sobre esse excedente. Esse procedimento deve ser adotado na Zona Primária, ou seja, nas Aduanas de Entrada no país: Ponte da Amizade, para quem procede do Paraguai e Ponte da Fraternidade, aos procedentes da Argentina. Feito isso, ou não, seguem viagem e estão sujeitos à fiscalização na Zona Secundária, ou seja, todo o território nacional (aduanero). Em Foz do Iguaçu, esta fiscalização ocorre costumeiramente nos locais de embarque de turistas, a saber: Rodoviária e Aeroporto. Além disso, há equipes volantes em toda a região da fronteira fazendo essa fiscalização.

Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu/PR. Final de tarde. Entram os passageiros para o último voo. Quando o check-in está prestes a ser encerrado entra um casal acompanhado de um amigo. Os três passam a bagagem na esteira do Raio-X. Cada um tinha na bagagem um projetor de imagem sobre o qual haviam pago o tributo sobre o excedente da quota de isenção. Entretanto, os três traziam também equipamento fotográfico armazenado em maleta própria para este, a qual não passaram no Raio-X. Assim como os projetores, todos da mesma marca e modelo, as câmeras fotográficas, bem como os flashes e as lentes eram também todos da mesma marca e modelo. Cada conjunto –



câmera, flash e lente – avaliados em mais de US\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos dólares). Questiono se houve o pagamento do imposto.

- Não, não pagamos, diz um deles. Não tínhamos dinheiro suficiente para pagar o imposto de toda a mercadoria, então só pagamos do projetor.

- Neste caso, farei a apreensão do equipamento, pois não houve regularização do mesmo quando da entrada no país, informo-lhes.

Primeiramente faço o Termo de Apreensão do amigo do casal, que o assina, recebe sua via e se dirige a companhia aérea, a fim de fazer seu check-in. O casal optou por fazer um termo só, para agilizar o procedimento e ambos pudessem fazer o check-in e embarcar no último voo.

Ao iniciar o preenchimento do Termo, o casal desanda a chorar, literalmente.

- A senhora não pode fazer isso. Nós somos fotógrafos e temos um evento marcado para sábado para o qual precisamos deste equipamento.

- Se esse equipamento é tão necessário, por que não pagaram o tributo? Pergunto.

- Eu já lhe disse que não tínhamos mais dinheiro para pagar o imposto sobre o equipamento fotográfico, diz o marido.

- Por que então, ao invés do projetor, não regularizaram este equipamento, que, segundo vocês, lhes é indispensável? Argumento. Ao que ele rebate:

- Disseram-nos que se passássemos com o equipamento como bagagem de mão, este não seria fiscalizado.

Sob os protestos do casal, concluo o termo.

Infelizmente, o check-in para o último voo havia encerrado e o casal não embarcou. Remarcaram a passagem para o dia seguinte, no voo das 06:00h.

Na manhã seguinte, aberto o check-in, entram os passageiros e entra o casal do dia anterior. O marido, ao me ver, ficou lívido e não se conteve:

- A senhora ainda está aí?

- Sim, senhor. Meu turno é de 24:00h e só sairei às 08:00h de hoje.

Reparei que ambos, ele e a esposa, traziam, cada um como bagagem de mão, maleta idêntica a do dia anterior, além das malas contendo o restante da bagagem.

- Precisamos passar as malas de novo? Ele pergunta.

- Sim, respondo-lhe. Passam as malas no Raio-X. O conteúdo não sofreu alteração. Entretanto, constato que nas malas que carregam como bagagem de mão, tem equipamento fotográfico idêntico ao apreendido no dia anterior e, novamente, sem pagamento de imposto.



Sem muitos protestos desta vez e, sem choro também, faço o Termo de Apreensão e, sem me conter, questiono:

- Ontem o senhor disse que não tinha dinheiro para pagar o imposto daquele equipamento, como foi possível adquirir o mesmo equipamento de ontem para hoje?

- A senhora não vai acreditar, ele me diz, com acentuado sotaque mineiro. Como nós perdemos o voo ontem, eu e minha lindinha, fomos ao Cassino em Puerto Iguazu (Argentina), ganhamos uma bolada no jogo, fomos ao Duty Free (Argentina) e compramos a mesma mercadoria, e só não nos apresentamos na Aduana porque sabíamos que não tem banco aberto de madrugada pra pagar o imposto. A senhora acredita?

Eu não acreditei. E você, acreditaria?



Navio ao largo: estreita morte

Andréa Félix Araújo Menezes

DRF/Salvador-BA

Ingressou na RFB em 1989 por concurso público para TTN. Foi nomeada em abril de 1991. Sempre trabalhou na área aduaneira em porto e aeroporto, em Salvador e, durante 5 anos, na Alfândega de Santos. Atuou na Superintendência entre 2009 e 2010. Está na DRF/Salvador desde 2011 até hoje.

O que se deu aconteceu na Alfândega de Salvador: Porto - que à época (1997, creio) ainda era Inspetoria (IRF). Era sábado, e se havia gente ali era gente no plantão. O mais era tomado de uma solidão tão solitária que nos ofendia. Era sábado, pois, mas não sabat - era só um sábado cheio de tédio, e não vou dizer a palavra desídia pra representar o sentimento ali porque isso nos deplora. E em verdade sou amante firme e convicta da Burocracia.

Era um anódino sábado, com cheiro de mar e ferrugem, e de um sol tão presente, que, se não matava, aquebrantava a todos. Agora entendo por que a preguiça soteropolitana é chamada de maresia; é porque o cheiro do mar em tudo penetra, trazendo imobilidade - uma coisa lassa, frouxa, que nos torna cordatos à força. Traz também uma ideia de eternidade, maldita ou bendita. Eu da minha parte, muito mocinha ainda, queria um algo mais. Me decretara antes uma valentia que se deveria cumprir à revelia de qualquer salitre desalentador. Afinal eu não podia ficar enferrujada como a geladeira do plantão - uma moça plena de viço e sonho.

"Navio ao largo!" - alguém gritou. "Ao largo, ao largo". De onde? Não lembro - talvez da Conchinchina... ou da Argentina. Teria visita. Eu iria, mesmo sem saber nadar. Eu iria porque tinha que fazer algo diferente do corriqueiro. Iria porque nesse ato simples de ir eu seria heroína do meu planeta íntimo e solitário. Múcio (auditor do plantão), bem como Zé Augusto, Valderci e Marcos Cruz, ainda tentaram me dissuadir da loucura, advertindo-me



que o navio estava muito longe e era muito alto. Mas, num ato de desmedo e compulsão, garanti que iria: "mas não é de lancha?". Sim, de lancha seria, mas nossa lancha um tanto modesta. Teria que saltar da lancha para uma escada-corda meio débil e velha. Lembro bem de Múcio ter-me indagado: "Andrea, não tem medo não? Tem que ter habilidade pra se subir em navio!". Com medo ou sem medo eu iria por um autodecreto - era o princípio de tanatus que mandava em mim naquela hora.

Avistei da lancha o navio-monstro que eu escalaria. Mais perto pra saltar, saltei, sem poder fazer feio mais - levaria a cruz ao calvário. Enquanto eu subia nas tristes cordas horizontais, vinham-me perguntas horrendas em minha fronte já gelada: é agora minha hora? E se a corda quebrar? Não é de lei que quebra sempre do lado mais fraco? Fui ali pra morrer? Seria minha última visão do bel mar? Seria eu a novata no mundo subterrâneo? Desceria aos infernos ou subiria aos céus? Deus descobre almas no fundo do mar e as leva às alturas? Há redenção pra almas imprudentes? Mas não são bem-aventurados os que sempre choram?

Ali definitivamente trêmula eu não era o "eu" que pensara: era só um euzinho de nada muito simplório, derretido pelo "temor" e pelo "tremor" bíblico. Enxerguei que a vida inteira eu tinha sofrido de mania de grandeza. Qualquer peixe ou pássaro ali se safava, mas eu - degredada filha de Eva - não sabia o elementar: voar. [eu nunca soube voar] Nem sequer nadar - nadanadanada.

Eu que sonhara alturas, pesadelava ali, no vero da imensidade clara e solar. Só que defronte, o buraco negro. [Deus dos débeis, salvei-me!] E só parei de ver a treva porque veio a vertigem, a vontade de cair, a tontura. "Quem é do mar não enjoa". Mas eu não era do mar! Só a terra é meu habitat! Na hora tive a cegueira dos amantes, mas o que é mesmo que eu amava ali? Só o medo era meu satânico amigo-inimigo que naquela hora mostrava a mim a coisa de que era feito meu grande-eu. Mas todos adivinhando minha aflição me socorriam de longe: "não olhe pra baixo! Não olhe pra baixo! Andréa! Não olhe! Suba sem olhar! Não pense em nada: suba sem olhar pra baixo!".

É verdade que não veio o Cristo salvar-me. Veio-me só um anjo de branco, que depois reconheci como um tripulante fardado. Meu salvador me puxou a subir no navio e, em seu gentil princípio de interrogação, inquiriu-me "que pasa? que pasa?". "Paso mal, bién mal _ miedo, miedo". Mas a partir dali não vou dizer que já era o céu porque teria a descida - mas era meu purgatório, Onde pude pensar e repensar pecados. Dissimulava o máximo que podia, porque o problema seria tão infantil e mesquinho àqueles seres marinhos, que não valia a pena trazê-lo em voga. E além de tudo havia um certo prazer em eu sofrer-gozar - sozinha - minha debilidade e miséria.

A visita transcorreu pacífica a todos - tanto à fiscalização quanto à tripulação. E eu só queria uma coisa: descer, voltar à terra. Descer seria minha vitória, meu prêmio, meu troféu. [paz na terra às mulheres de boa-vontade] Queria estar em terra e na terra. Não terra à vista, mas terra às mãos, aos pés, ao nariz, e descer foi fácil. Descer, dizem, é sempre mais fácil. Ai que bom foi avistar o porto: voltar, chegar, regressar; que boa era a feliz rotina, que boa a vida comum, o tédio, o cotidiano, a mesmice, o ordinário, o hodierno - ai que bom!



O “legal” de uma ilegalidade

Antônio Belo Honrado

DRF/Campinas-SP

Entrou em exercício do cargo de TTN a partir de 30/01/1998 no SESAR/Campinas/SP, onde desempenhou suas funções até ser aposentado em 05/09/2001. A fim de atender orientação TCU, reapresentou-se em 27/04/1911, no SECAT/Campinas/SP, onde tem exercido suas funções até o momento, após ter recurso indeferido ao Acórdão, que orientava a sua recondução ao exercício do cargo, agora como ATRFB.

Quando tomei ciência da decisão do Acórdão TCU em 2010, considerando ilegal a concessão da minha aposentadoria, após decorridos mais de 8 anos, senti o chão faltar sob meus pés, como se estivesse no epicentro de um terremoto. Foi difícil aceitar que a lei tem aspectos que permitem nuances de entendimentos diferentes, e que constitucionalmente o TCU pode a qualquer tempo apreciar o ato administrativo da concessão, e mais, que a aposentadoria do servidor público só se conclui com o deferimento do registro pelo TCU.

Então foram muitas as consultas e pesquisas, pois a aceitação racional exige o entendimento.

Embora não convencido, mas consciente de que o meu entendimento não era a verdade absoluta, resolvi então, a conselho de minha filha, mais conhecedora de questões de trabalho, apresentar-me tempestivamente para exercer o cargo, ao mesmo tempo em que apresentei recurso ao TCU, contestando a decisão do Acórdão.

Disposto a não interromper o período orientado pelo Acórdão TCU, após pouco mais de um mês, tomei ciência que até apreciação do recurso, a determinação anterior estava suspensa.

Continuei pesquisando e acredito ainda que a minha questão daria um bom debate no STF, o que demoraria estimadamente em torno de uns 10 anos ou mais, por que o caminho



é longo e demorado e um caso parecido, mas menos intrincado havia terminado com uma votação de 4x3 em desfavor daquele servidor.

É muito interessante como algumas questões na mais alta corte de justiça se parecem como um jogo de futebol, que termina com um resultado apertado; afinal cabeça de julgador não é diferente da nossa, apenas mais complexa e rica de possibilidades.

Quando o Recurso foi apreciado em 2011, após quase um ano, eu já estava determinado a concluir o complemento de tempo, que o Acórdão TCU orientava perfazer, a fim de manter o direito à aposentaria integral, com base em jurisprudência anterior.

Era muito complicado compreender quando no frígido dos ovos, se colocado no papel, era mais caro para a administração o custo mensal a pagar na ativa, do que se estivesse inativo, pelo menos neste caso, em particular. Afinal a recondução ao cargo, financeiramente, era mais vantajosa para o servidor, do que para a administração.

Caso raro, individual, mas não único. Questões que as inovações jurídicas provocam e que permitem a “cada cabeça uma sentença”. É curioso e ao mesmo tempo interessante saber que, legalmente nunca estive aposentado, já que o ato administrativo anulado, eliminou também todos os efeitos dele decorrentes desde a concepção e o TCU com a decisão do Acórdão negou o registro da concessão.

A princípio, a administração de pessoal nem sabia bem o que fazer comigo, por isso pediram-me para aguardar. Disse-lhes que tinha preferência em retornar à DRF onde havia exercido meu cargo antes da inatividade, até setembro de 2001. Retornando a Campinas procurei o Sr. Delegado local e disse-lhe da minha preferência, e acredito que ele empenhou-se para me ajudar a reassumir o cargo aqui em Campinas. Na semana seguinte me reapresentei.

Foi muito difícil a princípio, apesar da boa vontade das pessoas. Sistemas novos e complexos. Procedimentos que não conhecia e a desambiência de rotinas; tão novos e desconhecidos, tal qual a digitalização de processos e documentos, que era novidade inclusive para os “mais antigos”. Tentei adaptar-me, por que como diz um ditado lá da “terrinha”: “Muito faz quem não atrapalha”.

Enfim tudo passa e tudo tem dois lados. A par das dificuldades de instalação na cidade e da retomada da rotina, havia o carinho, a atenção e o generoso interesse dos companheiros em ajudar-me no retorno à caminhada. Foram tempos de uma convivência e de um aprendizado muito “legal”. Tão “legal” que ao completar o período de tempo determinado pelo TCU, a par de outros interesses, resolvi continuar na função um pouco mais, afinal “o acaso” havia criado uma abertura legal que me favorecia. Tão “legal” quanto, em meio às tarefas e responsabilidades funcionais, podia apreciar e me divertir com a variedade individual das personalidades humanas, que existem dentro do universo coletivo, que é o SECAT, onde fui recebido e com o qual tenho convivido nestes últimos, pouco mais de dois anos.

Mas, legalidades ou ilegalidades do caso, que não vale a pena cogitar, vamos ao outro lado “legal” do retorno, que considero realmente vale a pena realçar.

Quando - segundo o fogo amigo: “um dia, quem sabe... talvez... após as olimpíadas



de 2016, ou ainda após a aposentadoria da Simone” - um outro ato administrativo, me conceder a aposentadoria, vai ser mais complicado e difícil voltar à inatividade, do que foi o retorno ao exercício do cargo. Mas a distância de casa, me lembra que há outras responsabilidades e que vida se renova em um aprendizado constante e “... amigo é coisa pra se guardar no lado esquerdo do peito, dentro do coração. Assim falava a canção...”

Levarei então comigo o peso da saudade, da falta do convívio cotidiano, da amizade e das brincadeiras, da divisão de preocupações com aqueles que ombreiam comigo as tarefas da burocracia diária. Com certeza, sairei mais enriquecido do que quando cheguei; donatário de uma riqueza intangível, imensurável.

Me perdoem aqueles que me aliviaram as dificuldades, gostaria de nominá-los individualmente a todos. Omito nomes, porque quero que todos os que mimaram este “seminovo”, durante o estágio jurisprudencial na DRF Campinas e mais particularmente no SECAT, se sintam igualmente reconhecidos como jóias que carrego na mente e no coração.

São pessoas, gente com virtudes que às vezes eles próprios desconhecem e que fizeram e fazem a diferença, transmutando o chumbo em ouro e transformando o que poderia ser uma provação em um grande prêmio. Amigos que “o acaso” provavelmente não tivera possibilidade de juntar, durante o primeiro estágio que aqui cumpri, antes da ilegalidade.

Tem sido muito “legal” rever e reviver momentos, que o tempo não apagará dos registros mentais e que guardarei comigo para sempre, sem esquecer que a exigência de novas sinapses para assimilar todos os conhecimentos adquiridos, provavelmente tenha me beneficiado retardando algumas doenças senis, que poderão advir da inatividade.

Por tudo isso e outros mimos que generosamente me granjearam, sou grato àqueles que fizeram das minhas dificuldades um exercício fraterno de amizade.

Sou grato ainda, acima de tudo, ao Criador que me presenteou com esta oportunidade inesquecível de um aprendizado “legal”. Lições que só tive o privilégio de vivenciar por causa de uma ilegalidade.



O adeus a uma agência

Weber José Lucas Fadel

DRF/Natal-RN

Ingressou na RFB em 02/07/1984, trabalhando nas áreas de Arrecadação e de Atendimento. Na DRF/Belém, ocupou as funções de Assistente de Gabinete, Chefe de CAC e das ARF Conceição do Araguaia e Tucuruí. Na SRRF 02, ocupou o cargo de chefe da DIVIC. Na DRF/Natal, exerceu as funções de Chefe da Sage e da Sapol.

Corria a segunda metade da década de 90 quando, numa radiosa manhã, fui comunicado a respeito da decisão final sobre a desativação de uma agência circunscrita à Delegacia da Receita Federal em Belém. À época, eu exercia a função de Assistente de Gabinete e tinha conhecimento de que este tema, em se tratando de um assunto dessa magnitude, vinha sendo analisado há algum tempo, sopesando-se os prós e os contras que envolviam essa decisão. Então, naquele dia, recebi o sinal verde da Administração, pois caberia a mim a condução deste processo na sua prática, cuja operação, com status de informação reservada, deveria ser iniciada já no dia seguinte. Estava assim, portanto, decidida a extinção da Agência da Receita Federal em Bragança, no Pará.

Quem já teve a oportunidade de participar de um trabalho de encerramento de atividades de uma Unidade Administrativa sabe o quanto é delicada essa missão. Nunca se sabe a reação da classe política, dos empresários e da população em geral pela perda de um órgão público, mesmo que essa decisão venha consubstanciada de diversos argumentos técnicos que endossem a decisão da Administração. E era o caso...!

Fundada em 1613, três anos antes da fundação da própria capital do Estado, Belém do Pará, a cidade de Bragança possui um patrimônio histórico riquíssimo e situa-se na região do Nordeste Paraense, a 220 km da Metrópole da Amazônia, e apresenta a atividade pesqueira o vetor de sua economia. Por sua vez, a Agência da Receita Federal naquele



município seguia a linhagem histórica da cidade e sua existência data do tempo das coletorias ou das mesas de rendas, muito antes da criação da Secretaria da Receita Federal, em 1968. No entanto, ultimamente vinha contando apenas com um único devotado servidor que acumulava a responsabilidade da chefia e todas as outras funções administrativas, de atendimento e de cobrança que uma Unidade requer. Quando ele saía de férias ou tinha que se afastar por motivos de treinamento, reuniões, etc, era uma dificuldade encontrar colegas disponíveis que pudessem substituí-lo naqueles momentos.

O curioso é que, apesar da beleza da cidade, sua boa qualidade de vida, com os seus paradisíacos igarapés amazônicos e sua localização próxima a belas praias, Bragança não atraía servidor assim tão facilmente. Além disso, a Unidade, freqüentemente disputando os dois últimos lugares na arrecadação dentre as Agências da Delegacia de Belém e com um nível de atendimento presencial (única modalidade de atendimento que havia na época) relativamente tranqüilo, era invariavelmente preterida por força de critérios que alicerçam a árdua missão administrativa de escolha na alocação de novos servidores, sempre em número incompatível com a grande demanda do órgão. Ademais, atuando como um agravante à conjuntura, o seu único servidor estava com o tempo de serviço completado para a merecida aposentadoria - e só não o fazia pelo seu comprometimento com o trabalho.

No dia em que deveríamos encerrar as atividades da ARF-Bragança, eu e dois inestimáveis colegas (um deles, na condução do veículo oficial) saímos de Belém muito cedo e por volta das 11 horas já passávamos ao lado da igreja Matriz da cidade, contornando em seguida a sua praça com vista para o belo Rio Caeté. Mais uma curva à esquerda, como se fôssemos retornar, e paramos em frente à Agência. Adentramos sob um olhar surpreso do agente, que atendia a um cidadão, ambos em pé, separados por um balcão de madeira que praticamente tomava toda a dimensão da largura do salão. Naquele momento, creio que ele deveria ter o pensamento dividido entre as orientações e procedimentos relativos ao atendimento prestado ao contribuinte e uma auto-indagação acerca do motivo que trazia o Assistente de Gabinete da Delegacia à sua Unidade e, indo mais além na sua conjectura mental, o porquê de não ter sido previamente comunicado sobre o fato.

É claro que não falaria sobre o assunto com aquele valoroso agente enquanto houvesse alguém para ser atendido e nem com estranhos por perto. O burburinho que isso causaria numa cidade pequena, cuja população residente era de aproximadamente 32 mil pessoas, poderia ter sérias consequências e não dava pra arriscar. Depois daquele cidadão, ainda entrou mais uma derradeira pessoa. Já passava das onze e meia quando, enfim, ele achava-se liberado para reunir comigo. Com um gesto de braço e de cabeça, acenou-me para ir até a sua sala para conversar reservadamente. Seu semblante refletia uma mensagem do tipo “Vamos, acabe logo com a minha ansiedade!”

Dadas as condições de sua idade e o seu tipo “grandão”, eu sinceramente comecei a recear pelo seu estado de saúde, pois havia nele uma espécie de olhar perscrutador, que refletia uma rajada de “porquês”, acompanhado de uma respiração levemente ofegante.

Aqui pra nós, acho que já adivinhava o que estava por vir...



Depois de acomodados e a portas fechadas para que nem a servente desconfiasse, eu comecei a discorrer lenta e pausadamente acerca dos propósitos da nossa visita, optando por relatar inicialmente o que seria o fim da conversa, talvez. Lembro-me que passei a tentar explanar primeiramente alguns aspectos técnicos e os resultados mostrados por aquela Unidade e também as dificuldades para a continuidade do seu funcionamento. De repente, então, vi-me comunicando a ele o motivo principal de estarmos ali.

Ato contínuo, aproveitando que nenhum cidadão mais havia à espera de atendimento, então pedi a um dos colegas que me acompanhava, mas não entrara no gabinete, para fechar as portas da Agência. Fato que presumo não causou nenhum espanto lá fora, pois já era hora do intervalo para o almoço. Pelo menos, até as 14 horas, quando o comércio reabriria suas portas após a sesta-sossego habitual da região norte, nós estaríamos tranquilos para uma rápida refeição e depois dar início, de fato, à desativação. Muito trabalho nos aguardava. Ainda bem que podíamos contar com um fator que estava ao nosso lado: à tarde, a unidade não abria ao público - era só expediente interno.

Após o almoço, passamos à fase de espera pelo caminhão cedido pela gerência do Ministério da Fazenda em Belém, a fim de que fosse efetuada a remoção do mobiliário. Neste ponto, cabe apenas um parêntesis sobre essa questão. Se o caminhão viesse mais cedo, sua presença à porta da agência poderia chamar uma atenção desnecessária e até mesmo, quem sabe, causar uma movimentação que obstruísse nossa tarefa. E isso, além de não reverter a decisão já tomada, ainda poderia colocar em risco a integridade do patrimônio público (ou a nossa!!!). Enfim, a boa gestão de riscos recomendava que o fator surpresa havia de imperar.

Em relação às etapas da operação, nosso planejamento consistia em levantar o estoque processual da Unidade, inventariar todo o mobiliário e os demais documentos existentes, e por fim, embalar documentos e processos e retirar o mobiliário. Note-se que esse planejamento deveria ser sistematicamente obedecido, dado o curto lapso de tempo que dispúnhamos. E assim o foi, pois, enquanto uns dedicavam-se em conferir o patrimônio e arrumar todo o mobiliário no salão a fim de que fosse facilitada a sua retirada "em massa" para o caminhão estacionado na porta, eu me ocupava com a tarefa de conferir e embalar diversas pastas documentais (memorandos, ofícios, certidões negativas emitidas, CNPJ, CPF, ITR, etc), passando em seguida para o acompanhamento da movimentação dos processos para a ARF-Capanema, via Comprot - sistema do Ministério da Fazenda para esta finalidade. Havia momentos em que alternávamos as tarefas ou parávamos o que estávamos fazendo para ajudar, por exemplo, a carregar um mobiliário de maior tamanho. Assim, praticando-se um trabalho em equipe, e contando com o auxílio prestimoso do Agente - diga-se de passagem -, concluímos, enfim, todo o planejado no final da tarde.

O crepúsculo já se desenhava, presenteando-nos com o lindo e habitual cenário que emoldura os céus da Região Bragantina, quando o mobiliário da Agência partia rumo a Capanema. Momentos antes, já havíamos decidido que eu e meus dois colegas dormiríamos em Bragança; porém, o caminhão, por questões de segurança, deveria partir naquele mesmo dia e pernoitar na garagem da Agência de Capanema, aguardando a nossa



chegada no dia seguinte. O fato é que, tão logo ocorreu a saída daquele veículo com uma carga envolta em lona, isso chamou a atenção e - lembro-me bem - uma pessoa, que se identificou como vereador da cidade, veio até mim perguntar do que se tratava. Pacientemente, tive que explicar a situação. Que jeito? Tentar omitir seria muito pior. Ademais, o caminhão já havia zarpado... Pensando bem, foi por pouco...!

Passado o aperto, senti-me exausto fisicamente devido à viagem e ao ritmo frenético dos trabalhos levados ao cabo daquele longo dia. Porém, ao contrário do corpo, a mente estava aliviada e em paz com o êxito obtido. Após um banho demorado, estava refeito e pronto para o jantar com os colegas, o qual, ao contrário do almoço, foi bem mais leve e descontraído. Depois da frugal refeição noturna, partimos para merecida noite de descanso. A jornada ainda não estava conclusa...

No dia seguinte, quando o Sol deitava seus clarões avermelhados à terra ainda úmida do orvalho da madrugada e seus primeiros raios resplandeciam nas águas brilhantes do Caeté e por entre as majestosas e seculares palmeiras imperiais postadas próximas à sua margem, deixamos a bucólica cidade de Bragança, levando todo o acervo documental de uma unidade da Receita Federal que, independente da nomenclatura, prestou por décadas atendimento à população daquela região. Rumávamos agora à cidade de Capanema. Sessenta quilômetros nos separavam de uma outra Agência, cujo chefe deveria receber formalmente todo o material que pertencera à ARF-Bragança. Além disso, a Unidade de Capanema herdaria também todos os municípios circunscritos da agora "ex"-ARF. Tudo conferido, chegava ao fim nossa missão!

É certo que, durante algum tempo ainda, a desativação da ARF/Bragança rendeu algumas correspondências de políticos ligados à cidade, ofícios do Executivo Municipal e notas na imprensa a respeito de tal decisão. O certo é que, apesar de toda a beleza e de toda a história da cidade de Bragança, sua força poética por si só não foi capaz de suplantiar os sólidos argumentos técnicos que sopravam em direção contrária, mostrando que a atitude tomada era a mais correta sob a ótica da relação "custo x benefício" das Finanças Públicas.



O consulente de outro mundo

Azenor Pauliner Vilela

DRF/Palmas-TO

Entrou em exercício em novembro de 1995, na DRF/Palmas/TO, exerceu o cargo de chefe substituto da Sagar (Sessão de Arrecadação) de fevereiro a julho de 1996. Agente da ARF de Gurupi/TO no período de julho de 1996 a fevereiro de 2001, CAC da DRF /Goiânia no período de março de 2001 até a presente data no atendimento.

Início este conto ocorrido em atividades, na delegacia da Receita Federal em Goiânia, DRF/GOI, tomando o cuidado de informar ao leitor que os fatos aqui narrados são verídicos, mas os nomes das pessoas envolvidas são fictícios.

Antônio Campos Sapiante é recém chegado em Goiânia, após concurso de remoção, quando havia chefiado por sete anos uma agência da receita federal, em outro Estado da federação, a principal Agência daquela unidade federativa.

Era o início do ano de 2001, no auge da entrega da declaração do imposto de renda pessoa física, quando Antônio entrou em exercício no CAC da DRF/GOI.

Ocorre que Toninho, uma espécie de sabe tudo, trazia na ponta da língua tanto a parte operacional, relativa a sistemas e seus históricos, quanto à legislação a respeito dos tributos internos, discorria em detalhes, qualquer questionamento, lá vinha ele: Lei tal, art. x, §§ e alíneas, regulamentada pela Instrução Normativa y, em atendimento ao “n” preceito constitucional em consonância com tal princípio da Carta Magna.

Toninho possuía uma memória fabulosa e estava sempre pronto a servir. Ademais, tem graduação em direito e pós-graduação em direito tributário, quando arguido sobre o seu “notório saber” ele explicava: não, meus caros, lembrem-se, fui agente por sete anos.



Ressalta-se que, quando o contribuinte adentra em uma unidade da Receita Federal (RF), esse não tem noção da hierarquia do órgão, ele está na RF e exige uma resposta para seu problema – você, servidor deve buscá-la, onde quer que se encontre. Abro aqui um parêntese para saudar os nossos aguerridos colegas, servidores que atuam nas Agências da Receita Federal Brasil afora.

Feito essas considerações preliminares, conhecendo o Toninho, o chefe do CAC Goiânia, que naquele momento passava por enorme demanda no plantão fiscal, determinou que Toninho fosse provisoriamente atuar como plantonista. Função essa que o referido servidor abraçou de bom grado, a qual consiste em tirar dúvidas relativas à legislação e procedimentos pertinentes.

O chefe do CAC o servidor Emerson Barros, pessoa de elevada capacidade técnica, portador daquilo que hoje se conhece como inteligência emocional, estava sempre aberto ao diálogo com os seus subordinados, na medida do possível, alocava os naquela atividade que melhor se adequavam, respeitando o limite de cada um. Não há dúvida de que Toninho estava no lugar certo, onde permaneceu por oito anos.

Um certo dia, Toninho adentrou ao gabinete de Sr. Emerson de forma brusca e estava estranho, continha em suas expressões faciais um misto de riso e raiva. O chefe foi logo questionando-o com palavras brandas porém firmes, como de costume: O que foi, meu caro, você está passando bem? Toninho desabafou: Você não faz idéia do que me acaba de acontecer; apareceu-me um consultante, elegante de terno e gravata, um senhor de uns sessenta anos de idade, meio calvo, cabelos pretos de rajas brancas e longos, amarrados em forma de rabo de cavalo, lustrado com uma espécie de brilhantina, é magro e deve ter cerca de um metro e noventa de altura, porta uma mala do tipo zero sete, gastei com ele umas 2 (duas) horas, ele ainda está lá, em minha mesa, gostaria que o senhor fosse lá e pedisse para ele se retirar. Ah sim, o que ocorreu! O tal muito educado e falante, impressiona pela linguagem culta e pela pertinência de suas perguntas.

Toninho, irritado e ao mesmo tempo dava umas gargalhadas iniciou sua narrativa: o aludido senhor apresentou contratos e procuração, dizendo representar um grupo econômico alemão que pretende instalar uma fábrica de “naves” na região industrial da cidade de Anápolis. Bem, Anápolis já tem fábricas de veículos automotivos, caminhões e, porque não, mais uma de avião! Informei ao contribuinte que deveriam ter um preposto representante em solo brasileiro, com endereço fixo, conforme a legislação pertinente ao Cadastro, ainda que o CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), seria a matriz. O misterioso contribuinte tudo anotava. Superada a fase cadastral, iniciou-se questionamento detalhado a respeito da carga tributária, em fim os seus representados exigiam saber o quanto iriam pagar, indagou a respeito de possíveis incentivos fiscais, entretanto o mais complexo haveria de vir, já consultado o RIR (Regulamento do Imposto de Renda) agora era vez de dissertar sobre o enquadramento do produto na TIPI [Tabela de Incidência do imposto sobre Produtos Industrializados], sem, contudo, fazê-lo.

Toninho astuto e conhecedor das responsabilidades funcionais, explicou ao homem do rabo de cavalo, que era impedido de fazer o enquadramento na TIPI, todavia, iria



orientá-lo como fazer. Passou a indagar o visitante sobre o produto: se tinha motores, qual seria o combustível usado, se parte era composto de metal, qual metal, se havia plástico na composição e assim por diante.

O consulente de forma muito gentil disse: “para melhor esclarecê-lo – trago comigo os projetos”, sacou da mala zero sete um conjunto de seis plantas, a primeira continha traços e cálculos. A segunda, uma espécie de planta baixa e as demais um tanto incompreensível para o nosso plantonista. Mas, a grande surpresa estava por vir, era o design do fabuloso objeto, nada mais nada menos que um disco voador.

Toninho ainda espantado, esclarecia: foram duas horas jogadas fora, ora! Já ouvi muita gente respeitada dizer que acredita em disco voador, que até já viram UFOS, mas daí querer montar uma fábrica do tal objeto é muito para mim! O senhor não acha?



O dia em que o Timor Leste ensinou ao Brasil

Caio Marcos Cândido

DRF/Vitória-ES

Ingressou na RFB em maio de 1991 como Técnico do Tesouro Nacional; Auditor Fiscal em janeiro de 1994; Delegado da Receita Federal em Vitória/ES; Conselheiro representante da Fazenda Nacional de 2004 a 2009; Presidente da 2ª Seção de Julgamento do Carf de 2009 a 2011; Presidente Substituto do Carf de 2010 a 2011; e Subsecretário de Fiscalização de 2011 a 2013.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP é um foro multilateral que visa o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A cooperação se desenvolve em diversos campos do conhecimento, dentre eles o da administração pública. Neste contexto, em março de 2010 houve um encontro de representantes dos países membros em Brasília e um dos temas tratados dizia respeito ao contencioso administrativo e à execução fiscal.

No período encontrava-me em exercício na Presidência da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf e fui convidado a participar do evento com uma palestra sobre o contencioso administrativo de 2º Grau. De mesma forma, no mesmo painel de discussões, um colega apresentaria o tema do contencioso administrativo de 1º Grau e um Procurador da Fazenda Nacional falaria sobre execução fiscal.

Cada um de nós discorreu longamente sobre o seu tema para uma platéia formada por técnicos e gestores das administrações tributárias dos países membros da CPLP. Eu mesmo, no íntimo de minhas convicções, duvidava da transmissão efetiva e da



profundidade escolhida das informações que me esmerava em repassar àquelas pessoas que, por seu turno, se esforçavam para compreendê-las.

Certo é que a longa manhã se desenrolou com o esforço de nós três em partilhar as minúcias do processo administrativo brasileiro. Nossas apresentações transcorriam como se estivéssemos repassando uma fórmula certa, clara e segura que garantiria àqueles visitantes o dom de reproduzi-las em seus países e, de pronto, colher os frutos de tão brilhante procedimento administrativo.

Ao final da última apresentação foi aberta a oportunidade para que o público formulasse perguntas aos expositores. Após algumas perguntas e respostas, a representante do Timor Leste, uma senhora da qual ainda guardo a imagem em minha mente, dirigiu a mim uma pergunta que me deixou desconcertado e, até certo ponto, envergonhado:

- Sim, mas ao final do procedimento, com todas estas decisões, recursos e julgamentos, vocês ainda conseguem encontrar algo para se converter em dinheiro para o governo? O sujeito ainda não fugiu?

E agora? O que responder?

Tergiversamos na resposta, mas ela bem entendeu que o tiro por ela disparado atingiu o alvo em cheio.

Para mim, aquela senhorinha franzina, que veio de um país que chegou a não ter sistema tributário por não ter atividades econômicas a tributar, deixou às claras o sério problema resultante da demora do Estado brasileiro em converter crédito tributário em arrecadação efetiva.

Esse fato reforçou minha convicção quanto à necessidade de mudanças em nosso sistema, no sentido de simplificarmos e darmos efetividade ao procedimento administrativo fiscal e ao processo de execução fiscal.



O galpão

Cleiton Alves dos Santos João Simões

Alfândega do Porto de Santos

Trabalhou nas unidades ALF/Santos/SP e ALF/São Francisco do Sul/SC, onde exerceu diversas atividades, entre elas a de Chefe substituto do Sepol (ALF/STS), Presidente de Comissões de Licitação, Pregoeiro. Também foi chefe da Divisão de Gestão e Infraestrutura Aduaneira (ALF/STS), onde costumava receber delegações de outros países e Ordenador de Despesas da Unidade. Atualmente é o Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Santos desde fevereiro de 2012.

O novo milênio acabara de iniciar, mas a rixa entre duas cidades importantes de certa Região Fiscal, onde existiam sedes de DRF de porte semelhante, vinha do século anterior.

Aliás, a história a seguir, que conta com pequenas adaptações, poderia ter acontecido em qualquer outra Região Fiscal do País.

Vamos chamar a primeira cidade de “A” e a segunda de “B” para resguardá-las. Como em outros locais, muitos servidores da DRF/“A” moravam na cidade de “B” e vice-versa.

Certa manhã, o Superintendente Regional recebe ligação telefônica: “senhor Superintendente, bom dia! Aqui é o Delegado da DRF/“A”. Alguns de nossos servidores da Repressão descobriram que na cidade “B” funciona um galpão clandestino, pois não possui placas na porta, ali há um entra e sai muito grande de mercadorias. Sempre existem caminhões carregando ou descarregando caixas. A coisa é tão organizada que até câmeras na entrada e vigilantes armados eles possuem!”.

O Superintendente se animou com a informação, mas o Delegado logo o advertiu: “sabe, senhor, temos uma certa briguinha entre nossos servidores com os da DRF/“B”, coisa normal, meio bairrista, mas, sabe como é: o pessoal daqui gostaria de fazer a operação



diretamente, sem a ajuda deles. Podemos fazer?”

Com a concordância do senhor Superintendente, a DRF/“A” começou a trilhar as estratégias para dismantelar a quadrilha que mantinha tal galpão na cidade vizinha.

Fazia frio naquela madrugada de domingo para segunda, quando, pontualmente, às 04:30, começaram a chegar os servidores da repressão e de outros setores que auxiliariam na operação. Operação que é operação acontece segunda-feira logo ao raiar do dia. Esta não seria diferente. Até o Delegado estava lá para o “briefing”. Pareciam estrategistas em guerra. Um sugeriu que fossem com três viaturas: duas chegariam na porta do armazém, enquanto a outra daria cobertura na esquina. Distribuíam-se coletes da RFB, rádios HT. Chegaram a lamentar não terem pedido apoio de helicóptero para a missão. O assistente do Gabinete rascunhava ferozmente a nota que seria divulgada à imprensa, horas após. Até tinta preta um servidor passou no rosto, como quem vai para a batalha.

Ao primeiro canto do galo saíam para a empreitada.

E assim foi: o sol, surgindo no horizonte, começava a iluminar o caminho dos obstinados servidores da DRF/“A”, que já percorriam a estrada entre os dois municípios.

Chegaram ao malfadado armazém antes das oito da manhã. O silêncio dentro e fora dele era absoluto. Era possível escutar o coração dos servidores pulsando dentro da viatura. O relógio apitou oito horas. Chegara a hora da ação surpresa. Respirações ofegantes. daquelas que só acontecem minutos antes de um ataque iminente.

Baixinho, o líder da tropa falou: “um... dois... e... três!”...

...E foi assim que os agentes da DRF/“A” descobriram onde ficava o depósito de mercadorias apreendidas da DRF/“B”...



O gato

Cláudia Fleig Mayer

SRRF/10RF-Ditec

Iniciou o trabalho de Auditora Fiscal em 14/09/1992 no Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre, onde passou por diversos setores e permaneceu por 12 anos. Trabalhou 4 anos na Seção de Tecnologia da Informação da Inspetoria de Porto Alegre, da qual foi chefe substituta. Atualmente faz parte da equipe de Auditoria de Sistemas da Divisão de Tecnologia da SRRF10.

Além do controle de bagagem de passageiros que desembarcam na ala internacional e da fiscalização do pátio do aeroporto, cabe aos plantonistas da Bancada o desembaraço de cargas urgentes que chegam fora do expediente normal. Nesta categoria se enquadram jornais, medicamentos e animais vivos.

Fim de tarde, já chegados os vôos internacionais previstos. O funcionário da companhia aérea chegou acompanhado de um homem com aparência preocupada.

- Acabamos de receber um gato, que pertence a esse senhor.
- Tudo bem. Esperem no terminal e encontro vocês lá.
- Tem um problema: o veterinário da Agricultura já disse que não libera.

Ai. Com tantos bons profissionais atuando na inspeção sanitária, o gato caiu justo no plantão do “Chinchila Killer”. Ou assim o chamávamos, desde um episódio triste para o mundo dos roedores: um lote de chinchilas chegou às 11:30 de um dia quente, e o veterinário preferiu sair para o almoço em vez de fazer a inspeção. Quando voltou, metade tinha morrido. Não deu escândalo porque a carga tinha seguro. Chinchilas fofas, matrizes, com o resto da existência destinada a fabricar chinchilinhas. Mas o problema agora era o gato. Fui falar com a figura.

- Chegou um gato, estou indo liberar.



- Não vou, nosso carro está estragado.

Grande coisa. O terminal de carga é tão perto que uma tartaruga manca não levaria mais que alguns minutos para chegar.

- Vamos, então. Eu ia a pé, mas vou de carro e dou carona.

- Não vou. Não avisaram com 48 horas de antecedência, o gato que espere até amanhã!

De onde ele tirou aquilo? O que não falta é regra maluca por aí, mas 48 horas de antecedência para avisar a chegada de carga viva no horário do plantão deles? Deixar um bichinho sem comida nem água até o dia seguinte por firula?

Não no meu plantão.

Respirei fundo. Falei do modo mais delicado que pude. Dentro do possível para quem está furiosa, claro.

- Vou dizer o que vou fazer. Estou me dirigindo ao terminal de carga onde vou inspecionar um gato. Se estiver liberado pelo representante do Ministério da Agricultura, perfeito. Caso contrário, vou desembaraçá-lo com a observação de que o responsável estava presente e se recusou a cumprir sua obrigação.

Agora furioso estava ele, mas me acompanhou ao terminal. Bem contrariado, mas foi.

Gatos ronronam quando estão satisfeitos, mas tive a impressão que aquele sorriu ao sair do terminal no colo do dono.

No plantão seguinte, o veterinário era outro. Não resisti e perguntei sobre a regrinha das 48 horas.

- Mas isso é para casos excepcionais! Uma carga no meio da floresta que exija uma operação especial, por exemplo. Nunca para um bicho chegando no horário do plantão!

Não conseguia entender. Como um veterinário pode ser cruel com animais?

Até que me contaram que a especialidade do sujeito era inspeção de frigoríficos.

Tudo passou a fazer sentido: ele gostava mesmo era de inspecionar bicho morto!



O que faz a saudade

Carlos Alberto Spiecker

IRF/Dionísio Cerqueira-SC

Ingressou em 14 de novembro de 1995, no setor de exportação e importação; trabalhou alguns anos no setor de bagagem e retornou para o setor de exportação e importação, onde permanece até hoje.

Mais uma tranqüila manhã na fronteira, lá pelos fins do ano de 1998, em Dionísio Cerqueira, Santa Catarina. Na passagem internacional, onde dava meu plantão como “Técnico do Tesouro Nacional” (cargo que, depois, passou para Técnico da Receita Federal e hoje Analista Tributário da Receita Federal do Brasil), transeuntes indo e vindo, carros indo e vindo, entrando e saindo do Brasil, entrando e saindo da Argentina, em Bernardo de Irigoyen. Culturas se misturando, costumes se transformando. Frutos da “Globalização”, que permitiu que nesse ponto de fronteira ocorresse aumento na troca de mercadorias entre a Argentina e o Brasil. Aliás, devido a esse aumento o que ocorria na época era o compartilhamento das pequenas instalações, destinadas ao atendimento dos assuntos relativos a tributos internos (pessoas físicas e jurídicas) e turismo (bagagem, na maioria) com as atividades de exportação e importação. As instalações então existentes (e ainda hoje existem) foram inauguradas no ano de 1980 e basicamente consistiam em um prédio-padrão, adotado em diversas cidades fronteiriças, com duas pistas para veículos de passeio - uma para entrada, outra para saída - e, entre elas, umas salas e sanitários.

Os trâmites de importação e exportação geravam muitos transtornos às duas cidades, vez que em determinadas épocas o movimento de caminhões era acentuado, gerando filas pelas ruas, prejudicando o trânsito, trancando acessos, atravancando o fluxo rotineiro.



Eis que, para quebrar a calmaria daquela manhã, escuto um forte ruído. Não, não é o “rouco, surdo som, zumbindo na cafurna”, do escritor Ciro Costa (se você estava na aula de literatura brasileira naquele dia, deve lembrar...). Parece o som de um grande motor. Os olhos (e os ouvidos), rebuscando de onde vem, deparam-se com uma carreta carregada de cebola, com as sacas quase caindo pela carroceria, em primeira marcha, acelerando tudo, na tentativa de vencer a pequena, mas íngreme subida para chegar até o portão brasileiro. Aumenta o giro do motor, o barulho já é incomodativo, mas o caminhão consegue o intuito. Já mais perto, em meio a uma nuvem de fumaça e de poeira, “amansa-se” e para. Da janela que se abre, o motorista, num sorriso largo (como se a esperar um “parabéns” pelo feito) estende a mão com os documentos para entrar no Brasil.

- Tudo certo, digo, autorizando que continue.

E assim vêm outros, da mesma forma, na mesma “aventura”, conforme eram liberados pela aduana da Argentina.

Instantes depois, começa uma garoa, fina e calma. Acalanto, para o sagitariano que sou. Recolho-me para o interior das dependências. Então, ouço mais um forte barulho, o qual, antes mesmo de que eu veja que se trata de mais um caminhão a subir para o Brasil, é interrompido, bruscamente. Já do lado de fora, vejo que está parado, na parte mais íngreme da pequena subida. O motorista, atônito, tenta novamente seguir em frente. Mas, a garoa tornara a superfície – já irregular pelos ladrilhos desalinhados – muito lisa, levando o caminhão para trás em vez de para frente. Vendo que não há jeito, interrompe a sua tentativa, desistindo. “Encepou”, como dizem os caminhoneiros.

Desembarca, então, o condutor e caminha em minha direção. Mais perto de mim, reclama veementemente das condições da pavimentação, cheia de “ondas” e de buracos sem lajotas.

O trânsito de carros é interrompido na mão normal, forçando a que os carros que entram no Brasil passem pelo lado da saída, na contra-mão. Nada há a fazer senão buscar um guincho.

Após avisar a prefeitura (era a praxe), em instantes surge uma moto-niveladora (a popular Patrôla) para auxiliar. As pessoas acumulam-se querendo ver o acontecido e o que acontecerá.

Sorte! Com a ajuda da máquina o caminhão consegue subir e seguir viagem.

- Ufa, enfim deu certo!

Não mais de meia hora depois, novo “ruído” de motor. Menos mal que a garoa havia dado uma trégua. E vem ele, estrebuchando o motor. E vem... e vem... e... Não é de acreditar. Quase no momento de diminuir a velocidade e me passar os documentos, acabou o combustível. E lá está outro caminhão, 'encepado’...

- Maldita prática essa dos motoristas de deixar o tanque de combustível com o mínimo, apenas para entrar e seguir até um posto para abastecer!



“Fruto da globalização”, pois na Argentina o combustível era bem mais caro, na época.

Ligo para o socorro. Enquanto não chega, novamente o trânsito de carros é interrompido. A “cola” aumenta, assim como as buzinas, a impaciência, os chingamentos...

-¿Qué vamos hacer? (penso eu, já em meio em “castelhano”).

Chega o socorro. Alguns litros depois, ainda há que se fazer a “sangria”. Caminhões mais velhos necessitavam disso sempre que ficavam sem combustível, pois a bomba ficava seca. Eis, que, depois de umas vinte tentativas o motor liga, novamente. Dos expectadores, quase espero ouvir uma salva de palmas, diante do ronco do motor ligado.

Segue, por fim, o caminhão, para ao bem de todos.

- Espero que seja o último caso por hoje!

Tudo normal novamente: pessoas, carros, motocicletas, bicicletas, cachorros...

- Ah, como é bom o som do sossego!

Até que percebo um pequeno alvoroço entre os “peatones”. Falam entre si e apontam para a o lado dos “hermanos”. Não me “guentei” (como dizem os gaúchos). Na mirada, vejo, mesmo, uma movimentação atípica nas ruas próximas da aduana da Argentina. “La Gendarmeria, la Policia, los aduaneros”, entre outros, parecem fechar duas ruas de acesso, ficando apenas a principal livre. Mais ao fundo, vejo a “tromba” de uma carreta “Jacaré” (antiga, da Scania) em marcha a ré, que desaparece por trás do telhado da aduana Argentina. Em seguida, ouve-se novamente barulho de motor, só que desta vez mais forte ainda. E é do próprio, que dara a marcha a ré, descendo a rua que estava livre, vindo do antigo cassino em direção à aduana da Argentina a toda velocidade. O caminhão passa como um bólido desgovernado pelos “controladores do voo” e, meio que serpenteando na subida, já perto da aduana do Brasil, se aproxima de mim em velocidade assustadora, bem mais alta do que seria aconselhável. Da janela, já aberta, saem voando os documentos de entrada, atirados em minha direção, seguidos de um “iiiiiihuuuuuuu” do motora...

Penso que certamente o fez para garantir que não teria problemas no trajeto, pois os riscos dessa manobra eram grandes.

Por outro lado, caminhoneiros estão sempre na estrada e talvez esse já estivesse fora do Brasil há um tempo.

O que faz a saudade...



Os sentidos e os aduaneiros: A Aduana e o sentido da audição

Jayro Tapajós Braule Pinto

Aposentado

Ingressou na Receita Federal do Brasil em 13 de janeiro de 1988, foi chefe de Fiscalização, chefe de Controle Aduaneiro, Chefe de Tributação Substituto, Chefe do escritório regional de Corregedoria da primeira região fiscal, professor na Escola de Administração Tributária em Direito Tributário e Legislação Tributária, e também em Repressão ao Contrabando e Descaminho. Aposentou em 1º de abril de 2011.

I. O aprendizado no Curso de Formação

O nome da disciplina a ser vencida era “PROCON” Programa de Prevenção ao Contrabando; o professor, um colega e auditor fiscal de São Paulo acostumado aos embates para combater os ilícitos tributários, principalmente o contrabando e o descaminho. Ele frisava e repetia muito “o aduaneiro é antes de tudo um forte e deve estar atento aos seis sentidos humanos, a saber, o tato, o olfato, a visão, a audição, o paladar e, finalmente, o mais necessário porque é uma reunião de todos os sentidos: a intuição”. A partir daí se iniciava “os causos” aduaneiros repetidos e estudados em sala de aula: o aduaneiro que soprou a cinzas do falecido importadas em uma urna, achando que era poeira acumulada pelo passar do tempo em que a urna havia sido abandonada nos depósitos da Aduana; a pedra atirada do quinto andar de um prédio sob fiscalização na cidade de São Paulo e que quase acerta um aduaneiro de muita sorte porque estava de capacete de motociclista; o cheiro forte da maconha, que pode ser sentido de longe, principalmente quando transportada em compartimentos fechados; o cheiro fétido da cocaína parecido ao da urina; os diversos meios de ocultação e da necessidade de despertar de nossos sentidos e de seu apuramento no desenvolvimento de nossas operações de repressão e de fiscalização.



II. A viagem para a posse em Porto Xavier no Rio Grande do Sul

Aprovados no Curso de Formação, fomos diplomados ao final do ano. Ao se iniciar o novo ano e sem demoras, partimos todos para seus destinos a fim de tomar posse no cargo de Auditor da Receita Federal do Brasil, na época chamado pela sigla “AFTN”, ou seja, Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional. O meu destino era Porto Xavier, na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, uma pequena e digna cidade no oeste do Rio Grande do Sul.

Eram três horas da tarde de um dia ensolarado de janeiro e o ônibus seguia no trecho Santo Ângelo com destino a Porto Xavier, já no território do Rio Grande do Sul. Na época, a estrada era ainda vicinal e o ônibus, estilo jardineira, sacolejava muito na estrada empoeirada e coberta de pedregulhos. O calor era forte naquela estação do ano somado, ainda, à poeira e ao cansaço da viagem longa, desde Brasília até a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, terra das Missões, cercada de imensas plantações de soja em ambos os lados das estradas, casa que lembravam vilas de alemães, jardins bem cuidados, gaúchos em seus trajes de bombacha e vários tipos de pessoas como mestiços, russos, alemães, alguns em motos e outros em cavalos cruzavam com o ônibus durante o seu trajeto. O cansaço me fez recordar das lições repetidas pelos professores na ESAF – Escola de Administração Fazendária, ainda mais, as aulas de repressão e vigilância, sob égide do Procon. Os seis sentidos e sua importância vital no sucesso do aduaneiro. O que estaria a minha espera? Qual o meu destino? O que conseguiria realizar como auditor da Receita Federal do Brasil? Perguntas e dúvidas vinham ao meu pensamento: como usar o sentido do tato durante o trabalho de fiscalização? E o da audição? O do olfato era bastante fácil adivinhar como usá-lo, mas e os demais? Quais as condições ideais para o uso de cada um dos sentidos? Era verdade o que o professor ensinava, era verdade o que contava, como sabê-lo?

No horizonte, lá onde o sol forte descia, surgiu uma pequena silhueta toda contorcida entre curvas e mais curvas. Ao concentrar minha atenção naquele aspecto geográfico da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, percebi que deveria ser – e era – o Rio Uruguai, divisa entre Porto Xavier no Brasil, e San Javier na Argentina. Assim, a viagem para tomar posse estava se aproximando de seu final. Iria iniciar-se, então, o despertar de meus seis sentidos. Seria isso possível?

III. Um aduaneiro iniciante e a tremenda vontade de aprender

Ao final da tarde, e ainda com o sol alto, chego em Porto Xavier, no Rio Grande do Sul, a conhecida fronteira oeste, região missioneira. Desço do ônibus, tinha duas malas, uma com os meus pertences e a outra com todos os livros e cadernos do curso de formação, afinal ali estava o meu maior tesouro profissional, os ensinamentos de meus professores da ESAF. Iria começar a responder aos meus questionamentos, dia a dia, trabalho a trabalho, experiência a experiência, anos e anos, e assim foi mesmo.

Um de meus primeiros trabalhos foi conhecer os detalhes geográficos da região sob jurisdição da inspetoria de Porto Xavier, a qual atendia a dois portos, o de Xavier e o de Mauá, distantes poucos quilômetros um do outro. Entre esses portos era rio acima, e antes de chegar a Xavier era rio abaixo. Tanto abaixo quanto acima havia diversos pontos de passagem de uso clandestino entre a fronteira do Brasil e da Argentina, era preciso conhecer



um a um, definir abordagens, estudar o que ocorria em cada localidade e, para tal, contava com um título de chefia bastante pomposo – chefe de fiscalização, arrecadação, tributação e controle aduaneiro de Porto Xavier – e com tal título de chefia, até hoje, já aposentado, penso por que não era eu também o próprio inspetor, já que era tudo na repartição? Além do cargo, eu tinha um time de dez auxiliares de vigilância e repressão que conheciam a fronteira como as palmas de suas mãos, pois todos eram filhos de agricultores da região contratados para prestar serviços temporários a Receita Federal do Brasil; tinha ainda uma Toyota branca equipada com rádio transmissor e fogão a bordo, para os dias que não tínhamos como voltar à base-Porto Xavier. Explico: a cada grande apreensão de carga, em geral tentativa de exportação clandestina (como produtos da linha branca fabricados no Brasil e clandestinamente enviados para a Argentina entre diversos outros produtos, inclusive, o conhecido por toda a Região Sul a erva mate cancheada), era preciso aguardar junto à carga apreendida até a chegada dos caminhões de prefeitura para transporte com destino à Inspetoria de Porto Xavier. Isto requeria, no mais das vezes, entre dois a três dias de operação. Assim eram dois, três dias com a equipe tratando da própria alimentação, portando essa era a utilidade do fogão a bordo da Toyota.

Durante as operações que o PROCON denominava de Patrulhamento do Rio Grande do Sul e na sua Aduana, batizado com o nome de Recorrida, percorríamos quilômetros andando a pé, melhor estratégia, por incrível que possa parecer, para apreender produtos clandestinos cruzando a fronteira, principalmente nas noites de lua muito cheia, pois, além da claridade que permitia com que fôssemos notados a quilômetros de distância de um porto clandestino, ainda tinha o som do veículo. Se usado naquelas condições, como o rio é bom condutor de som, os praticantes dos ilícitos seriam avisados de nossa presença com bastante antecedência em vista do som do veículo Toyota branco em noite de lua cheia. Mas, como dizia nosso professor na ESAF, “o aduaneiro é antes de tudo um forte” e, marchando quilômetros e quilômetros por noites e madrugadas, fazíamos nosso trabalho e realmente todos os sentidos humanos eram colocados à prova, inclusive a resistência humana ao terrível frio do inverno gaúcho lá nas bandas das Missões. Vi com meus próprios olhos o gado se encostar uns aos outros para resistir à noitada de frio.

Então, em matéria de repressão ao contrabando e descaminho, anos se passaram, cada vez mais minha experiência aumentava, mas sempre é tempo de aprender.

IV. O dia em que o sentido da audição estava do lado aduaneiro

Era inverno nas Missões, o vento miniano cortava os céus gaúchos para os lados de Porto Xavier, o som das persianas de madeira por onde o vento adentra é um uivo animal que para mim tinha uma triste conotação. A noite estava alta e já havíamos caminhado em Recorrida por vários quilômetros, talvez por duas horas já se havia andado em busca de cumprirmos nossa missão aduaneira. Fazendo o denominado controle aduaneiro e vigilância de nossa jurisdição fronteiriça, estávamos já submetendo à inspeção o quinto porto clandestino em nosso caminho naquela madrugada adentro e só nos acompanhava, de vez em quando, o nosso próprio silêncio durante a marcha forçada, até mesmo para combater o intenso frio que fazia. Por mais fortes que fôssemos, de quando em vez pesávamos em nossos filhos, esposas, em nossas famílias, e nos tentava voltar para casa,



para o lar aquecido e querido de todos nós, mas o dever sempre fala muito alto e continuamos a Recorrida.

É fundamental descrever um pouco a região que percorríamos durante horas a fio: soja de um lado e o Rio Uruguai do outro. Nós caminhávamos pela chamada linha do rio, em fila indiana, usando a luz natural e, quando não se tinha luz, com muito cuidado usávamos as nossas lanternas de pouco alcance e de pouca luminosidade, era só para dar uma rápida espiada no caminho adiante, onde de quando em vez apareciam árvores cheias, apinhadas mesmo de tangerinas, ou mexericas para outros, e nos serviam para saciar a sede e reduzir o frio dos ossos, porque todos nós descobrimos que, depois de comer umas dúzias de mexerica, o frio corporal se reduz muito e assim continuávamos a nossa jornada rio acima e rio abaixo. Nesse dia, era realmente rio acima, estávamos próximos a chegar em Porto Mauá, andando desde Porto Xavier, usando somente a linha do rio.

A ingestão de imensas quantidades de suco de tangerina, ao longo do caminho, reduzia o frio que era intenso e nos dava força para a caminhada que se prolongava por toda uma madrugada. No sexto porto clandestino, de madrugada, noite ainda muito escura, a equipe de repressão, que lá no Sul como já expliquei se chama Recorrida.

Assim o apelo do organismo nos fez separar da fila indiana, cada qual para o seu rumo, no escuro, e cada qual no seu, cada qual cuidava de sua necessidade quando um dos componentes da equipe – um dos auxiliares de vigilância e repressão, gaúcho de nascimento, conhecedor profundo daqueles rincões, nascido e criado naquelas terras de fronteira, que caminhava pela linha do rio como se estivesse caminhando numa praça de cidade urbana e, face o trabalho aduaneiro, conhecedor de muitos truques de ocultação utilizados pelos gibeiros, como no sul são chamados os que praticam o ilícito do contrabando – deu o alarme:

- “Doutor”, era assim que me chamavam, “veja o que está acontecendo!”, mas na verdade ele queria dizer: escute o que está se passando. Quando despejo aqui, o som é de água batendo em pedra, é natural porque aqui nesta região, por debaixo das folhas, tem muitas pedras em razão de estarmos quase no leito do rio, mas quando eu me viro e verto água para o outro lado, o som é de madeira e ao que eu saiba não tem madeira debaixo da soja”. Chamei o restante do pessoal da equipe e disse a quem ainda estivesse necessitado que seguissem as orientações do auxiliar de vigilância e repressão e, realmente, quando a água era vertida para o outro lado do rio o som era de pedra e quando era vertida para o lado da soja, contrário ao lado do rio, o som era de madeira.

Era o sentido da audição querendo nos informar que as pedras e o som de pedra eram naturais naquela situação geográfica e, por que não dizer, fisiológica em que nos encontrávamos; mas que o som de madeira, este não deveria acontecer em condições normais. Para verificarmos com mais exatidão, solicitamos, via rádio portátil de comunicação, que o nosso veículo Toyota equipado com silibim, potente holofote, viesse até onde estávamos e ligasse o holofote para verificarmos o que havia por debaixo do imenso campo de soja. Era simplesmente, madeira cortada, proveniente da Argentina, em grande quantidade. Deu para lotar um caminhão inteiro da Prefeitura, a madeira havia sido



escondida, possivelmente para aguardar o melhor momento de seu uso e deslocamento pelas vias vicinais, por baixo do campo de soja e ao longo do mesmo.

Tinha razão nosso professor paulista de repressão e vigilância aduaneira: o aduaneiro e os sentidos humanos têm de estar sempre lado a lado e quando isso ocorre o sucesso é certo! Muito obrigado, professor!



Quando o menos é mais

Mário Sérgio Miorim Villaça

DRF/Pelotas-RS

Ingressou na RFB em 03/01/1986, através do concurso CAF-84, sua primeira lotação foi na extinta Divisão de Arrecadação da Delegacia da Receita Federal em Pelotas. No mesmo ano foi transferido para a Divisão de Fiscalização da DRF/Pelotas, atual Safis/DRF/Pelotas, onde está até hoje. Foi chefe de equipe de fiscalização externa e chefe da Safis, e atualmente, trabalha na programação, seleção e preparo da ação fiscal.

Talvez o momento mais delicado na atividade de fiscalização seja o de comunicar ao sujeito passivo o resultado da auditoria fiscal, ou seja, cientificar-lhe da existência de débitos em seu nome, os quais se constituem no momento da aposição de sua assinatura no lugar apropriado.

Com o advento do processo digital, o clímax do procedimento fiscal tornou-se muito mais simples para ambas as partes, fisco e contribuinte, uma vez que hoje basta uma assinatura por processo, no designado “Termo de Ciência”, enquanto que antigamente eram necessárias várias assinaturas nos diversos termos que faziam parte do processo em papel.

Embora simplificada a atividade de ciência pessoal ainda é hoje muito delicada, e deve ser executada com esmero e paciência, requerendo muito tato, presença de espírito e estratégia por parte do auditor-fiscal, que mesmo causando um profundo impacto no patrimônio do sujeito passivo deve dissimular esta situação ao máximo, em função da necessidade vital de obtenção do seu “autógrafo”.

Quando trabalhava na fiscalização externa, dependendo da situação, eu sempre procurava ser o mais objetivo possível, abreviando ao máximo o tempo despendido na atividade de entrega do Auto de Infração, pois o sujeito passivo quando é informado do débito, amiúde de elevada monta, fica em estado de choque e assina inconscientemente:



quando volta a si, já é tarde, o autógrafo está dado e nosso objetivo alcançado.

Aprendi que a melhor estratégia, no caso de vários débitos, é cientificar o contribuinte primeiramente dos menores, normalmente os esperados, deixando os maiores para o final, quando o fator surpresa faz com que as assinaturas sejam realizadas quase que automaticamente, pois, afinal, quem já autografou vários Autos de Infração, estando ainda com a caneta na mão, num átimo, sem pensar, apõe sua assinatura uma vez mais no lugar desejado, e quando recupera a consciência o ato está consumado.

Vale ressaltar, ainda, que sempre é aconselhável estar em superioridade numérica quando da tentativa de realização de ciência pessoal em determinado procedimento de fiscalização.

Feitas estas rápidas considerações, vamos aos fatos.

No mês passado, eu e F, ambos da programação da fiscalização de tributos fazendários da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas, havíamos combinado um deslocamento até Rio Grande para realizar duas diligências fiscais, quando D, colega que trabalha no grupo de fiscalização externa pediu para ir junto, pois precisava encerrar um procedimento fiscal naquela cidade. Acatamos a solicitação do colega, pois além de economizar uma viagem de carro oficial, prestaríamos o apoio necessário na tarefa de cientificar pessoalmente o contribuinte do encerramento de uma ação fiscal.

- Qual é a fiscalização que tu estás encerrando, D? – perguntou F.

- Da SH.

- Logo essa... nós a diligenciamos no ano passado, o contador é o seu V. Ele tem procuração da empresa?

- Tem, ele é que vai tomar ciência do Auto de Infração.

- O cara é muito prolixo e chorão, vamos perder um baita tempo. Agora azar, já prometemos, vamos juntos contigo.

- Ok, valeu gurizada.

Na verdade, caso tivéssemos sabido de antemão quem era o contribuinte, teríamos caído fora, nós próprios tínhamos selecionado a empresa para fiscalização e realizado diligência para confirmação dos dados, tendo sido atendidos pelo próprio seu V, um contador prolixo e conversador, enfim a situação era meio constrangedora, mas o profissionalismo tem que falar mais alto e não podíamos deixar de dar apoio ao colega, afinal uma das regras na entrega de Autos de Infração era a superioridade numérica, lembram-se?

O D tinha marcado com o seu V que, portanto, já estava preparado para a marretada...

Na hora aprazada comparecemos no escritório do seu V, que nos recebeu visivelmente nervoso, e por que não dizer surpreso, pois não sabia que eu e o F iríamos



juntos com o D. No entanto, não perdeu a oportunidade de alfinetar, após os cumprimentos de praxe:

- Trouxeste uns seguranças...
- Nunca se sabe o que pode acontecer – caçoei, para descontrar.
- Bem seu V, conforme eu já havia lhe adiantado, encerramos nosso trabalho. – introduziu D.
- O que tens de bom para mim?
- Bem, como o Sr. tem conhecimento, a empresa deixou de acrescer ao Lucro Presumido os rendimentos auferidos com aplicações financeiras, inclusive já foi autuada em anos anteriores por esta mesma infração.
- Eu sei, mas recorremos.

- Pois é, esta infração resultou em um Auto de Infração de R\$ 800.000,00, razão pela qual estou lhe passando o Termo de Ciência para o senhor assinar, juntamente com a cópia do AI e demonstrativos, e um arquivo digital contendo cópia de todo o processo.

- Fiz um pagamento de R\$ 50 mil não declarado em DCTF.

Um pequeno comentário: o AI era de R\$ 800 mil e o seu V, pelo jeito, pois até estava tranqüilo, queria extingui-lo com R\$ 50 mil... O Termo de Ciência foi assinado sem maiores “sustos”.

- Que mais?
- O senhor foi intimado três vezes para comprovar a origem de uma obrigação da empresa, que resultou em diversos pagamentos de vulto, e em todas silenciou. Razão pela qual temos este outro processo de Imposto de Renda na Fonte sobre pagamentos sem causa.
- Três milhões de reais, puxa, achei que seria menos...
- A alíquota é 35%.

Até que o seu V estava reagindo bem, pois este valor era de vulto, ficou um pouco chateado, mas assinou sem maiores rodeios, parece que o pior havia passado.

- É só isso?
- Tem ainda uma multa por não entrega de 15 DCTFs, de R\$ 7.500,00.
- O quê? Sete mil e quinhentos reais!!! Isso não poderia ter acontecido – vociferou, visivelmente transtornado e pego totalmente de surpresa. - É nisto que dá confiar nos funcionários, vou fazer uma investigação minuciosa a respeito, isso, repito, não poderia ter acontecido - aduziu, desapontado e irritado.

A essa altura do campeonato eu só olhava fixo para o chão, louco para rir, como é que pode, R\$ 800 mil, tudo bem, R\$ 3 milhões, tudo bem, agora R\$ 7,5 mil não, era demais...



- Essa multa de R\$ 7,5 mil, tem redução? - Perguntou o seu V ainda com a caneta na mão, mas sem assinar o Termo de Ciência.

Frise-se que pela primeira vez foi feita a velha pergunta: “Tem redução na multa?”, isso diante de um “estratosférico” débito de R\$ 7,5 mil. Realmente: “eu morro e não vejo tudo!”.

Ainda com a caneta na mão e sem assinar o Termo de Ciência o seu V passou a contar que estava sofrendo pressão para vender o prédio onde funcionava seu escritório contábil e que não o faria por menos de R\$ 500 mil, quando meio que automaticamente, apôs, finalmente, seu autógrafo.

Ufa... missão cumprida!!! Após voltar a consciência e já tendo tomado ciência do vultoso débito passou a indagar sobre as condições de parcelamento, claro, dos R\$ 7,5 mil...

- Ainda tenho um termo para o Sr. assinar.

- O que é agora?

- Fique tranqüilo que este é de graça, é o termo de devolução de documentos. – graciejei, ainda para descontrair.

- Estes R\$ 7,5 mil deixaram-me “meio” nervoso, afinal é culpa do escritório, este valor sairá do meu bolso.

Estava explicado... Os quase R\$ 4 milhões, eram problema da empresa, o seu V, estava preocupado com o seu débito. Dava para desconfiar... “Pimenta nos olhos dos outros é colírio”.

- Não sou consultor de finanças, mas porque o senhor não vende o escritório por R\$ 507,5mil? – sugeri, ainda para descontrair e com o intuito de consolá-lo.

- Temos outros “clientes” para visitar, seu V – disse F, para introduzir nossa saída.

- Claro, o país conta com vocês – ironizou o seu V, voltando ao seu normal.

- Peço desculpas a vocês pelas brincadeiras e meu pequeno descontrole, mas realmente fui pego de surpresa com aquela multa de R\$ 7,5 mil, talvez eu a repasse para o futuro dono do prédio - completou seu V, apertando nossas mãos e despedindo-se.

Com a sensação de dever cumprido, despedimo-nos do seu V, saindo rapidamente do escritório. Uma vez na rua não podemos deixar de conter o riso com o inusitado da situação, os três confessaram que tiveram que se esforçar para não rir na frente do contribuinte, afinal nem sempre o mais é mais: às vezes o menos é que é mais...

Continuo com a mesma opinião a respeito da estratégia a ser utilizada quando da entrega de diversos autos de infração: em ordem crescente de crédito tributário. No caso em questão, a entrega foi realizada para o contador que não era o contribuinte e sim seu representante, eram três Autos de Infração, sendo que apenas um era de sua responsabilidade, no caso o lendário AI de R\$ 7,5 mil, os outros dois não tinham nenhum potencial de reduzir seu patrimônio.



Quem não se comunica

Mirtes de Fátima dos Santos

CAC-DRF/SP

ATRFB, formada em Ciências Contábeis, moradora atualmente em Sorocaba-SP, é oriunda do concurso de 1992, ingressou em janeiro de 1993, passou por vários Setores/Serviços, como SASAR(antiga SACAT), SASIT (antiga SEORT), SETEC, CAC, Assessoria do Gabinete da DRF/FEISAN-BA e esteve chefe de Agência por cinco anos na ARF/Barreiras-BA.

Quem trabalha com o público quase sempre tem um arquivo de histórias pitorescas para contar. A nossa narrativa deu-se de fato, numa cidadezinha do interior, às margens do famoso Rio São Francisco, região quente do cerrado baiano. É temporada da piracema e, sob as águas barrentas e quentes do Veio Chico, os peixes lutam contra a correnteza para realizar a desova rio acima. Durante esse período a prática da pesca é proibida; logo, os pescadores, impossibilitados de trabalhar, sobrevivem da ajuda do governo que concede um benefício de um salário mínimo. Mas, para se beneficiar há que ser feito um cadastro previdenciário, cadastro este que antigamente era realizado pela Secretaria da Receita Federal.

É aqui que começa a nossa história. As Casas foram unificadas, em 2007, nascendo a atual Receita Federal do Brasil ou Super Receita, como foi chamada pela mídia. Só que nem todos os servidores da antiga Previdência quiseram migrar para a nova Casa. E nesta cidadezinha a que nos reportamos, não foi diferente. A Agência de Ibotirama por longo tempo foi conduzida por uma única servidora. Daí vieram os concursos e a Unidade passou a operar com dois servidores; com a fusão vieram mais dois. O fato pe que houve pouquíssimo tempo para que os atendentes, remanescentes da antiga Receita, pudessem assimilar todo o serviço previdenciário. Assim, a citada fusão aglutinou todas as siglas das antigas Casas. Entre essas, o famigerado CEI – Cadastro Específico do INSS, deixando a



Unidade apenas com dois servidores e, naturalmente, com pouca experiência dos serviços previdenciários. E, não fosse tudo isso, quando um servidor entrava em férias, o outro trabalhava dobrado.

Então, numa certa manhã quente e abafada, havia um único atendente na Agência pois, o outro encontrava-se gozando férias. Sozinho no atendimento; salão pequeno, quente e abarrotado de gente; ar-condicionado pedindo socorro; telefones e público inquietos; tudo isso misturado a suores e odores bem variados, eis que surge à porta uma senhora toda suada, de pouca estatura, obesa e de fartas mamas.

Aperta daqui, aperta de lá, ela vai penetrando no salão entre as pessoas até conseguir aproximar-se do atendente:

-Moço... Oh, moço!!!... – Diz ela em voz alta. – É aqui que a gente tira o seio?...

Pego de surpresa com a pergunta, o servidor atônito com o telefone pendurado ao pé do pescoço, olha bem para a figura da mulher com aquela fartura mamária, e não titubeia:

-Não, minha senhora, isso deve ser lá com o SUS!

-Mas será, moço?... Sabe o que é?... Os homens me mandaram vir pra cá!...

-Não, aqui não!... Aqui nós cobramos impostos e orientamos os contribuintes sobre vários outros assuntos. Mas este assunto?... não!... Este, não!

- O senhor sabe... As coisas estão difíceis, né, moço?... Tudo muito caro!...

- Ah, mas se eu fosse a senhora não me preocuparia com isso, o governo vai bancar tudo!...

- O senhor acha, é?...

- Mas é claro!... Com certeza!...

- Quer dizer que o senhor não tira seio aqui, né, moço?... O senhor acha que eu vou conseguir?...

- O atendente já meio impaciente: - Claro que consegue, minha senhora! Hoje, a tecnologia dá jeito em tudo!...

- Ah... é assim, né, moço?...

- Isso!...

- E onde fica isso?...

- Hein?... o SUS?...

- Não! Isso aí que o senhor falou... o que mesmo, seu moço?... onde fica?...

- Ai, meu Deus!... (a paciência já abandonava o nosso servidor). Fica nos aparelhos modernos, minha senhora, nas novas técnicas utilizadas...



- Ah... Sim, seu moço!... Sei... Sei...

Nisso, o público percebendo a indefinição dessa conversa sem fim torna-se impaciente; o volume de voz aumenta; o calor aumenta; o ambiente parece sufocar; e aquela conversa nunca chegava a bom termo... e o embate continuava:

- Mas, moço... – continua ela – e onde é que o senhor falou que eu pego o seio?...

- Como é senhora?... – responde atônito o servidor – que eu saiba a senhora não pega; a senhora retira um tanto, não é?... um pouco... não é assim?... Não sei bem!...

- Não, moço! Quero tirar tudo que eu tiver direito!

- Então, está bem, a decisão é sua! Faça o que a senhora achar necessário!

- E quando eu vou começar a receber?...

- Receber?... O quê?...

- Oxente, moço, eu não vou receber, não?... – retruca a mulher, agora já entrando em desespero.

- Se a senhora quiser seu seio de volta... Mas o que a senhora faria com ele?...

- Eu não quero receber o seio, moço!... O senhor não está entendendo, não?... Se eu vim tira ele aqui, como é que vou leva-lo de volta?... – retruca a mulher nervosa.

A esta altura do campeonato ninguém entendia nada!... Nem o coitado do atendente, nem a mulher suplicante, nem ninguém! O reboliço estava armado. Todo mundo palpitava e não se chegava a qualquer entendimento.

Em meio a essa confusão, eis que surge uma luz: um boy de escritório contábil vira para o atendente totalmente aflito e perdido:

- Oh, Seu Wallace, eu acho que ela é pescadora! Entendeu?... Ela veio tirar o CEI...

Pronto! Alívio geral! Agora sim, a comunicação foi restabelecida: a mulher era pescadora mesmo e queria ser cadastrada no Cadastro Específico do INSS – o famigerado CEI, para receber a ajuda do governo durante a piracema.

Pois é... Quem não se comunica...



Um anjo na Ponte da Amizade

Paulo Régis Arcanjo Paulino

SRRF/03 RF-Divic

Ingressou como Auditor da Previdência Social em 28/05/2001, tendo atuado como chefe de Arrecadação e chefe de Fiscalização, com criação da RFB em 2007, exerceu atividades na Divisão de Arrecadação e Cobrança da SRRF03 e, desde março de 2009, vem exercendo a chefia da Divisão de Interação como o Cidadão na SRRF03.

Uma das atividades mais curiosas no trabalho na Receita Federal é, sem dúvidas, participar das operações de repressão aduaneira nas imensas fronteiras de nosso Brasil. Eu próprio não tive ainda essa oportunidade, mas, pelo que ouço dos colegas, não se volta o mesmo de uma operação desse tipo, tal a peculiaridade e boa dose de emoção e aventura que normalmente fazem parte do trabalho. Afinal, não se trata apenas de uma fronteira geográfica a enfrentar, pois outros limites são também experimentados, como o lícito/ilícito, verdade/mentira, respeito/abuso, dimensões continuamente confrontadas por aqueles que ali se aventuram.

Na verdade, acho que daria para compor uma enciclopédia de histórias de trabalho, o conjunto de situações trazidas por aqueles que participam das ações de repressão, seja nos portos, aeroportos ou fronteiras terrestres. Tenho ouvido casos curiosos, hilários, dramáticos, tensos... Imaginem, tudo em consequência da inclinação humana pela transgressão, quando cidadãos criam toda sorte de estratégia para obterem ganhos, mesmo ao arrepio das regras legais estabelecidas. Para zelar por estas é que estamos lá, servidores da Receita Federal, polícias e outros fiscais da lei, contribuindo para manter a segurança e justiça em nossa sociedade.

Imaginemos agora esse palco de absurdos, quando ele é habitado por pessoas que, por si só, já são criadoras de histórias... É o casamento perfeito. É, como dizemos no Ceará, a fome com a vontade de comer. E assim introduzo nossa personagem no episódio que vou



aqui relatar: uma pessoa que não passaria pela Operação Fronteira Blindada sem deixar um bom caso para contar.

Esta é nossa colega Socorro, uma mulher que normalmente marca o espaço e as pessoas de sua convivência. Desde que ela chegara para trabalhar em nosso setor, a energia do local havia mudado. Sua alegria, generosidade e dedicação a todos, aliada ao seu tom de voz firme, autenticidade e rigor, construíram um novo clima em nossa divisão. E as histórias e situações em que se envolve... sim, estas também são de toda ordem: dramáticas, tensas, hilárias, etc.

Sua personalidade forte e opiniões firmes normalmente imprimem-lhe expectativas rigorosas sobre as ações das outras pessoas. Muitas vezes aconselhava-a para que relevasse e pegasse mais leve. O caráter autêntico também a faz não ter papas na língua e nem receios de falar com quem quer que seja. Para completar, um impressionante fervor espiritual trata de lhe arrematar a existência. Traço todo esse perfil de nossa colega porque considero importante para que possam ser melhor visualizados os fatos que contarei em seguida.

Pois bem, certo dia Socorro foi informada de que os servidores originados do Serpro poderiam participar dos mutirões de trabalho na Operação Fronteira Blindada. Na Receita desde 1978, Socorro viu chegar uma oportunidade única, afinal conheceria a tão falada operação aduaneira, a não menos famosa Foz do Iguaçu com suas maravilhas naturais e, ainda por cima, poderia economizar um dinheirinho extra. Não perdeu tempo e logo solicitou à chefia aprovação para ser indicada a essa missão. Interessa destacar que, por uma alteração na agenda dos participantes indicados pela 3ª Região Fiscal, foi possibilitado à Socorro que sua ida fosse antecipada, o que foi prontamente aceito. Para quem acreditar em destino, é melhor que se grife esse detalhe...

Bem, passados os quinze dias de sua missão na fronteira, Socorro voltou ao trabalho em nosso setor. Estava feliz e cheia de novidades, com muitos casos e percepções para contar aos colegas. Falou sobre a dureza que é o trabalho (até arrebentara o joelho de tanto permanecer em pé), sobre as novas pessoas que conhecera e sobre a oportunidade de ter visitado as maravilhosas cataratas.

Aos poucos, Socorro foi lembrando de uma ou outra situação e corria a nos contar. Ela havia feito parte da equipe de triagem, quem primeiro aborda os transeuntes que chegam andando ao Brasil pela Ponte da Amizade, para que demonstrem o conteúdo de suas sacolas. Dependendo da vistoria, os turistas-sacoleiros são encaminhados para os canais verde ou vermelho da fiscalização. Pela fronteira entre Brasil e Paraguai determinada pela ponte, caminham, em média, 15 mil pessoas por dia, em consequência do forte comércio proporcionado pelos produtos "made in Paraguay".

Socorro contou-nos com detalhes como fazia a abordagem dos cidadãos, sempre com firmeza e educação. Tinha estado focada em realizar sua função sem vacilar e sem permitir que nenhum dos vistoriados a ludibriasse. Foi como no caso do senhor que enquanto mostrava os pertences em sua sacola, notava-se uma saliência por baixo da camisa em sua cintura. Intrigada com o fato, ela fez um sinal para a policial da operação, para que esta usasse de seu poder e empreendesse uma vistoria física naquele turista. A policial respondeu ao sinal demonstrando indecisão em iniciar o procedimento. Sem se conformar,



preocupada em estar facilitando a entrada de armas ou outros produtos ilegais, a própria Socorro pediu gentilmente que o homem mostrasse o que tinha embaixo da camisa. Depois de certa resistência, o homem aquiesceu e mostrou estar portando apenas uma pochete (!). Socorro, após liberar o turista, ainda brincou com a policial, dizendo que deveria ser ela a estar vestindo aquele uniforme policial e portando a arma. Essa, pois, é nossa amiga, intensa e determinada.

Engraçado foi que um caso e outro iam sendo narrados, mas só depois de algum tempo, assim meio de repente e displicentemente, que ela lembrou daquele que mais chamou minha atenção ao ponto de motivar este meu relato, por considerar realmente inusitado ante tudo o que já ouvira acontecer nos pelotões aduaneiros.

Aconteceu lá pela metade do período da missão. Numa tarde ainda sob um sol forte, o trabalho seguia aparentemente tranquilo, se é que podemos chamar assim algum momento de um trabalho de vistoria nos pertences alheios. Nesse contexto de abrir sacola, fechar sacola, tirar mercadoria, colocar mercadoria, pegar fila verde ou vermelha, nenhum acontecimento mais grave havia sido detectado naquele dia, além de um portador de uma quantidade exagerada de maços de cigarros e outro carregando armas de brinquedo com semelhança aos artefatos originais.

Após avistar um alvoroço mais a frente, sem identificar ao certo do que se tratava, Socorro foi chamada desesperadamente por uma colega de trabalho, que, por também ser de Fortaleza, conhecia-lhe bem e gritou: - Socorro, corre ali depressa... tu que é de Deus... tem uma mulher querendo se jogar da ponte!

Com sua natural disposição, Socorro nem pensou duas vezes. Rapidamente combinou sua saída com uma colega de equipe e disparou rumo ao local onde se anunciava o incidente, ainda sentindo o incômodo do joelho que lhe castigava. A equipe de triagem da operação posiciona-se logo ao final do lado brasileiro da Ponte da Amizade, embarreirando a passagem de todos os pedestres que retornam do lado paraguaio. A mulher suicida estava a cerca de 50 metros da triagem, encostada ao parapeito da ponte.

Não se sabe bem exatamente como aconteceu toda a ação da tentativa da mulher de se jogar ao rio, pois quando Socorro chegou, ela já se encontrava sentada no chão encostada na parede da ponte, para onde teria sido lançada por alguém que a retirou de cima do parapeito ao detectar a manobra perigosa.

Enquanto seguia ao encontro da mulher, Socorro contou que ia orando aos céus para que o espírito divino a iluminasse nessa situação. Aproximando-se percebeu que a mulher chorava copiosamente com a cabeça baixa e escondida entre as mãos. Após alguns segundos sem saber o que dizer, Socorro iniciou um diálogo redentor que merece ser reproduzido:

- Minha filha, qual o motivo que te faz sofrer tanto? Diga-me o que está te afligindo.

Sem que a mulher alterasse o choro compulsivo, continuou:

- Olha, minha filha, nada nesse mundo merece que você tire sua vida. Por maior que seja seu problema, Deus está com você e ele te ama muito, ele não merece que você faça isso,



ele não fez esse rio tão lindo que está a sua frente, pra ver você morrer pulando nele, e sim para embelezar a natureza, nos favorecer em vários aspectos, para dar vida às plantas, aos animais de várias espécies, e a nós também.

Depois, ao reparar melhor no semblante da mulher, que aparentava uns 40 anos de idade, continuou:

- Você é uma mulher jovem, bonita, Deus te ama tanto. Ele está guardando muita coisa boa pra tua vida, você acredita que Ele existe e que te ama?

Finalmente, quase imperceptivelmente, a mulher fez um pequeno gesto com a cabeça acenando que sim. Com esse pequeno movimento, Socorro encheu-se de esperanças e reforçou sua coragem frente à inesperada missão:

- Diga, filha, o que tanto te atormenta?

E ela respondeu com a cabeça baixa, mas já chorando um pouco menos:

- Ninguém me ama. Meu marido, meus filhos, todos me desprezam.

Ao ouvir o triste depoimento, Socorro imprimiu ainda mais força em suas palavras e, utilizando a sabedoria de sua crença religiosa, falou sobre o significado espiritual de nossa existência e sobre o quanto somos sustentados pelo amor divino.

Após alguns minutos, a mulher levantou a cabeça e então olhou firme nos olhos de Socorro como quem se dá conta de uma luz e lhe deu um forte, bem forte abraço, chorando intensamente com a cabeça no ombro de Socorro. Depois, mais calma e ainda com uma voz fraca, perguntou o nome e origem de sua confortadora e então declarou:

- Você é um anjo que veio de longe para salvar minha vida. Socorro me socorreu e livrou minha alma.

A cena desse momento agora mostrava essas duas senhoras sentadas ao chão, na trilha de pedestres da ponte, novamente abraçadas, num encontro de almas onde uma cumpria a missão de resgatar a outra. Aqui lembro do nome da ponte, e imagino que nada ali ocorrido, nem mesmo a fonte histórica desse nome relacionada às duas nações amigas, poderia dar mais significado à Ponte da Amizade do que a cena aqui relatada. Um verdadeiro exemplo de nossa capacidade de doar-se a um próximo desconhecido, incondicional e gratuitamente, movido apenas pelo sentimento de cuidado e amor.

Ficaram ainda conversando alguns minutos, enquanto a mulher enxugava as lágrimas e aos poucos recobrava sua dignidade. Ao se despedir de Socorro, ela ainda prometeu vir dar-lhe um abraço antes que regressasse a Fortaleza. Embora não tenha voltado, Socorro não deu importância a isso, pois alegrava-se em ter naquele dia ajudado à pobre criatura e realmente esperava que ela encontrasse o verdadeiro sentido de sua vida.

Ao voltar ao seu posto naquela tarde, Socorro estava exausta. Feliz, mas sentindo que havia despendido muito de sua energia. Com razão, permitiu-se estar menos rígida na verificação das sacolas. Apenas naquele final de tarde.



Um político maçom e uma conversa muito atrapalhada

Marchezan Albuquerque Taveira

IRF/Corumbá-MS

Ingressou na Receita Federal em 01/07/2010, no cargo de Analista-Tributário, tendo desempenhado suas funções na ARF/São Raimundo Nonato, no Piauí e, posteriormente, na DRF/Caruaru, em Pernambuco. Em 10/06/2013, ingressou como Auditor-Fiscal, tendo sido lotado na IRF/Corumbá, fronteira do Brasil com a Bolívia.

Manhã de intenso trabalho na pequena e, no entanto, concorrida Agência da Receita Federal da pacata cidade de São Raimundo Nonato, sertão do Piauí. Meados de 2011. No fluxo ininterrupto do atendimento, chega-se à minha estação um rapaz longilíneo, esquelético e acanhado. Viera em busca do detalhamento da situação fiscal e previdenciária de sua microempresa.

Como o sistema previdenciário havia, nesse dia, acordado vagoroso, indolente, com recorrentes quedas e um tempo de resposta significativamente maior do que o habitual, aconselhei àquele contribuinte que tivesse um pouco de paciência: mais uns minutos e sua solicitação seria satisfatoriamente atendida. Calado ele estava, calado continuou, fitando-me demoradamente. Parecia haver naquele olhar absorto um misto de incômodo e forçada paciência, entremeada por constantes reposicionamentos na cadeira. Ao me dar conta de que ele não afastava os olhos de mim, desculpei-me, relatando, de pronto, que aquela era uma circunstância excepcional e sobre a qual nós, servidores de agência, não poderíamos ter controle. Sua mudez parecia-me um reflexo estrondoso e proporcional de sua chateação.

Ao cabo de mais alguns minutos, finalmente eu tinha em mãos a documentação por ele requerida e, novamente me retratando pela demora, entreguei-lhe a papelada. Ufa! Um problema a menos! Quando esperava que o indivíduo fosse levantar da cadeira para retirar-se, ele surpreendeu-me: continuou ali, encarando-me detidamente.



- Pronto, senhor. Resolvida a sua demanda. Toda a documentação necessária já lhe foi repassada... Mais alguma solicitação? – adiantei.

- Eu queria perguntar uma coisa...

- Claro, fique à vontade. Estamos aqui para sanar quaisquer dúvidas.

- O senhor também é...? – Dito isto, flexionou o punho, desmunhecando.

- Que é isso, rapaz? Que história é essa? Sem nenhuma discriminação, mas eu sou muito macho. Ainda que assim não fosse, isto aqui é uma repartição pública, não é lugar propício à discussão desse tipo de assunto – respondi, sem conseguir controlar a entonação de aspereza.

- Aff... Vixe Maria... Foi só uma pergunta. Aff... Pra quê essa ignorância toda? – disse, retirando-se de imediato.

Semanas depois, quase já tinha esquecido esse episódio, quando vejo adentrar a pequena repartição um prefeito de um dos municípios jurisdicionados por nossa agência, um senhor de seus parentes 60 anos.

Ao tomar assento diante de mim, sua primeira atitude foi assinar um formulário de requerimento de concessão de parcelamento previdenciário, solicitação essa que, de presto, pus-me a analisar. Abro o sistema Plenus e mal efetuo o login, quando ouço o sujeito me interpelar:

- Sois?

Pensei comigo: “Só pode ser brincadeira. Mais um perguntando se eu sou gay! E agora um senhor dessa idade, chefe de Executivo municipal!”. Não sabia eu que o indivíduo, na verdade, era membro da maçonaria e que os maçons usam a indagação “Sois?” para tentar identificar outros membros da ordem, seus correligionários. Em meio à confusão, retruquei:

- Meu senhor, estamos numa repartição pública. Tanto eu quanto o senhor somos agentes públicos e conhecemos a importância do decoro no exercício da função. Não é conveniente o senhor vir tratar desse tipo de assunto aqui...

- Mas é que eu pensei que você também fosse...

- Não, não sou. E vamos encerrar o assunto, certo? – devolvi, com toda a cortesia e paciência de que fui capaz. Nesse momento, não sem algum delay, julguei captar o sentido do vocábulo “também”. Quer dizer que aquele senhor sexagenário, prefeito de município, era homossexual?! E conversava isso abertamente dentro de uma repartição pública!!! Pior que isso: dentro de uma agência diminuta, onde outros contribuintes podiam ouvir.

Por alguns demorados instantes, um silêncio confuso pairou no ar. Até que o prefeito (políticos detestam silêncio) quebrou o gelo:

- Eu optei por seguir esse caminho há 37 anos e não me arrependo um só momento. Somos um grupo muito unido, nos ajudamos mutuamente... uma verdadeira fraternidade. Inclusive, nos reunimos com grande frequência.



A cada palavra dele, eu ficava mais atônito. Não somente ele ostentava a homossexualidade ali, abertamente – pensei –, como também alardeava ser um ativista gay!

Nada mais inusitado para romper a fria rotina burocrática de uma unidade do Fisco. Retruquei, perplexo:

- O senhor me parece ser o tipo de pessoa que assume o que é, sem constrangimentos. Parabênzo-o pela postura proativa. Vinda de alguém tão insigne é ainda mais louvável...

- Oh, agradeço... não sou de ficar ocultando meus hábitos nem minha personalidade... prezo pela transparência. Desde quando comecei a namorar com minha esposa, fiz questão de que ela tomasse conhecimento. E na minha família todos sabem, meus filhos, meus netos... Mas reconheço que, no meio de que faço parte, há quem prefira não revelar sua identidade.

- E a sua mulher compreende e aceita numa boa? - Indaguei, ainda mais abismado.

- Claro! Inclusive é uma das pessoas que mais me incentivam!

Meu Deus, pensei comigo, o mundo está muito avançado! Bem mais do que eu suponha! À minha manifestação aparente de incredulidade, seguiu-se nova interpelação do sujeito:

- Pensei que você talvez pudesse ter interesse em também se agregar à irmandade...

- Opa, peraí, meu senhor! Já deixei claro que lhe empenho todo o respeito e dignidade de que é merecedor, bem como exalto a transparência com que expõe sua personalidade. Mas me inclua fora dessa. Não o estou discriminando, entenda, mas não tenho nenhum interesse em entrar pra essa irmandade.

- Oh, me desculpe. Vejo que você está inflexível e impermeável a novos horizontes, novas práticas...

- Pra esse tipo de prática, eu quero estar sempre impermeável. Tô fora! - Concluí, com uma certa contundência e rudeza da qual, logo, me arrependi.

Aquele homem parecia ter-se agastado com o rumo que a conversa tomara e, aparentemente a contragosto, retraiu-se. Percebi que o seu semblante ficara um tanto sombrio, alquebrado. Temi que tivesse enxergado alguma agressividade em minha postura, o que, por óbvio, não era meu intento. Ao fim de mais algum silêncio – o mais longo desde o início do atendimento –, entreguei-lhe a comprovação do parcelamento que solicitara e, para tentar reverter o desconforto que reinava no ambiente, precipitei-me:

- Parabéns pelo ativismo, senhor! Inclusive, tomei conhecimento do mega evento que vocês vão promover mês que vem, na capital...

- Que evento? Não to sabendo.

- A parada gay...



- Que é isso, meu irmão? – disse, alteando a voz. A maçonaria não tem nada a ver com isso, não. Você está equivocado, rapaz. Te passaram uma noção completamente errada da nossa ordem. Você precisa estudar mais a respeito para não confundir as coisas! Que absurdo! Dito isto, celeremente, saiu constrangido e amuado das dependências da repartição e, durante todo o tempo em que lá estive lotado, não tornou a aparecer. Não entendi por quê.



Uma experiência marcante e inesquecível

Luiz Vicente Noal

DRF/Uruguiana-RS

Ingressou na Delegacia da Receita Federal do Brasil em 20 de dezembro de 1979, como Agente Administrativo; em 1984 prestou concurso interno onde foi aprovado para o Cargo técnico de Atividades Tributárias, transformado posteriormente em Técnico do Tesouro Nacional - TTN, Técnico da Receita Federal e atualmente ATRFB. Sua primeira função na DRF-Uruguiana foi Secretário Administrativo, exercendo, depois, a função de Chefe da Seção de Atividades Especiais, até a extinção da mesma. Foi chefe Substituto do Serviço de Apoio e Logística por muitos anos e depois, em abril de 2000, assumiu a função de chefe do Serviço de Tecnologia da Informação, por nove anos, onde, atualmente, é chefe substituto.

Não estou bem lembrado do ano, mas estou quase certo de que esta história aconteceu em 1986 e tenho a nítida lembrança dos fatos ocorridos naquela oportunidade.

Eu era o encarregado pelo depósito de mercadorias apreendidas da Delegacia da Receita Federal em Uruguiana, cuja atividade era vinculada à Seção de Atividades Especiais – SECAE, da qual eu era o chefe. O Delegado, nessa época, era o Auditor Fiscal da Receita Federal Sr. Cícero Pereira Perez Martins.

Pois bem, era em torno das 11hs da manhã, quando foi solicitado o meu comparecimento ao gabinete do Delegado. Não sabendo do que se tratava, me dirigi até o gabinete e lá estava o Delegado Cícero e o Auditor Fiscal Sr. Geraldo Valério Tinoco Garcia, então Chefe da Divisão de controle Aduaneiro da Delegacia da Receita Federal em Uruguiana – DIVCAD. A conversa girava em torno de um contrabando que havia sido apreendido no interior de São Borja-RS, mais precisamente, no Rio Uruguai, sendo um carregamento de alho, in natura, num montante de duas mil caixas. Cada caixa pesava em torno de doze quilos. Sendo assim, a carga toda pesava em torno de vinte e quatro toneladas, mas tinha uma peculiaridade muito especial, ou seja, fora das modalidades até então conhecidas na Delegacia. A carga estava toda embarcada em onze barcos, de diferentes tamanhos, desde barcos empregados na travessia de pessoas entre os dois portos locais até pequenos barcos utilizados por pescadores locais.



Inicialmente, estudou-se uma estratégia para auxiliar o colega que chefiava a Inspetoria, no sentido de recolher o contrabando que estava sobre as águas do rio ao depósito da unidade da Receita Federal em São Borja.

Para dificultar ainda mais a situação, o Chefe da Inspetoria da Receita Federal em São Borja, o Auditor Fiscal da Receita Federal, Sr. Miguel Plestch, havia entrado em férias no dia anterior e nem mais se encontrava na cidade. Com isso, o Técnico da Receita Federal, hoje Analista Tributário da Receita Federal, Sr. Jorge Ribeiro dos Santos, Inspetor Substituto, era quem estava comandando a operação, por parte da Receita Federal, juntamente com a Brigada Militar daquela cidade.

Ainda no gabinete do Delegado, em Uruguaiana, o relógio parecia que girava os ponteiros mais do que o normal, quando buscávamos encontrar as possíveis alternativas para colaborar naquela operação, nada fácil. A Receita Federal mantinha um caminhão Mercedes-Bens, de três eixos, apreendido em São Borja, há alguns meses antes e que estava depositado na Cooperativa de Arroz Samborjense, naquela cidade. Nossa decisão, até por não encontrar outra forma mais adequada para o caso, foi de utilizar esse caminhão para o transporte do contrabando, das margens do rio até o depósito da Inspetoria. Após sermos designados pelo Delegado para socorrer o colega da IRF, eu e o Geraldo solicitamos uma viatura oficial para nos deslocar até São Borja, pelo que nos foi disponibilizado um veículo VW Gol. A essa altura, eram 11h30min e saímos da Delegacia eu e o Geraldo, porém, antes, passaríamos em casa para avisar nossas respectivas esposas e comer alguma coisa, pois imaginávamos que o almoço deveria estar quase pronto, já que faltava pouco para o meio dia. Tudo muito rápido.

Às 12h, encostei a viatura frente a Galeria Vitória, onde o ATRFB Geraldo residia e lá estava ele me esperando. Partimos, então, rumo a São Borja, distante a cerca de duzentos quilômetros de Uruguaiana e antes mesmo das duas horas da tarde estávamos encostando o Gol na frente daquela Inspetoria.

A notícia era de que o Inspetor Substituto, o ATRFB Jorge Ribeiro dos Santos, tinha se deslocado, juntamente com um comando da Brigada Militar, para a localidade de São Marcos, distante mais ou menos 25km de distância de São Borja, rio acima, para buscarem a carga apreendida, a qual estava sob a guarda de alguns brigadianos destacados do lugar e que, em torno das 16h, mais tardar 16h30m estariam chegando com o contrabando no Porto de São Borja.

Enquanto esperávamos a chegada da carga, a natureza resolveu ampliar o nosso sofrimento. Começa a chover. Abaixo de chuva, fui até a Cooperativa Samborjense, onde estava depositado o referido caminhão que íamos utilizar no transporte do produto apreendido. Mas nada era tão fácil assim, o caminhão já não arrancava mais, a bateria tinha se esgotado, como acontece normalmente com qualquer veículo que fica por um longo período sem funcionar o motor. Não me restou outra alternativa senão enfrentar a chuva, sem nenhuma proteção, pois aquela era uma missão que tinha que ser realizada de qualquer forma. Até colocar cabos para um trator da cooperativa puxar o caminhão e fazê-lo arrancar “no tranco”, eu me molhei todo e a chuva não deu mais trégua, mas consegui alcançar o meu



objetivo e fiz com que aquele caminhão funcionasse.

Com o caminhão sem arranque do motor, me dirigi até o bairro do Passo, onde está situada a Inspetoria da Receita Federal em São Borja e lá permaneci com o motor do caminhão funcionando por um longo período, quando então percebi que a bateria do “bruto” já havia recebido uma carga suficiente para o motor arrancar na chave de ignição.

Vieram 16h, 16h30m, 17h, 18h, e nada. Ninguém se via navegando nas águas do Rio Uruguai. Aquela tarde chuvosa começa a se despedir ao mesmo tempo em que vai anunciando a chegada da noite. A chuva vira garoa, mais amena, mais amena... até que enfim, pára.

E os navegantes? Perguntávamos nós, uns aos outros. Que será que aconteceu? Será que eles estão enfrentando algum problema? No fundo do nosso pensamento, sabíamos que a resposta era afirmativa. Nessa altura dos acontecimentos, o cais do porto de São Borja recebia um bom número de curiosos, ou interesseiros, afinal tratava-se de uma apreensão de alho, cujo preço de mercado era muito atrativo.

Foi então que surgiu uma luzinha vermelha, rio acima, longe, longe, apontando na curva do rio, onde foi construída, depois, a Ponte Internacional São Borja/Santo Tomé. Imaginávamos, pelo andar daquela luz, que a comitiva estava à deriva, ou seja, que vinha descendo o rio trazida pelas forças das águas turvas do Rio Uruguai. E foi uma espera cansativa e sofrida, pois já estava escuro e não sabíamos do que estava realmente acontecendo com os colegas lá envolvidos.

Aos poucos, aquela luz mais se aproximava e quando passou frente ao ponto de desembarque do lado argentino, que fica um pouco mais acima do Porto de São Borja, é que podemos perceber um rebocador, do mesmo tipo daqueles rebocadores que empurravam a balsa que fazia a travessia entre os dois portos locais, puxando onze embarcações, uma pendurada à outra, mais parecia um trem sobre as águas do rio. A embarcação maior era do tipo que fazia a travessia de pessoas, de um lado para o outro do rio. Outras, menores, porém, grandes quando nos dávamos conta que eram propulsoras a remo.

Podia se perceber, com a aproximação da “flotilha”, que, sobre a carga, vinham policiais militares, o Inspetor Substituto, Jorge, alguns homens presos e algemados e até os cachorros dos delituosos, todos molhados e encharcados pela chuva. Antes mesmo de atracar as embarcações, havia um público de mais de trezentas pessoas, mais parecia que estava ocorrendo ali, algum festival à beira das águas do Rio Uruguai, mas, ao invés, estava chegando a carga do contrabando que a tantas horas estávamos esperando.

Sem luz no local, fui descendo no trapiche com o caminhão, à marcha ré, orientado pelo colega Eloi, motorista da Inspetoria, onde iria ser descarregada a mercadoria, à margem do rio. Quero deixar claro que naquela época, a Receita Federal não era como é hoje, não dispunha de recursos financeiros para serviços não previstos nas dotações orçamentárias. Quem iria fazer o descarregamento de alho dos onze barcos atracados? Foi então que o Tenente Vargas que comandava a operação pela Brigada Militar, se utilizou de um meio, nem tanto apropriado, mas oportuno, de contratar mão de obra para aquela



empreitada e convocou dez voluntários entre tantos da multidão que ali se encontrava, para o trabalho de retirada do contrabando de dentro dos barcos atracados, carregar o caminhão e descarregá-lo no depósito da Inspetoria, só que havia um porém: o pagamento seria com uma certa quantia de alho para cada um. Cabe destacar que o alho valia bem, com um bom preço no mercado interno. Ao invés de dez voluntários já saltaram logo uns cinquenta! Então, foram selecionados uns vinte, mas havia mais de cinquenta trabalhando e esperando receber “em mercadoria”.

Para descarregar os barcos, foi utilizado o processo tipo formiguinha, um passava para o outro, até que, cada caixa de alho chegasse ao trapiche para ser carregada no caminhão. Este era carregado em vinte minutos. Porém, este simples “motorista” não imaginava o que estava por ocorrer. Quando o caminhão foi completado com a primeira leva, os carregadores ficaram sobre a carga e ao passo que cruzávamos frente aquelas casas próximas do rio eles jogavam caixas de alho para baixo para seus comparsas pegarem e saírem correndo.

Ao descarregar no depósito, os “ajudantes” jogavam as caixas no chão, com força, para que as mesmas quebrassem e esparramassem o produto para eles poderem ajuntar, afinal, “o derrame é nosso”, comentavam. Confesso que me sentia frustrado por não ter muito o que fazer e quando reclamava desse procedimento a voz que eu ouvia da boca de alguns mal encarados, era: “cala a boca tche”, “fica na tua”, “fica quieto”. Eles nem se importavam com a presença do inspetor Jorge que estava com um revólver 38mm atravessado na cintura e bem à mostra para que todos eles o vissem. Na segunda leva, eu não admiti que alguém ficasse sobre o caminhão, mas se por um lado os brigadianos faziam eles descer, eles subiam pelo outro, assim poderiam continuar roubando o produto apreendido. Não havia forma de evitar essa situação e eu acelerava meu caminhão o máximo que podia a fim de diminuir o tempo do percurso.

Lá pelas tantas, um estrondoso tiro de pistola 40mm retumbou no local e cujo som ecoou nas barrancas do outro lado do rio. Que susto! Foi o Tenente Vargas que estava comandando a operação, ao perceber que alguns “ajudantes” ao invés de carregar as caixas para o trapiche, as soltavam nas águas do rio e mais abaixo estavam seus comparsas carregando para o escuro, muitas delas desapareceram na noite grande, sem mais retornar ao lugar de onde deveriam estar. Alguns tiros, vindos não sei da onde, responderam ao tiro do tenente, enquanto nós, apavorados, seguíamos trabalhando na nossa tarefa de retirar o produto apreendido de dentro das embarcações.

Foram três cargas de caminhão lotado para fazer toda a operação, do rio até o depósito da Inspetoria da Receita Federal que não distava dali mais que trezentos metros.

Encerrada a descarga, chegou a hora do “pagamento”. Eram muitos os voluntários, pois todos diziam “eu ajudei”, “eu ajudei”, “eu também”, “eu também”. No final das contas, falou mais alto a voz do tenente que tinha uma 40mm no colder e selecionou uns trinta homens para os quais pagaria os ajudantes com alguns quilos de alho, pelos serviços prestados. Mas considero que aquele pagamento foi simbólico, em relação ao que eles já



haviam roubado a cada carga e descarga que ajudavam. Colocavam mercadorias pelas mangas de roupas ou faziam uma espécie de mochila, cheia de alho, corriam até suas casas que ficavam nas redondezas e voltavam novamente para “ajudar” mais uma vez.

Lembro-me que o pagamento foi efetuado dentro do depósito, com as portas fechadas e sob comando do tenente. A cada “trabalhador” que recebia, levantava-se a cortina do portão, o suficiente para o indivíduo sair extremamente abaixado de modo que quem estava do lado de fora não pudesse entrar e assim sucessivamente, de um a um, até que todos fossem pagos. Eu, com receio de alguma agressão, pois já estava sendo ameaçado, fui para a cabine do caminhão e aguardei até que o último “pagamento” fosse efetuado.

Acalmados os ânimos, partimos para a contagem das caixas de alho apreendidas. Das duas mil caixas, inicialmente anunciadas, foram contabilizadas mil setecentos e doze, número que nunca mais esqueci, apesar de tantos anos passados, as quais tive a oportunidade de fazer o leilão destinado a Pessoas jurídicas algumas semanas depois.

Passado da meia noite, com o término da empreitada, é hora de retornar, antes, porém, nos despedir dos colegas e amigos, deixar o caminhão no seu local de origem e iniciar a viagem de retorno para Uruguaiana, onde chegamos por volta das duas horas e tanto da silenciosa madrugada. Após um bom banho quente, abraço a esposa, ela que estava preocupada com a demora da minha chegada e sem imaginar as circunstâncias que passei naquela noite. O sono, apesar do cansaço, não marcava presença, porque o pensamento naquela operação era maior e não saía da cabeça. Ficava analisando os riscos que enfrentamos no meio de tanta gente interessada em levar a sua parte.

Vem o amanhecer de um novo dia, é hora de levantar e ir ao trabalho novamente.

Esta é uma narrativa de um fato real em que pude participar e testemunhar como servidor público que sou, sendo o mais marcante e inesquecível em minha vida funcional.

Não posso deixar de registrar que, naquela operação, participaram comigo, como servidores da Receita Federal do Brasil, os colegas:

- Geraldo Valério Tinoco Garcia, AFRFB - Chefe da Seção Aduaneira da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana;

- Jorge Ribeiro dos Santos, ATRFB – Inspetor Substituto da Inspetoria da Receita federal do Brasil em São Borja;

- Eloi Andrade Ereno, motorista oficial da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Borja.



Uma íntima relação com o trabalho e a RFB

Marly de Souza

DRF-Campinas/SP

Ingressou em 18/12/1981 no Ministério da Fazenda em SP. Foi transferida para a Receita Federal do Brasil em Campinas em 16/12/1983. Iniciou na Divisão de Tributação – Disit, Em março de 1986 foi transferida para a Divisão de Informações Econômico-Fiscal - Dief, onde assumiu a Chefia em abril de 1987. Atualmente a Dief se transformou em Serviço de Tecnologia da Informação – Setec. Ainda está Chefe.

Faz tempo que prometi a você Márcio Brandão Ferraz, que qualquer dia escreveria algo para participar do Concurso Histórias de Trabalho da RFB. Estava eu aqui envolvida no meu e-processo já passava das 19:00 horas e de repente me veio a lembrança algo que ouvi no elevador e me deixou chocada, alguém dizendo que graças a Deus o fim de semana estava chegando e não precisava vir aqui “nesse inferno”. Sentei na minha mesa e fiquei pensando que como pessoas poderiam ser tão ingratas com a casa que lhes dá o sustento e o orgulho de ter um trabalho invejado pela maioria da população.

Eu creio que Deus nos coloca nos lugares para que façamos o nosso papel e espera de nós o mínimo de gratidão por termos sido merecedores de um trabalho tão digno, mas acredito piamente no dia juízo final e nesse dia então com certeza seremos cobrados.

Diante desses pensamentos me veio a vontade de escrever e um sopro me disse: “faça um acróstico que não seja perfeito, mas que traduza a sua gratidão e dedicação a essa casa”. Foi então que decidi fazer um breve relato concluindo com um “acróstico” falando um pouco da minha relação de amor e gratidão com a RFB.

Em maio deste ano completei 44 anos de trabalho, iniciei em 1969 e a partir de então sempre me mantive no mercado de trabalho. Durante 13 anos trabalhei em algumas empresas de pequeno e médio porte. Foi então que uma amiga de trabalho, nessa época eu



era selecionadora de pessoal em uma Agência de Empregos, me convidou a fazer um concurso para a Previdência Social, pois o então Presidente da República João Figueiredo havia aprovado um grande número de vagas para sanear a falta de pessoas no então INSS. Atendendo aos apelos do meu pai acabei por me inscrever. O dia da prova foi marcado para 06/07/1980. Pronto decidi que não faria a prova, pois era aniversário do meu pai e queria muito almoçar com ele. Mas como Deus quando nos chama tem um propósito em nossa vida, acabei discutindo com meu companheiro Décio e fui fazer a “famigerada prova” na PUC SP.

Birrenta como sempre, decidi que seria a última a sair da prova só para que todos tivessem que me esperar para o almoço. Finalmente eram quase 14:00 horas quando saí do local da prova.

Em pouco tempo saiu o resultado. Eram 1.200 vagas e eu fiquei numa colocação entre 400 e 500, minhas amigas todas estavam na minha frente. Achei por bem desligar e continuar na minha caminhada sem muita expectativa. Começaram a chamar o pessoal aprovado. Lá se foi a Dilza minha grande incentivadora que estava bem colocada. Voltei a acreditar na possibilidade de me tornar uma servidora previdenciária. Os meses foram passando e aí veio a notícia fatal: as contratações seriam suspensas por problemas nas contas públicas e não seria possível contratar tantos novos servidores.

De novo desanimei e resolvi esquecer a questão. Para minha surpresa em 02/11/1981 chega em minha casa um telegrama do Ministério da Fazenda para que eu me apresentasse o mais rápido possível.

Meu Deus o que eu fiz para ir parar lá. Era um sonho alto demais, mas a minha ansiedade era tamanha que logo no amanhecer do dia 03 passei pelo posto do INSS na Barão de Itapetininga centro de SP. Já era velha conhecida do pessoal, pois sempre que possível lá ia eu assuntar sobre o concurso.

Uma senhora muito agradável me atendeu, eu mostrei o telegrama para saber se havia alguma relação com o “tal concurso”. Naquele tempo nem se pensava em informática. Tudo era manual e arcaico. Ela tirou uma pasta de um armário, abriu um pedaço do Diário Oficial que se encontrava arquivado e havia algumas anotações. Estavam aproveitando aquele concurso para outros Ministérios, dentre os quais Ministério da Fazenda. Lembrou-me como se fosse hoje, havia uma chave “{}” separando 40 nomes e lá estava eu dentre os 40.

Depois de muito pensar entendi o porque da minha classificação, pois me sentia mais preparada que as demais e, no entanto, minha classificação foi pior. Deus conhecia o meu grande desejo e por alguma razão me fez merecedora dessa oportunidade. Todas assumiram na Previdência e eu já me sentia fora da oportunidade.

Em 18 de dezembro de 1981 assumi no Ministério da Fazenda em São Paulo, mas meu sonho era trabalhar na Receita Federal. Assumi na Divisão de Pessoal do Ministério da Fazenda em São Paulo – DIPES. Durante 2 anos me dediquei ao trabalho cuja atividade era cuidar das folhas de pagamentos de algumas unidades, dentre as quais em pouco tempo



passsei a ser a responsável pelas fichas financeiras da DAMF. SRRF/8ª e DRF/Taubaté. Decidi mudar de ares e comecei a buscar uma cidade menor. Inicialmente fui para Birigui/SP conhecer e avaliar, pois já nessa época São Paulo era muito estressante. Conheci a DRF mais próxima, Araçatuba, mas uma fatalidade na família me fez ver que era muito distante e decidi pesquisar uma cidade mais próxima de São Paulo. Resumindo, em 16 de dezembro de 1983 ingressei no Grupo intersistêmico da DRF/Campinas, que analisava as Solicitações de Retificação de Lançamentos gerados na glosa das informações constantes das Declarações IRPF. Portanto, em dezembro de 2013 completo 32 anos de serviço público federal e 30 anos de Receita Federal do Brasil em Campinas. As minhas histórias são inúmeras, engraçadas, tristes, estressantes, mas um belo dia fui parar nos braços do atual Superintendente de São Paulo, Dr. Guilherme, pois sempre ligeirinha saía apressada para o almoço tropecei nos saltos e “catapimba” estatelei no chão descendo as escadas para o estacionamento e vejam só quem passava no momento e me levantou, o então meu amigo José Guilherme, caí do salto e nunca mais me atrevi a saltitar de saltos altos. O que vale registrar é que foi nesta casa que aprendi o pouco que sei, aqui encontrei amigos verdadeiros, muitos colegas; só não achei ainda um grande amor...rsrsrs

Ainda tenho esperança que a idade da compulsória mude para 75 anos, assim com certeza terei mais tempo por aqui...

Brincadeiras à parte, enquanto Deus me der vida, saúde e disposição para o trabalho, estarei nesta casa para servir.

E lá vai o meu acróstico sem nenhuma técnica, apenas com o sentimento verdadeiro de amor e gratidão.

Recém chegada da iniciativa privada

Era dezembro de 1981

Com muita garra e disposição

Entrei naquele prédio da Av. Prestes Maia – Ministério da Fazenda

Imaginem vocês minha alegria

Ter a honra de fazer parte de um órgão tão conceituado

As lágrimas de emoção rolaram pela minha face...

Foi um misto de emoções

Eu deveria me apresentar no 15º andar

DIPES - era essa a primeira sigla

Entre as milhares que depois descobri

Raiava em mim o dom do servir

A partir daquele dia me embuí totalmente na minha missão

Levar o meu servir ao cidadão brasileiro

Depois de muito falar e ouvir

O meu servir mudou de foco, ficaria no Setor de pagamento dos estatutários



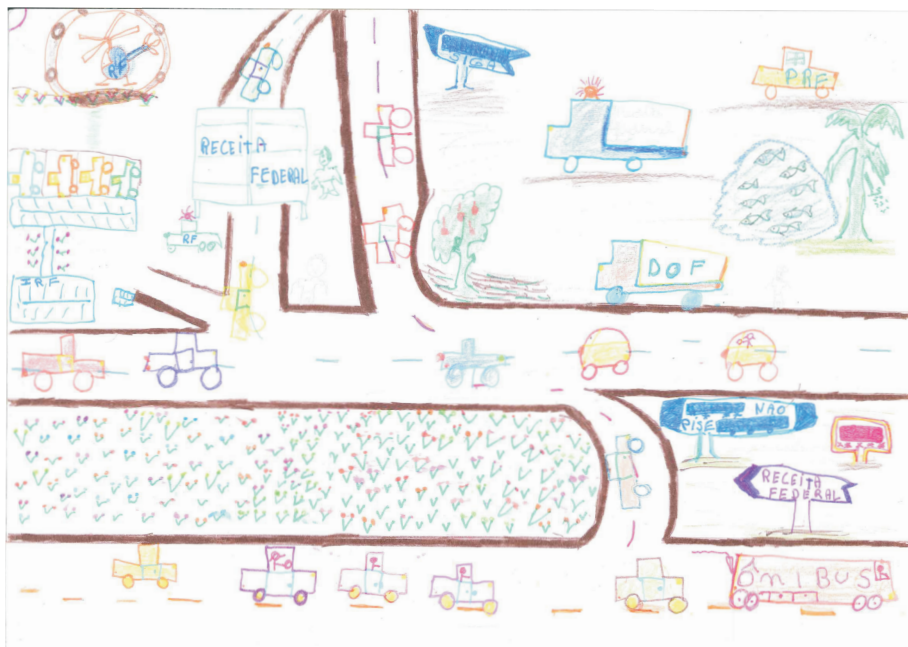
Bem... com o tempo fui percebendo a minha maior vocação
Resolvi criar coragem e pedir remoção
Após algumas barreiras, eu consegui
Sem grandes dificuldades na Receita Federal em Campinas ingressei
Incrível, mas finalmente o meu sonho realizei
Lembro da minha alegria quando o primeiro contribuinte atendi
Com muita dedicação, o serviço eu aprendi
O atendimento era onde eu estava agora
Muitos médicos e dentistas, intimados na Operação Anexo I, passaram por ali
Até que um belo dia, do grupo intersistêmico me tiraram
Muito brava eu fiquei, mas na Dief trabalhei
Ontem, hoje e sempre com amor me dediquei
Respeito e consideração a todos por quem passei
Enfim, um belo dia...
Ganhei uma chefia. Que susto! Não acreditei
Resolvi aceitar, em março de 1987, o desafio por seis meses talvez
Até que por lá chegasse alguém que assumisse a função
Tinha então uma portaria
Indicando que por ali estaria até alguém da carreira assumir
Dezembro de 1987 era meu prazo final
A surpresa foi maior quando Roberto Frauendorf me disse que eu ficaria
Outra vez eu concordei, quem sabe mais um ano talvez
Mas na vida Deus é quem nos provê
A partir de então meu amor e dedicação
Rasgavam o meu ser
Lenta e vagarosamente a todos eu conquistei
Yara das águas limpas também me abençoou
Depois me senti segura
E aumentei meu saber
Só não queria deixar de cumprir com meu dever
Os meus colaboradores, sempre firmes a me ajudar
Usando de sabedoria formamos um grupo exemplar
Zelo e dedicação nessa equipe eu encontrei
Ana Valesca, minha mestra, nos deixou o bom Walmir, a sábia Edênia e grande Marcio Brandão
Foram tantos que por aqui passaram
Individualmente cada um deixou sua marca e o seu saber,
Mas meu grande orgulho é que a Dief, hoje SETEC, até hoje estou a gerir.



Poesias Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



MENÇÃO HONROSA

Autora: Yasmin Furlanetto/3º ano do Ensino Fundamental

Responsável: Adelaide Aparecida M. Motizuki Furlanetto – AUXILIAR/IRF-Mundo Novo

Poesias Premiadas

Primeiro Lugar

Tributos aos servidores do CAC da Receita Federal

David Ramos Campos

DRF-Campinas/SP

Ingressou em 09/07/1993 - INSS, fiscalização em empresas, atualmente no SEORT, restituição e pagamento de contribuições previdenciárias.



Tributos aos servidores do CAC da Receita Federal

Servidores do CAC
A serviço do cidadão
Atendendo com presteza
Aos que buscam informação
De simples esclarecimentos
Cadastramentos, regularização,
A alteração, retificação de dados,
Acertos de contas com o Leão.
A equipe bem treinada
Profissionalismo exemplar
Transparência, atenção
Urbanidade no tratar
Para maior conforto, há
Sempre que necessitar
Internet – sítio da Receita
Disponível para acessar.
Serviços previdenciários diversos:
CND, DISO, parcelamento,
Atualização de dados,
Guias para recolhimento
Segurança ao se expressar,
Fidelidade ao atendimento,
Servindo sempre com lisura,
Respeito, comprometimento.
Tarefas dos fazendários:
Malha, CPF, orientação,



Estrutura inovadora,
Trabalhando com precisão
CND, baixa de CNPJ,
Redarf, Simples, pesquisa de situação,
Serviços disponibilizados
Promovem maior integração.
O atendimento procede
Sempre em tempo real
Servidores de primeira linha
Com foco no ideal
Inovações de tecnologia,
Certificação digital
Isto é desenvolvimento:
Somos Receita Federal.



Segundo Lugar

Medo de errar

Fabiola Maria Martins Matos

CAC - Fortaleza/CE

Ingressou na RFB em 06/02/1986. Verificação de DIRPF quando era manual. Análise de DCTF, DIRF (início na RF). Atividades relativas ao atendimento ao contribuinte.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Medo de errar

Tarde cultural no CAC/Fortaleza

Em 2003, já lotada no CAC/Fortaleza, recebi uma solicitação de esclarecimento da Corregedoria, oriunda da Auditoria realizada na DRF/Fortaleza, por possível irregularidade na suspensão de débitos de determinada Empresa, o que possibilitou a emissão de Certidão Negativa. Posteriormente tudo foi devidamente esclarecido.

Naquele mesmo ano, nossa Delegada, para integrar os diversos setores da Receita, decidiu que teríamos, uma vez ao mês, uma Tarde Cultural onde os integrantes do setor sorteado ficariam com a incumbência de apresentar qualquer forma de arte. O mês de junho ficou destinado ao CAC. Nós, por sugestão da Divane como chefe do CAC, optamos por apresentar tudo no estilo junino.

Fiz a composição que segue, ainda sob o “trauma” sofrido pelo questionamento da Corregedoria.

Medo de Errar

Minha gente ocês num sabe
Coisa que já se passo
Graças a Deus na verdade
Nada mais sério gero

Aqui se trabaia direito
Mas quando a Corregedoria
Vai vasculiá os defeito...
O coração, Vixe Maria
Bate mais forte no peito.

Comigo não foi diferente
Quando tava trabaiano
Senti um clima pungente
Era os colega lamentando
O que se passava com a gente.



Um débito no sistema suspendi
Contribuinte em atendimento
Tudo OK, a certidão emiti
Era esse o procedimento
Que no SISCAC eu li.

Mas a COGER analisando
Penso que na suspensão
Um erro tava encontrado
E cumprindo sua missão
Logo foi me questionado.

E recebendo o Documento
Oêz num imagina a aflição
O que fazer com esse tormento:
Ô Divane, encontra a explicação
Pra esse meu procedimento!

Por mais que se seja seguro
Eu juro que quase morri
Foi muito grande o apuro!
Mas tô aqui, sobrevivi!!!

E nessa hora sofrida
Mais do que nunca senti
O apoio de gente amiga
E me acalmando percebi
É claro que tem uma saída
Erro assim não cometi!
Felizmente não tinha ingano
Tudo feito nos conforme legal
Embora errar seja humano
Mas que faia seja banal



É coisa de quem ta trabaiano
Sentindo lá fora a pressão
É muito cuntribuinte esperando
Pra conseguir uma Certidão!

Todo dia ao pai eu peço
Pra minha mente alumiar
Pois meu Deus, a ti confesso
Quisera eu nunca errar!!!



Terceiro Lugar

15 anos da Alfândega do Aeroporto Internacional dos Guararapes

Aristeu Bezerra Duda Filho

*Alfândega Aeroporto internacional
dos Guararapes - Recife/PE*

Ingressou na Receita Federal, através de concurso no ano de 1986, no cargo de Técnico de Atividades Tributárias. Tomou posse e iniciou trabalhando na SRRF 4ªRF, depois foi lotado: Inspetoria do Porto do Recife; Alfândega de SUAPE; e, atualmente, Alfândega do Aeroporto do Recife.



15 anos da Alfândega do Aeroporto Internacional dos Guararapes

A Alfândega completa
Quinze anos de idade
Prestando um serviço
Com padrão de qualidade
Atende ao contribuinte
De toda nacionalidade.

Temos a boa vontade
Da comunidade servir
Tributar e fiscalizar
Sem jamais oprimir
Na legislação aduaneira
Nosso dever é cumprir.

Ninguém pode infringir
Sem sofrer a punição
Quem desconhece a lei
Precisa de orientação
Tratamos o contribuinte
Com ética e educação.

Conscientizar é a lição
E a administração leal
Dar qualidade de vida
Devida à justiça fiscal
Nós somos servidores
Para a justiça social.



Poesias Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil



MENÇÃO HONROSA

Autor: Victor de Almeida Nunes Murta/5º ano do Ensino Fundamental

Responsável: Marilene de Cássia Nunes Almeida – ATRFB/DRF-Montes Claros



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

A querela do leão

Luís Paulo Biazolo Vieira

SRRF/01RF-Difis

Ingressou na SRRF/01 em 04/03/1983 como Agente Administrativo, e, em 06/02/1986, como TAT (atual ATRFB). Cursos de Bacharelado em Comunicação Social, especialização em Jornalismo e Licenciatura Plena em Letras (Português/Inglês) - CEUB. Exerceu chefias da SECIFIC e de Equipe e o encargo de chefe-substituto da DIFIS/SRRF01, atuando internamente na referida Divisão desde julho de 1994.

Veja essa maravilha de cenário,
A Receita defendendo o erário
de contrabandistas e sonegadores em geral.
Foi assim, que o meliante se deu mal.
Apresentando DIRF fraudulenta,
Deus me defenda!
Arrastou muita gente no vendaval.

E no final, a turba envolvida
deu de cara com a representação penal.
E na Aduana, formiga “a dar com pau”
querendo encher depósito ilegal.
Deu o maior rebu.
Ninguém contava com a repressão
da zona secundária em Foz do Iguaçu.

Eis que o autuado pela externa,
revoltado não quis aceitar.
Foi a DRJ pra se defender.
Porém, no julgado, a turma



o fez entender:
Que ao sonegar, o fisco
lhe dá um empurrão
pra que ele vá fungar
de cara dura o bafo do leão.
Nota fria, aí nem se fala!
A arte superada pela imaginação.
ITR sonegado em terra nua.
É a Receita combatendo a falcaturia.
Do Leste e em todo o Centro-Oeste,
o que não falta é autuação.
O fisco ao lado da Previdência
tributando com incidência
e respaldo em legislação.
E o servidor que busca ficar na boa
desviando ou malvertendo
recurso que não é seu.
Tentando tirar o rango do Leão,
é pra Coger que ele vai dar explicação.
Veja essa maravilha de cenário.
A Receita defendendo o erário
de contrabandistas e sonegadores em geral.
Foi assim, que o meliante se deu mal.
Com recibo médico adulterado.
Pobre coitado.
Pensou na gorda restituição
e ao ser intimado pela malha,
era de uma cesária e foi glosado então.

E no Porto Seco, cruel constatação.
Caminhoneiro seguiu para prisão.
Era farinha ou grão?
Esbarrou no faro certo
e no latido de um cão.
Eis que o infrator “entrou na pilha”
de fabricar a pinga “To nem aí”.
Iniciou sua empresa num fundo de quintal.
Sem selo de IPI, acabou se dando mal.
Ao ser pego numa blitz do fisco federal,



o “goró” foi apreendido
e o “preju” passou a ser real.
No CAC teve o seu destaque,
Quando tentou tirar um segundo CPF.
Não contava, porém, que o atendente
lhe desse uma cortada contundente.
Pensava o dito meliante que
dessa forma seguiria adiante.
Ocorre que apesar da fila intensa e
do trabalho desgastante,
o atendente era diligente.
No fim, o sujeito desolado
entendeu que a todo lado
a marcação tava cerrada.
Tornou-se honesto por imposição
e passou a ser amigo do Leão.



Nós e eles

Walter Furmann

SRRF/09RF - Direp

Tomou posse na RFB em 14/01/1988 na DRF/Foz do Iguaçu, onde atuou até 1997, a maior parte do tempo na área de repressão ao contrabando e descaminho, em 1993 como agente da RFB em Marechal Cândido Rondon-PR, de 1997 a 2004 atuou na DIANA da SRRF 09RF na área de fiscalização ao Contrabando e Descaminho.

Nós e eles somos seres humanos,
semelhantes, sob o mesmo sol da liberdade,
Nós e eles sempre fomos companheiros de batalhas,
em lados distintos.
Nós lutando contra ilicitudes,
eles praticando, dissimulando-as.
Por mais estranho que pareça: companheiros.
Nem afetos, tampouco desafetos,
num mesmo campo de guerra.
Dispostos a vencer ou, pelo menos, não perder.
De um lado brilha a lei e a justiça fiscal,
do outro, talvez obscureça o egoísmo e uma louca ganância.
Quiçá eles compreendam nalgum dia,
que nossa luta nunca foi ou será, de fato, contra eles,
mas contra práticas maléficas e destruidoras,
capazes de minar os alicerces de uma nação inteira.



Quão bom seria se deixassem abrir seus olhos por um instante,
para enxergarem o iminente e profundo abismo,
e assim trilhar nova jornada compartilhada e segura,
por caminhos aplanados, ao encontro de um bem maior e comum.
Só assim, nós e eles poderíamos ser apenas nós,
e das cinzas de irrequietas e contundentes batalhas,
veríamos brotar uma flor do impossível chão,
exalando colossal e bom perfume,
dando trégua aos tempos de angústias e perdas.
É certo que um dia todos morreremos,
assim como é certo que a nossa guerra sempre foi contra entes malignos,
como o contrabando, a sonegação, o narcotráfico,
que a aplicação da lei e a educação fiscal
foram armas importantes e decisivas.
Que valeu a pena lutar para o bem da coletividade
e para libertar nossos companheiros de seus próprios grilhões,
mesmo que, para isso, tenha sido necessário
impor-lhes, por vezes, penas duras e extremas,
como a perda de bens e da própria liberdade.



Recomeço

Luiz Carlos de Araújo

DRF/Manaus-Secat

Ingressou na Receita Federal em 16 de julho de 1999. Trabalhou na Assessoria de Imprensa dos Órgãos Centrais até setembro de 2001. De outubro de 2001 até julho de 2006 trabalhou na Divisão de Administração de Cadastros, onde foi chefe entre julho de 2004 e setembro de 2005. Desde agosto de 2006 está no SECAT da DRF de Manaus. Foi chefe desse serviço entre março de 2009 e fevereiro de 2010.

Na Medicina investi meus sonhos
E, com a alma gratificada,
Tive momentos risonhos
Mas minha vida foi transformada.

Conheci entraves do sistema
E me senti cansado, impotente,
Confrontado com o dilema
De ser idealista e descrente.

Na Receita Federal recuperei meus sonhos.
Na batalha do dia a dia,
Em outros ideais hoje ponho
Meu amor e minha energia.



Manter o cidadão informado
Sobre seus deveres e direitos
É meu trabalho iluminado
Fonte de estímulo e respeito.

A cumprir valorosa missão,
Sigo sempre com dignidade,
Orgulhoso por ser de instituição
Que brilha em prol da sociedade.



Tempos vivos

Marluce Vieira Chagas Peres

ARF-Barra do Garças/MT

Ingressou em 1994 pelo concurso DASP aos 18 anos de idade; exercício em Brasília até 1989 (Edifício Alvorada - Dep. Pessoal); Transferida para ARF em Barra do Graças-MT (1989); 2008 a 2009 transferida para ARF em Paraíso-TO; transferida para ARF Barra do Garças-MT em 2009; em exercício atualmente. Nível superior em Belas Artes e Direito.

As histórias que vem!

Cada uma de cada um, de tantos, de todos.

São histórias que carregam em si outras tantas de deixar tonto quem as ouve.

E “ai” de quem não ouvir!

É de ouvir, entender, explicar... Fazer entender.

O feedback da informação: dúvida, certeza, incerteza, satisfação, insatisfação...

Vão-se então. E quem sabe, voltarão!

Mas melhor que os que vão, são suas histórias que ficam.

As histórias que preenchem a alma, invadem o coração, dilaceram e recompõem ao mesmo tempo.

As histórias das marias e dos joãos.



É preciso ouvi-los também. Digerir, degustar. Saborear cada verbo ainda que sem concordância alguma. É preciso concordar, entender, ouvir, ainda que só ouvir.

O cheiro de fumaça na roupa rasgada por exemplo, vestindo velhos franzinhos.

História do tempo marcando de glórias e dores a alma de tantos.

Só querem saber do seu CPF. Do “recredastamento” do seu cpf.

De tão felizes se vão sorrindo!

Satisfeitos guardam entre santinhos, cartelas de jogos, papéis amarelados no saco de açúcar, alguns trocadinhos e o cpf.

Era só. Bastava isso!

Vão-se de volta para o fogão a lenha na casa de sapê e chão batido.

Vão só.

Sozinhos carregando suas histórias centenárias.

Mas fica o rastro dessas histórias no cheiro debruçado em nossas ventas. Arrancá-los não se pode mais!

Também a mulher de vestido curto, quase desnuda não é mulher. A Maria é João!

E quantas virão? Que importa? São felizes por serem maria, ou NÃO!

Importa mesmo é saber que não há mãe na certidão!

História triste de filho sem mãe!

As mãos escondidas entre as pernas e o olhar atravessado em meia sombra.

Sofre por não ter mãe.

Filho sem mãe não tem CPF!

Ah tem. Há de ter!

E a mãe sem ter mais filho?

Desdobra da bolsa seu último pedaço de história.

Certidão de óbito para tirar certidão de vida.

É a história começando do fim.

E temos que fazê-la, temos que entendê-la.

Não é preciso nem ouvir a história para por si só sentir a dor.

Mas ouvimos.

Faz bem pra mãe falar. É preciso saber ouvir!



E aquele José, contador antigo que muito ia e vinha?

Soube-se que morreu!

Pasmos celebramos a dor funebre, quando surpreendentemente adentra o José e seu assovio sertanejo.

Não era o mesmo José que morreu!

O nosso José contador, tão antigo quanto nossos velhos carimbos não morreu!

Faz parte de nossa história o José, o Zé contador.

“José, não morra”. José nunca morre! E agora José?

Presos acuados na selva amazônica, algumas histórias não “colam” pois já as conhecemos muito bem.

Ainda assim as ouvimos.

Ainda que indigestas, degustamos!

Porque não há história que não faça sentido.

Nenhuma razão sem ter peso, sem medida.

Subitamente, como num contrasenso, carajá e seus curumins trazem também suas histórias.

Dentro de cestas, dentro de pastas, dentro do ventre, e no portugueses carajês.

Troca foto por roupa, adorno de semente por espelho e pente.

Troca história por outra história.

Eles também “caem na malha!”

Arco e flexa não combatem o leão! Onça sim, leão não!

Comemorar o dia do leão é regra.

Presente para o cidadão? Chá mate...mate leão!

Enquanto isso os dias se vão.

Um após o outro, ano após ano.

E com eles essas e outras histórias, muitas outras virão.

Ficamos assim então: cheios de recompensa por tudo que fazemos, que ouvimos...que contamos!!



Índice Remissivo

Aduana

- A Lei da Gravidade Materna	25
- Destino Bahia!	71
- Na manhã seguinte, a mesma mercadoria	76
- Navio ao largo: estreita morte.....	79
- O gato	95
- O que faz a saudade	97
- Os sentidos e os aduaneiros: A Aduana e o sentido da audição.....	100
- Um anjo na Ponte da Amizade	112
- Uma experiência marcante e inesquecível	120
- 15 anos da Alfândega do Aeroporto Internacional dos Guararapes	143
- Nós e Eles	150

Atendimento

- Universos Paralelos	13
- A Receita da Arte	49
- Anjos invisíveis	55
- CPF para tudo!!!	63
- Mãe é mãe	74
- O consulente de outro mundo	88
- Quem não se comunica	109
- Um político maçom e uma conversa muito atrapalhada	116
- Tributos aos servidores do CAC da Receita Federal	133
- Medo de errar	137
- Tempos vividos	154

CARF

- O dia em que o Timor Leste ensinou ao Brasil	91
--	----



Educação Fiscal

- O Espetáculo da Cidadania	37
- Pis e Cofins não-cumulativos, a palestra	40

Fiscalização

- Auditor Fiscal em malha fiscal, procurado por edital, “escondido” dentro da Delegacia da Receita Federal do Brasil!!!!	57
- O galpão	93
- Quando o menos é mais	105
- A querela da leão	147

Gestão de pessoas

- O “legal” de uma ilegalidade	81
--------------------------------------	----

Homenagem

- Uma íntima relação com o trabalho e a RFB	125
- Recomeço	152

Logística

- Agência da Receita Federal do Brasil em São Leopoldo Enfim um prédio novo	52
- Cofre em segredo	59
- O Adeus a uma agência	84

Tecnologia

- Computador... ô bicho estranho esse!.....	61
- Da máquina de escrever ao mundo digital	66

Unificação com a Secretaria da Receita Previdenciária

- Unificação dos Fiscos - A Super Receita	21
---	----



Receita Federal

**Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional**

